



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES - CCHLA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

**SACRIFÍCIO, HEROÍSMO E
IMORTALIDADE:
A ARQUITETURA DA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM
DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA**

GENES DUARTE RIBEIRO

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
MAIO DE 2009

**SACRIFÍCIO, HEROÍSMO
E IMORTALIDADE:**
**A arquitetura da construção da imagem
do Presidente João Pessoa**

GENES DUARTE RIBEIRO

ORIENTADORA: Profa. Dra. Cláudia Engler Cury

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento as exigências para obtenção de título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
MAIO DE 2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R484s Ribeiro, Genes Duarte.
 Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do
 Presidente João Pessoa / Genes Duarte Ribeiro. - - João Pessoa: UFPB, 2009.
 141f.: il.

 Orientadora: Cláudia Engler Cury.
 Dissertação (Mestrado) – UFPB, CCHLA.

 1. História - Paraíba. 2. João Pessoa - 1878-1930. 3. Imagem mítica. 4.
 Construções simbólicas.

UFPB/BC

CDU: 981.33(043)

GENES DUARTE RIBEIRO

**SACRIFÍCIO, HEROÍSMO
E IMORTALIDADE:**
**A arquitetura da construção da imagem
do Presidente João Pessoa**

Avaliado em _____ com média _____

Banca Examinadora da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Prof^a. Dra. Cláudia Engler Cury (UFPB)
ORIENTADORA

Prof^a. Dra. Regina Maria Rodrigues Behar (UFPB)
EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG)
EXAMINADOR

Prof. Dr. Elio Chaves Flores (UFPB)
EXAMINADOR - Suplente

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG)
EXAMINADOR - Suplente

Para:

Helena Dias de Lima (*in memoriam*)
Cláudia Engler Cury (Orientadora)
Solange Pereira da Rocha

HOMEM-DEUS

*AS HOMENAGENS DA PARAÍBA AO SEU GRANDE PRESIDENTE
não se resumem neste culto efêmero a heróis
que passam à História para se enterrarem,
depois, esquecidos na fúnebre poeira de arquivos.
Há na espontaneidade de que se revestem um fundo religioso,
de nobre misticismo, em que palpita a alma sofredora de um povo,
o mesmo cadinho de onde saem os deuses,
na sua magnitude e força.
João Pessoa deixa de ser um simples
herói para elevar-se a suprema reencarnação
de todas as aspirações, de todos os ideais da hora presente.
Sente-se que ele não morreu; que continua imortal,
a dirigir os destinos da terra – Homem-Deus,
cuja imagem há sempre pairar,
benfazeja sobre os destinos da Paraíba.*

Joaquim Pimenta – A União, 26 de julho de 1931.

HERÓI E MÁRTIR

*A nação brasileira comovida suplica aos céus um brado doloroso
justiça para o sangue generoso do filho heróico que tombou sem vida.
Em luta desigual, luta renhida contra a hora vil – o bando criminoso
o bravo João Pessoa valoroso, sereno combateu de frente erguida.
Porém se “VIVO NÃO TE VENCERAM”
os algozes cruéis te supliciam ferindo a Pátria no seu coração.
Mas, o teu nome ficará na História aureolado pelo sol da glória
Pois mesmo “MORTO NÃO TE VENCERÃO”.*

Palmyra Wanderley

AGRADECIMENTOS

É necessário afirmar que esta dissertação cuja autoria embora assinada apenas com o meu nome, tem a presença e participação de muitas pessoas, por isso, apresentando a “memória do coração”...

...agradeço inicialmente a professora e orientadora Dra. Cláudia Cury, pois, navegar neste “oceano de memória” chamado João Pessoa, foi fundamental a presença de um “farol” que indicasse os melhores contornos e segurança na viagem, como acréscimo ainda tive a companhia de uma grande amiga, humana, atenciosa e sempre disponível, sem dúvida essa foi a melhor parte da orientação;

À Dra. Solange Rocha, que a UEPB nos aproximou, mas foi a sua sinceridade, abrigo, incentivo e motivação com os meus estudos que nos tornaram amigos e confidentes;

Aos meus familiares: Geraldo e Maria, meus pais, por terem acreditado na necessidade dos “filhos estudarem”, minhas irmãs Geusa e Jacinta pela compreensão nas minhas ausências e silêncios no período da pesquisa e meus cunhados Gilberto e Val no apoio quando precisei ir à Umbuzeiro;

Aos amigos que vivenciariam comigo cada passo da execução da pesquisa e com quem dividi minhas inquietações:
Edna Cristina, Zeza, Elianete e Josinaldo, este último por acompanhar mais de perto a idealização e realização do Mestrado.

Aos amigos Andréa Carla, George do Nascimento, Waldilson, Azemar, Leninha, Elizama, André da Silva Santos Lúcio, Mackson, Ana Julieta pela atenção e afeto durante todo o curso.

À Professora Dra. Telma Dias Fernandes e ao mestre Martinho Santos Neto, que foram importantes auxílios no momento da elaboração do projeto de pesquisa;

À Maria Vitória, pessoa importantíssima, que não mediu esforços na aquisição dos jornais na Biblioteca Nacional-RJ tão necessários para elaboração dessa dissertação;

Aos professores do Mestrado Raimundo Barroso, Elio Flores, Carla Mary Regina Célia, Monique Cittadino e Antônio Carlos;

Agradeço especialmente a professora Regina Behar e Antônio Clarindo tanto pela leitura e sugestões nos exames de qualificação, quanto pela participação na banca examinadora;

Mesmo num breve período de convivência também agradeço aos amigos da turma do curso do Mestrado-2007, especialmente aqueles que cultivaram respeito mútuo e o desejo para que todos chegassem ao final;

À Virginia, secretária do curso, que sempre atendeu com prontidão os documentos e informações que necessitava;

À professora Fabiana Querino pela disponibilidade no trato com a língua inglesa;

As pessoas que me atenderam nas instituições e lugares que visitei:
Hugo Guimarães, Francinete e Socorro no IHGP, Régis Cavacanti na SUDEMA,
Danilo no Palácio da Redenção, Thamara e Ana Paula no IPHAEP,
Reginaldo, Hildon Navarro e Carlos na SUPLAN,
Vânia Duarte via email pela redação do Correio do Povo - RS;

Aos moradores de Umbuzeiro, que respeitando a tradição
de “hospitalidade” do lugar foram gentis nas informações
e acolhedores nos dias que fui até lá:
Tiago Pessoa, D.Tereza, Joana Darc, Marcos, Sueli e Maria do Socorro;

Às diretoras D. Maria José, anjo da guarda, do Centro Educacional D. Helder
por ter compreendido a importância do Mestrado
e ter flexibilizado os meus horários de aulas.
e a professora Lurdinha, humana e profissional, gestora do Polivalente,
pelo apoio, incentivo e compreensão nas ausências das aulas durante
o período que passei estudando as disciplinas do curso;

Aos alunos da UEPB-Campus III, Guarabira, com quem dividi entre 2007-2008 os estudos
do Mestrado, as aulas da Graduação e as orientações de monografia;

À Deus que mais uma vez foi generoso comigo e possibilitou esse desejo alcançado,
acredito que esse passo também caminha em direção de uma profissão em favor de um
mundo mais humano e justo pra se viver.

RESUMO

Considerando a Paraíba, sobretudo na capital, a grande comoção social quando da morte de João Pessoa em julho de 1930 e ampliada pelas condições apoteóticas com que o seu enterro foi realizado. Discutimos nesta pesquisa a arquitetura das construções simbólicas que fizeram da imagem do Presidente João Pessoa, após o seu assassinato, um mito no cenário político-social. Sendo assim, a nossa pretensão é que seja uma contribuição para história da produção, circulação e percepção simbólica da imagem do Presidente João Pessoa. O corpus documental da pesquisa foram os jornais locais e de outros estados que publicizaram a notícia da morte de João Pessoa, as festividades ocorridas em 1978 por ocasião do centenário do aniversário do seu nascimento. Trabalhamos ainda com o mausoléu construído nos jardins do Palácio da Redenção, bem como com a última foto de João Pessoa, tirada no Recife minutos antes de sua morte e bastante difundida entre a população. O foco central de nossas problematizações foram as diversas formas de divulgação do acontecimento histórico e sua perpetuação contaram com a participação da imprensa local e de outros estados da federação, dos historiadores, memorialistas e biógrafos do Presidente, dos órgãos oficiais bem como, da criação de lugares de memória que juntos constituíram cultura histórica acerca da morte e da quase imortalidade do então Presidente depois tratado como santo, herói e mártir.

Palavras Chave: Presidente João Pessoa. Construções Simbólicas. Imagem. Mitificação.

ABSTRACT

Considering Paraíba, especially the capital and the great social commotion about João Pessoa's death in July 1930 expanded by the exuberant conditions that his funeral was held. We discussed in this study the symbolic building architecture that have made the symbolic image of the president João Pessoa, after his murder, he became a myth in the political and social scenario. Thus, our claim is to contribute to the production, movement and perception history of João Pessoa's symbolic image. This research documentary corpus were the local and other states newspapers that publicized the news of his death and the celebrations of the hundredth anniversary of his birth in 1978. We also worked with the mausoleum built at Palácio da Redenção gardens, and as well as with João Pessoa's last photo, taken in Recife, minutes before his death, widespread among the population. The central focus of our problematization were the various forms of this historic event dissemination and its perpetuation that involved the local and other states press, historians, memoirists and biographers of him, as well as official departments, the creation of memory places that together constituted the historic culture of death and nearly immortality of him, and after considered saint, hero and martyr.

Keywords: President João Pessoa. Symbolic Constructions. Image. Myth.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Jornais pesquisados

QUADRO II – O morto, a dor e o luto na primeira página

QUADRO III – Programação do lançamento dos livros

QUADRO IV – Alguns eventos programados para o ano centenário de João Pessoa

QUADRO V – A heroificação pelo sangue

QUADRO VI – Programação dia 24 de janeiro de 1978

QUADRO VII - Os Pessoa de Umbuzeiro: A cidade-monumento

QUADRO VIII - Semana “João Pessoa” no interior do Estado da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

- Figura n.º 1 – Primeira página do jornal Diário da Noite – 28 de julho de 1930.
- Figura n.º 2 – Primeira página do jornal Diário Carioca – 27 de julho de 1930.
- Figura n.º 3 – Primeira página do jornal *A União* – 27 de julho de 1930.
- Figura n.º 4 - Irmãos de João Pessoa, Jornal Diário Carioca, 28 de julho de 1930
- Figura n.º 5 - Primeira página do jornal *A União* – 24 de janeiro de 1978.
- Figura n.º 6 – Bandeira do estado da Paraíba
- Figura n.º 7 – Bandeira do município de Umbuzeiro
- Figura n.º 8 – Corpo de João Pessoa no necrotério em Recife
- Figura n.º 9 – Jornal Diário da Borborema 27 de julho de 1978 – pg. 3
- Figura n.º 10 – O penúltimo retrato de João Pessoa
- Figura n.º 11 – O último retrato de João Pessoa
- Figura n.º 12 – Máscara mortuária do Presidente João Pessoa
- Figura n.º 13 – Inauguração da tela do presidente João Pessoa no Palácio do Catete
- Figura n.º 14 – Primeira página do Jornal *A União* - 02 de agosto de 1930
- Figura n.º 15 – Passeata Cívica nas ruas da capital paraibana
- Figura n.º 16 – Civis fardados do 22º Batalhão na Paraíba
- Figura n.º 17 - Altar da Pátria
- Figura n.º 18 - Passeata cívica na cidade de Alagoa Grande
- Figura n.º 19 - Vista da Praça João Pessoa: Palácio da Redenção e Faculdade de Direito
- Figura n.º 20 - Primeira página do jornal *A União* - 26 de julho de 1997
- Figura n.º 21 – Caminhão do corpo de bombeiro transportando as cinzas de João Pessoa
- Figura n.º 22 – Urnas sendo solenemente depositadas no jardim do Palácio da Redenção
- Figura n.º 23 – Portão de entrada do mausoléu do Presidente João Pessoa
- Figura n.º 24 – Visão da entrada principal do mausoléu do Presidente João Pessoa
- Figura n.º 25 – Visão do interior do mausoléu em direção a Praça João Pessoa

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	i
EPIGRAFE	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE QUADROS	vi
LISTA DE FIGURAS	vii
1. INTRODUÇÃO	01
2. UM DRAMA NOS JORNAIS: A CONSTRUÇÃO DO ASSASSINATO DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA	06
2.1. JOÃO PESSOA ASSASSINADO! O CRIMINOSO: JOÃO DUARTE DANTAS. O RESPONSÁVEL: GOVERNO FEDERAL	15
2.2. OS ECOS DA NOTÍCIA: O CRIME COMO UMA TRAGÉDIA NACIONAL	27
2.3. A SACRALIZAÇÃO DO HERÓI E MÁRTIR	38
3. A CULTURA HISTÓRICA EM COMEMORAÇÕES: O CENTENÁRIO E O ESPETÁCULO.....	53
3.1. (RE)INVENTAR O PASSADO: COMEMORAR PARA NÃO ESQUECER.....	54
3.2. A MITIFICAÇÃO DO NASCIMENTO DE JOÃO PESSOA: O MISTÉRIO DE UMBUZEIRO?	62
3.3. O MÁRTIR DA “REVOLUÇÃO”: ECOS DE 1930?	77
4. OUTRAS CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS: A IMORTALIZAÇÃO DE JOÃO PESSOA.....	86
4.1. EM TORNO DE UMA IMAGEM-MONUMENTO: JOÃO PESSOA COMO MEMÓRIA EMOLDURADA	87
4.2. FOGO ETERNO E COLUNAS DE HONRA: UM MAUSOLÉU COMO LUGAR DE MEMÓRIA	115
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6. REFERÊNCIAS.....	132
7. ANEXOS.....	139

1. INTRODUÇÃO

Numa casa bastante simples do interior, há mais de 100 km da capital paraibana, pendurado na parede do quarto de uma senhora com mais de 80 anos, próxima ao “oratório” dos santos, estava uma pequena fotografia do Presidente João Pessoa¹, a mesma que se encontra no Palácio da Redenção, na qual o Presidente aparece em seus trajes oficiais: “Olhos escuros e fiscalizadores, boca bem rasgada, bigodes aparados, fronte alta, cabelos grisalhos, repartidos à esquerda e com uma trunfa petulante” (VIDAL, 1978 p.11). A foto permanecera em seu lugar de honra por mais de meio Século. Ao ser indagada sobre quem era aquele senhor, minha avó, hoje falecida, dava sempre a mesma resposta: “um santo”, “um homem bom, que morreu pela Paraíba”.

Esse breve relato traz fragmentos acerca dos meus primeiros contatos com esse personagem político, os quais foram as motivações iniciais para que pensasse sobre a concretização das páginas que foram escritas, a partir de uma pesquisa que nos possibilitou refletir sobre a construção da memória política do Presidente João Pessoa, presente no imaginário político e social desde os anos de 1930, por meio de símbolos utilizados pelos paraibanos e políticos da Aliança Liberal, que contribuíram para a preservação de sua figura mitificada.

Considerando que na Paraíba, sobretudo na capital, houve uma grande comoção social quando da morte de João Pessoa, em julho de 1930, ampliada pelas condições apoteóticas com que o enterro dele foi realizado (MELO, 2003, p.314), podemos dizer que os grupos políticos investiram em atitudes de exaltação para explicar sua trágica morte, ao mesmo tempo em que objetivavam o engendramento de uma identidade comum aos cidadãos paraibanos, impulsionada pelos sentimentos de pesar e utilizando mecanismos de sensibilização e de fervor coletivo.

Mudam-se a bandeira do Estado, o nome da capital e do Palácio do Governo; gestos cívicos nas escolas e comemorações oficiais são legitimados; constrói-se um altar de culto ao Presidente, promovem-se romarias com seu retrato, uma majestosa praça em sua

¹ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB), em 1878. Era sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa. Ingressou, em 1895, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1899, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, por onde se formou em 1904. Em 1909, transferiu-se para o Rio de Janeiro, trabalhando como advogado no Ministério da Fazenda e na Marinha. Em julho de 1919, três meses após a posse de Epitácio Pessoa na presidência, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). Em 1928, elegeu-se presidente do estado da Paraíba. Em 1929, João Pessoa negou-se a apoiar a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República e aceitou convite para ser o candidato a vice-presidente na chapa oposicionista da Aliança Liberal, articulada pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas. Em 1930 em viagem ao Recife, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em uma confeitaria da capital pernambucana. O assassinato provocou forte comoção no país. Fonte http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joaopessoa.htm

homenagem, monumentos, feriados, festas pelo seu centenário de nascimento e, a partir dos anos de 1997, constrói-se um mausoléu. Diversas formas de divulgação do acontecimento histórico e sua perpetuação contaram com a participação da imprensa local e de outros estados da federação, dos historiadores, memorialistas e biógrafos do Presidente bem como da criação de lugares de memória que, juntos, constituíram cultura histórica acerca da morte e da quase imortalidade do então Presidente, depois tratado como santo, herói e mártir.

O tema central desta dissertação são os mecanismos “da produção, circulação e percepção simbólica” (BURKE, p.13) da construção da imagem do Presidente João Pessoa e a apreensão, mesmo que parcialmente, dos interesses dos propagadores de sua “deificação” no cenário estadual e nacional.

Durante a pesquisa, constatamos e pudemos perceber que, ao longo do Século XX, a historiografia oficial, incluindo o jornal *A União*, publicado pelo Governo, na Paraíba, que construiu e consolidou, em torno da figura de João Pessoa, uma imagem de herói e mártir, baseado nos seus feitos governamentais e políticos.

Metodologicamente, na primeira fase da pesquisa, foi realizado um levantamento e a identificação da historiografia a respeito de João Pessoa, que incluiu um conjunto de obras de caráter teórico sobre a temática da pesquisa. O levantamento bibliográfico teve por finalidade buscar pistas e indícios sobre o tema, a partir do qual pudemos compreender diferentes leituras atribuídas aos anos de 1930.

Paralelamente ao levantamento indicado anteriormente, procedemos à leitura de algumas biografias que foram escritas em décadas anteriores, especialmente as publicadas nos anos da comemoração dos “Cinquenta anos da Revolução de 1930” como também obras mais recentes, escritas no final do Século XX, com o intuito de perceber nessas obras a idealização ou não da construção heróica da imagem de João Pessoa.

O foco central da pesquisa concentrou-se na leitura dos jornais produzidos nos dias seguintes ao assassinato de João Pessoa. Apropriamo-nos desses discursos com o objetivo de perceber os possíveis diálogos entre as biografias e os jornais pesquisados.

Em um segundo momento da pesquisa, na direção de pensarmos as possibilidades para a construção de uma narrativa histórica, por meio da produção simbólica, procedemos a um levantamento dos “lugares de memória” (mausoléu, fotografias, monumentos), a fim de colocá-los, também, em diálogo com os artigos de jornais e a historiografia. Lançamos nosso olhar tendo como perspectiva: o tamanho, a localização, a composição iconográfica, a representação, as cores, a iluminação, o(s) artista(s) construtor (es) das obras, o valor do empreendimento, os locais de exposição e as justificativas para a sua concretização tanto na capital paraibana quanto na cidade de Umbuzeiro.

Podemos dizer que o início do processo da mitificação da imagem de João Pessoa aconteceu com sua morte em Recife, no dia 26 de julho de 1930. A partir desse dia, reveste-se o cadáver com uma aura divina de poderes extraordinários. Naquele momento, o lugar de memória e a motivação para a “indignação coletiva” encontram espaço nas páginas dos jornais. Em estudos anteriores a esta pesquisa, identificamos abordagens que privilegiaram apenas as manifestações ocorridas na capital paraibana e as notícias divulgadas pelo jornal local.

Nesse sentido, pretendemos discutir, no **segundo capítulo**, como os jornais de outros estados publicizaram a notícia da morte do Presidente João Pessoa, uma vez que vários trabalhos realizados sobre esse momento privilegiaram apenas a imprensa local, atribuindo a construção heroica de João Pessoa como sendo uma particularidade dos jornais locais *A União*, *Correio da Manhã*, entre outros².

Dessa forma, nosso intuito foi “sair dos muros de casa” e ir além, numa indagação pertinente à pesquisa: Esse propósito de evocação do “grande Presidente” foi uma proposta exclusiva dos políticos e da imprensa paraibana? Nas páginas dos jornais de outros estados vinculados à Aliança Liberal³, houve a “heroicização” a João Pessoa e ao seu “martírio”?

Selecionamos para a pesquisa os jornais que foram publicados nos anos de 1930 e que também nos permitissem o acesso aos seus arquivos⁴. Outro critério para a escolha dos periódicos foi identificar aqueles que tinham uma tiragem significativa no período estudado, como por exemplo: *A União* correspondia à venda de 30 mil exemplares ao dia. Essa tiragem ainda hoje não foi suplantada nem pelo próprio jornal, nem pelos diários que circulam na capital paraibana. O jornal *O Estado de São Paulo* tinha maior expressividade - 100 mil cópias - e o *Correio do Povo*, 75 mil exemplares. Investimos, ainda, na observação gráfica desses periódicos e na análise dos títulos, das fotografias e dos textos.

Mesmo não tendo uma “coluna de leitores”, um aspecto que nos interessou em trabalhar com os periódicos foi a participação popular nos jornais. Vimos, diariamente, a publicação de cartas de senhoras, frases de estudantes e jovens, discursos de crianças em movimentos populares, que expressavam, com cores fortes, a presença do povo nos acontecimentos e a recepção das notícias.

² Nesse sentido, referimo-nos à dissertação de Mestrado de José Luciano de Queiroz Aires, intitulada *Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba*, defendida em dezembro de 2006 na UFPB-PPGH. Seu trabalho discute a construção da memória oficial da “Revolução de 30”, com base no mito João Pessoa e os lugares de memória institucionalizados, usando-se fontes restritas ao estado da Paraíba, a exemplo dos Jornais locais *A União*, *Correio da Manhã* e *A Liberdade*.

³ Nome dado à coligação partidária formada em 1929, em oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes à presidência da República, durante as campanhas eleitorais para a sucessão ao Palácio do Catete, composta por gaúchos, mineiros e paraibanos, que apoiavam a chapa: Getúlio Vargas, para Presidente, e João Pessoa, para vice (Ver Moraes, Fernando. *Chatô o Rei do Brasil*, 1994).

⁴ A aquisição de alguns jornais se deu através da compra na Biblioteca Nacional em forma de imagens microfilmadas. Outros, porém, foram fotografados diretamente nos arquivos.

Os trabalhos de Alberto Dines (1986), Maria Helena Capelato (1988) e Tânia de Luca (2005) nos auxiliou no trato das fontes impressas e foram importantes para nossas reflexões, uma vez que, naquele momento, os jornais se constituíram como “expressão” e “representação” e engendradores de uma cultura histórica acerca do assassinato de João Pessoa, explicando o acontecimento de acordo com seus interesses e motivações. Tivemos a liberdade de atualizar a grafia para uma melhor compreensão dos enunciados, no entanto, tivemos preocupação constante para que essa atividade não destituísse o sentido das palavras do seu contexto original.

Podemos dizer que, se, de um lado, a morte “ressuscita” o cadáver, de outro, a continuidade do mito começa a reverter o processo, buscando as origens de sua “vocação para o sacrifício” no seu nascimento. A morte não responde a todas as questões para sustentar o mito, inclui-se, nesse sentido, a herança familiar, a explicação genealógica para a predestinação do “líder revolucionário”.

Em 1978, na Paraíba, é festejado o centenário do aniversário do Presidente João Pessoa. Essas comemorações incluíram publicações de livros, discussões sobre a contribuição de João Pessoa para a “História”, mais uma pista para pensarmos na elaboração de uma cultura histórica em torno de heróis nacionais.

No terceiro capítulo, procuramos apreender como esses dois extremos - o nascimento e a morte - foram apropriados pelos continuadores de sua “fama”, atestando ao homenageado uma dimensão sobrenatural, explicada pelos “deuses do destino” que o teriam escolhido para uma “horrível missão”. Umbuzeiro, a cidade natal do Presidente, nesse ano de comemoração, tornou-se o grande palco para as encenações, os discursos políticos e as inaugurações de obras que justificam a dignidade da cidade como “berço de grandes heróis”. O jornal *A União* tem uma publicação extensa, com várias páginas (janeiro a outubro de 1978) sobre as comemorações do centenário, bem como as programações envolvendo vários políticos em suas festividades, como veremos mais adiante.

Entre o drama da morte e as festividades do centenário, são construídos símbolos que lembram o seu “sacrifício” mas também que recordam a sua “predestinação” para o heroísmo. **No quarto e último capítulo**, tratamos de investigar como o Estado, por meio de seus órgãos oficiais, os políticos e os familiares de João Pessoa investiram na construção de monumentos, objetos e utensílios que se pretendiam atribuir essa suposta imortalidade, consolidando a sua imagem de “herói e mártir”. Dessa forma, trabalhamos com o mausoléu construído nos jardins do Palácio da Redenção, bem como com a última foto de João Pessoa, tirada no Recife minutos antes de sua morte e bastante difundida entre a população. Essa imagem foi usada em praça pública, tratada como símbolo de sua presença entre as pessoas, em passeatas cívicas, nas primeiras páginas dos jornais e no interior dos lares paraibanos, junto aos santos de devoção. O “último retrato” de João

Pessoa mereceu nossa atenção, uma vez que foi exaustivamente utilizado como “emblema” para a sua propagação de várias formas: como imagem oficial, foi estampada repetida vezes, nas primeiras páginas dos jornais, reproduzida às centenas para ser distribuída aos populares, exposta em praça pública para visitação, carregada em esquifes pelas ruas das cidades, tanto no interior quanto nas capitais brasileiras, e pendurada nas paredes no interior das casas como “figura sagrada”.

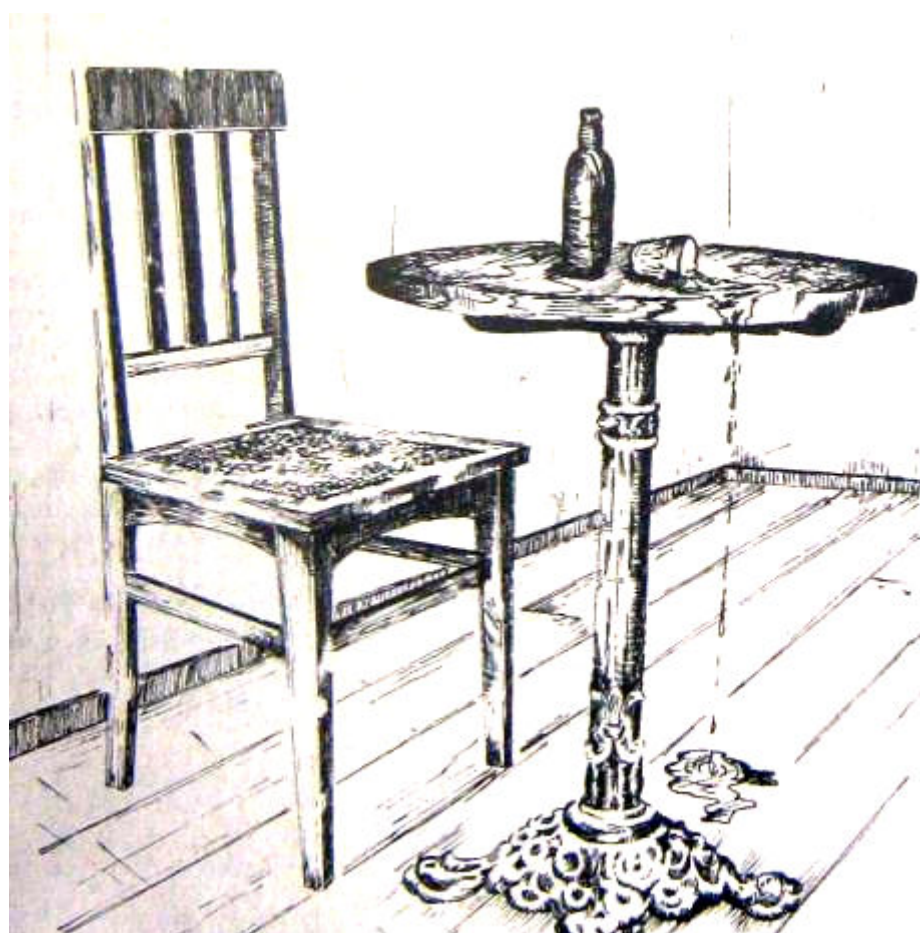
Na direção oposta à da consagração da imagem de João Pessoa como imortal, identificamos uma propaganda dos aliancistas, na capital paraibana, para a retirada de fotografias dos políticos vinculados ao Governo federal, expostas na Assembléia Estadual e no Palácio do Governo. O ritual se completava ao jogá-las em fogueiras, expressando uma luta entre construir e apagar memórias. Na expressão de Le Goff (2003), uma *damnatio memoriae*.

O estudo que realizamos, que tem como referência as fontes mencionadas anteriormente, ancora-se no domínio da História Cultural, possibilitando uma reflexão para além do que elas são. A nossa pretensão é de buscar a memória coletiva que produziram essas fontes, bem como fontes que também construíram memórias, considerando sua historicidade. Portanto, a nossa pesquisa com os jornais, fotografias e monumentos esteve vinculada a uma materialidade cujos propósitos foram elaborados no sentido de pretender um caráter memorialista.

A perspectiva da História Cultural e da Nova História Política nos conduziu no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, destacamos como contribuições significativas as obras de Peter Burke, Jacques Le Goff, Georges Balandier, Raoul Girardet, Maurice Mouillaud, Mircea Eliade e José Murilo de Carvalho, autores que nos encaminham para compreender elementos do imaginário coletivo, como: imagens, mitos políticos, representações do poder e manipulação da memória coletiva, a partir de elementos simbólicos. Suas reflexões envolvem a produção dessa materialidade, a circulação e o público a ser alcançado, bem como os canais de comunicação para se chegar a esse público.

CAPÍTULO II

UM DRAMA NOS JORNAIS: a construção do assassinato do Presidente João Pessoa



*Recife –PE – Confeitaria A Glória: lugar do assassinato
(Sacrifício)*

Segundo Balandier (1982), drama é uma expressão de origem grega, com dois sentidos: o de agir e o de representar. Essa dupla tarefa possibilita ao discurso dramático a criação da ilusão do vivido, uma teatrocracia, em que “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (BALANDIER, 1982, p.6).

Os textos das notícias publicadas nos jornais impressos têm algumas características que o aproximam do discurso do drama, um gênero literário orientado para uma situação de comunicação que coloca, face a face, atores e espectadores, num espaço-tempo comum, como afirma Dines (1986), a saber: a importância do tempo presente - cada leitor deve ser tratado como se estivesse tomando conhecimento do assunto naquele instante - a simplificação e o caráter apelativo desse discurso, com recurso frequente às emoções ou a concentração da ação em torno de um pequeno núcleo de personagens que estabelecem entre si uma relação tensa e conflituosa.

Para Souza (2003), as funções que o discurso dramático pode desempenhar, quando utilizado nas páginas dos jornais, são: (1) A luta pela imposição de uma visão do mundo, o qual é apresentado como uma imposição da percepção ou da visão das ações humanas e, por isso mesmo, explicaria e autorizaria uma intervenção direta; (2) Remitificação - nesse caso, o discurso dramático especializado na representação de situações de tensão pode ajudar a montar um conflito que resolva definitivamente a confusão simbólica dominante; (3) Agitação política: ao representar situações de tensão e de conflito entre as personagens, apelar às emoções e persuadir, o discurso dramático pode produzir um veículo eficaz de agitação política.

Partindo do entendimento de que a imprensa pode ser pensada como uma prática social de produção de sentidos sobre a experiência coletiva e produtora de discursos dramáticos (DINES, 1986), a nossa ênfase está focada na produção, na circulação e no consumo das notícias da morte do Presidente João Pessoa.

A abordagem aqui proposta tem como objetivo central pensar os jornais como “promotores, montadores e arquitetos do acontecimento” (MOUILLAUD, 2002, p.51), ou seja, na forma como se dá a seleção de fatos que constituem o cotidiano desses jornais, no entendimento de fato histórico – assassinato de João Pessoa – elaborado/construído para o público.

Consideramos as notícias como um produto de estratégias, e não, como dados dos quais seria suficiente registrar a ocorrência (MOUILLAUD, 2002), uma vez que o foco das nossas reflexões e problematizações são as estratégias comunicativas e/ou discursivas utilizadas pela mídia impressa na construção da notícia do assassinato do Presidente João Pessoa. Analisamos a dramaticidade das manchetes evocadas, textos e imagens

(fotografias, iconográficos etc.), em cada periódico selecionado, a partir do uso que fazem da memória e da divulgação desse caso.

A principal fonte selecionada para essa parte da pesquisa - os jornais - foi objeto de debates sobre o seu uso nos estudos históricos. Alguns o consideravam apenas como “registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”, trazendo do ocorrido as “imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. Segundo Luca (2005), essas eram as concepções atribuídas aos jornais na tradicional historiografia identificada como historicista do Século XIX. A imprensa aparecia em geral desprezada pelos historiadores devido à sua “falta de objetividade”. Nesse sentido, as fontes privilegiadas para essa história “positivista” eram aquelas vistas como portadoras dos “fatos” e da “verdade”, na medida em que pudessem estar livres de qualquer parcialidade. Assim, a documentação escrita produzida pelos Governos passa a ser a fonte privilegiada, e, a partir da crença desse material, garantiria maior cientificidade ao estudo, devido a sua suposta autenticidade e confiabilidade. “Com a escola positivista, o documento (oficial) triunfa” (LE GOFF, 2003 p.529).

Dessa forma, a imprensa passou a ser relegada à condição subalterna, pois seria apenas “reflexo” superficial de ideias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica da sociedade. De outro lado, para Capelato (1988), os que faziam a imprensa escrita, sendo acusados de produzirem “subjetividade” e “parcialidade” em suas páginas, “também tinham preocupações semelhantes aos positivistas, ou seja, no “culto à objetividade”, em suas notícias e na concepção de “fato-verdade” em seus jornais.

Entre a primeira concepção de perceber o jornal como fonte suspeita e desprezá-lo por não “refletir a sociedade” ou a condição de enaltecimento pelos seus relatos fidedignos do fato, Capelato (1988) defende que “as duas posturas são contestáveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque é permeada pela subjetividade” (CAPELATO, 1988, p.21).

Os anos de 1970, na opinião de Luca (2005), seriam um marco para a renovação dos estudos históricos na França⁵. Essas mudanças alteraram a própria concepção de documento e sua crítica, cujos pontos essenciais foram sistematizados por Le Goff (2003):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente e inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2003 p. 538)

⁵ A autora cita os *Annales*(1929) como contrária às concepções da escola metódica e aponta uma renovação dos estudos historiográficos pelos historiadores da *Terceira Geração dos Annales* (1972), entre eles, Pierre Nora e Jacques Le Goff. A novidade apontada estava ligada a três processos trazidos como proposta para uma História “Nova” alicerçados em “**novos problemas, novas abordagens e novos objetos**”.

Desde então, mais que a veracidade do documento, importam as questões que lhe são feitas. A fonte, para os historiadores, passou a ser algo construído através de suas indagações. Nesse caso, questionar o documento significa não apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade e os interesses que o produziram.

Essa “revolução documental” possibilitou uma amplitude de pesquisa, no que diz respeito aos jornais e a uma nova concepção além das que discutimos anteriormente, ou seja, entre a falta de objetividade e a pretensão do jornal em publicar o fato real. Apresentamos, aqui, a fala de Capelato (1988), que aponta quais são essas novas abordagens:

A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão produzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1988 p.24-25)

Nesse sentido, percebemos o entendimento de que o jornal não se constitui inquestionável, mesmo oferecendo contribuições importantes à historiografia recente, entretanto, é preciso perceber os “atos de poder” que o fabricaram, pois ele pertence a um grupo com determinada visão de mundo ou objetivos implícitos, bem como a importância do questionamento do conteúdo publicado, o posicionamento tanto quanto do escritor dos artigos dos periódicos e das relações com a sociedade que o fizeram decidiram na produção dos jornais. A partir dessas considerações, afirma ainda Capelato:

A reconstituição dos liames entre a história e a política implica em reverter o sentido do que foi descrito para desvendar os artifícios dos *construtores da memória*. São esses caminhos que têm percorrido muitos dos que elegem a imprensa como objeto e fonte dos estudos históricos. (CAPELATO, 1988 p.25 – grifos da autora)

Luca (2005) corrobora com a citação acima, uma vez que, para a autora, não seria interessante parar a pesquisa histórica na discussão da “objetividade ou neutralidade” da imprensa, porquanto o importante para os historiadores que desejam realizar pesquisa nesse campo é “dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”, ou seja, “com o conteúdo escolhido que se tornou notícia.”

Em outras palavras, Capelato (1988) sintetiza que o historiador, ao analisar a fonte-jornal, não necessita questionar se as ideias ou informações nelas contidas são falsas ou verdadeiras, mas, antes, saber: “Quem produziu o jornal? Para quê? Como? Quando?.”

As transformações na historiografia brasileira também ocorrem nos anos de 1970, segundo Luca (2005), quando ela redimensiona a importância da imprensa, que passa a ser considerada como fonte documental (na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas), objeto de estudo da História, como agente histórico que intervém nos processos e episódios e não é um mero "reflexo" da sociedade.

Nesse contexto, são comentados por Luca (2005) trabalhos com um variado leque de abordagens dos historiadores ou pesquisadores das ciências humanas, que utilizaram o jornal e outros periódicos como uma fonte ou objeto de/para problemáticas ampliadas. Das obras citadas, percebemos que houve, no início, uma "ponderação" em relação ao uso do jornal como fonte histórica, devido a duas considerações: a primeira, de que os periódicos eram considerados "meros receptáculos" de informações e ficavam "ao bel-prazer do historiador" utilizá-los da forma que queriam, e a segunda, que seriam os jornais apenas transmissores de "interesses e discursos ideológicos".

Os trabalhos dos historiadores Arnaldo Contier (1973), Capelato e Prado (1974) e Borges (1979)⁶ são apresentados como "deslocamentos" na utilização do jornal como um objeto da pesquisa histórica. A abordagem maior destes estudos é a preocupação com o político, percebendo por meios dos jornais o vocabulário político-social presente num conjunto de periódicos, as ideologias e os instrumentos de manipulação, interesses e intervenções na vida social, bem como o exame das relações entre chefes políticos e as oligarquias nas primeiras décadas da República brasileira.

De acordo com essa mesma autora, "a variedade de fontes impressas é enorme e, dessa forma, as possibilidades de pesquisa são amplas e variadas", por isso exige procedimentos teórico-metodológicos. Mesmo sem apontar uma única via, ela indica alguns passos que devem ser seguidos pelos que queiram se debruçar sobre esse tipo de fonte histórica.

Um dos primeiros aspectos é a percepção da sua materialidade, visto que os jornais engendram e são engendrados em cada época das condições de produção e contextualidade em que foram fabricados. Outro aspecto interessante é o grupo responsável pela sua editoração atentando para as notícias como "porta-voz" dos responsáveis pelo editorial e a análise daquilo que se tornou conteúdo de informação para os leitores.

Para Capelato (1988), essa difusão, através da palavra escrita e do uso de fotografias, possibilita um terreno fértil para o historiador. Segundo essa autora, os discursos expressos nos jornais permitem acompanhar as ideias que circulavam na época estudada.

⁶ Arnaldo Contier, Tese de Doutorado – Imprensa e ideologia em São Paulo (1973); Maria Ligia Prado e Helena Capelato – Dissertações de mestrado fundidas no livro *O Bravo Matutino* (1974) e Vavy Pacheco Borges – investigação através dos jornais paulistas *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *o Diário Nacional*, as relações entre Getúlio Vargas e a oligarquia do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1926 a 1932.

Os impressos traduzem várias ideias e valores de diversos segmentos sociais porque elas perpassam a sociedade e vão além dos jornais.

Outra forma destacada ainda por essa mesma autora é a análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa, revelando, assim, a complexidade da luta social. A autora ainda aponta elementos presentes nos jornais que possibilitam a análise dos historiadores. Ao pesquisarem esses periódicos, “os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro” (CAPELATO, 1988 p.34).

Tendo em vista nossa proposta de analisar de que forma os jornais dos anos de 1930 publicizaram a morte do Presidente João Pessoa, buscamos identificar, a partir desses periódicos, “o conteúdo”, ou seja, as notícias do seu assassinato, e dar a devida importância aos idealizadores das publicações, posto que os jornais não constituem obras isoladas de interesses ou de ideias solitárias, eles são

Empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. (LUCA, 2005, p. 140).

A morte de João Pessoa, em Recife, teve uma repercussão que dominou completamente as primeiras páginas dos principais jornais do país durante várias semanas. Se fizermos um retrospecto do que ocorreu desde os primeiros dias, a partir do domingo do dia 27 de julho, quando os jornais começaram a divulgar as notícias sobre “os motivos do assassinato”, “os culpados”, “a repercussão nacional”, perceberemos que aquela não seria apenas mais uma notícia para ser publicada em um único dia.

O assassinato de João Pessoa ganhou destaque e ampla difusão em esfera nacional. Em alguns jornais, foram meses de intensas publicações, que se estenderam do dia da morte ao enterro, as missas de sétimo e trigésimo dias, as palavras dos políticos nas assembleias estaduais e as trocas de informações em jornais que pertenciam à mesma rede de noticiários (QUADRO I)

O autor do assassinato foi o advogado João Duarte Dantas. De acordo com Melo (2003), a indisposição do Presidente João Pessoa com a família Dantas, da cidade de Teixeira, na Paraíba, vinha constituindo-se num clima de ódio e de perseguição, que tomaria fôlego com início da “Guerra de Princesa”, em março daquele ano, comandada pelo coronel José Pereira, portanto aliado dos Dantas e inimigo de João Pessoa. Esse assassinato, ocorrido em Recife no dia 26 de julho de 1930, já rendeu variadas publicações e calorosos

debates historiográficos posteriormente. A lista de autores⁷ vai de historiadores que discutem os conflitos políticos ocorridos na Paraíba anteriormente à indicação de João Pessoa para assumir o cargo de Presidente, bem como às relações de discórdias envolvendo os oligarquias de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul e os desdobramentos após o crime, culminando com a tomada do poder pelos aliancistas após destituírem do cargo o Presidente Washington Luís.

A escolha dos jornais foi realizada com base em criteriosa pesquisa em sites especializados bem como sítios dos próprios jornais em foco. Procuramos selecionar esses impressos de tal forma que possibilitassem uma representatividade dos estados brasileiros nos anos de 1930, permitindo pensarmos tanto as formas de “comunicação” quanto a “informação” que, segundo Dines (1986), constituem-se em elementos-chave para a compreensão do fazer jornalismo. “Temos, assim, a comunicação como estabelecimento de uma sintonia, a criação de um conduto de igualdades e a informação, o conteúdo que ocorre dentro desse canal” (DINES 1986, p. 61).

Destacamos, ainda, que diversos desses periódicos pertenciam à grande empresa jornalística “Diários Associados⁸” que, sob a direção de Assis Chateaubriand⁹, foi colocada a serviço da Aliança Liberal, tanto nas campanhas eleitorais como também desempenhando um papel decisivo na dramatização e amplificação do assassinato de João Pessoa.

Para Moraes (1994), Assis Chateaubriand e seu “império jornalístico” foram obscurecidos na maioria dos livros sobre a história da “Revolução de 30”, bem como a sua vinculação ao Governo mineiro, desempenhando importante papel nessas articulações. Tornou-se o intermediário entre Antônio Carlos, Presidente de Minas Gerais, e João Neves da Fontoura, representante gaúcho, nos entendimentos para lançar a candidatura de Getúlio Vargas, então Presidente do Rio Grande do Sul no ano de 1929. Posteriormente, quando do assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, os órgãos dos *Diários Associados* acusaram formalmente o Governo federal como responsável pelo crime.

⁷ Nessa amplitude de opiniões, debates e dissensos, destacamos os trabalhos de Vidal (1978); Rodrigues (1978); Mello (1978); Joffly (1979); Albuquerque (1979); Mello (1989) Gurjão (1994); Mello (2002); Melo (2003); Aguiar (2005) Raposo (2006) entre outros.

⁸ Os Diários Associados são uma das maiores corporações da história da imprensa no Brasil ainda hoje. Na primeira metade do Século XX, formou uma cadeia de jornais (e a importante revista O Cruzeiro) que, em 1930, já contava com dezenas de jornais. Fonte :http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rios_Associados

⁹ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello nasceu em Umbuzeiro (PB), no dia 5 de outubro de 1892. Aos 14 anos, teve sua primeira experiência jornalística, escrevendo para O Pernambuco. Ingressou na Faculdade de Direito de Recife em 1908 e, para custear seus estudos, tornou-se redator do *Jornal Pequeno* (1910-1915). Foi professor de direito romano e de filosofia do direito nessa Faculdade. Em 1924, comprou no Rio de Janeiro o matutino O *Jornal*. Seis meses mais tarde, adquiriu seu segundo jornal, o *Diário da Noite*, em São Paulo. Com base nesses dois órgãos, iniciou a estruturação de uma grande empresa jornalística, que, mais tarde, viria a ser conhecida como Diários Associados. Assim, em 1927, fundou a revista O *Cruzeiro*, semanário que, segundo o próprio Chateaubriand, teria contado em seu lançamento com o auxílio de Getúlio Vargas. Com a realização das eleições presidenciais em março de 1930 e a derrota da Aliança Liberal, engajou sua cadeia jornalística na defesa de uma saída revolucionária para impedir a posse de Júlio Prestes, apoiando decisivamente a tomada do poder pelos revolucionários em outubro de 1930. Ver MORAIS, Fernando. Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

QUADRO I – JORNAIS PESQUISADOS

REGIÃO	TÍTULO DO JORNAL	ESTADO	Tiragem de cópias em circulação (1930)	Publicação sobre o assassinato (27-07 a 09-08 de 1930)	Atualmente em circulação
NORDESTE	1 A União ¹⁰	Paraíba	30.000	8 edições	sim
	2 Correio da Manhã ¹¹	Maranhão	X	5 edições	Extinto
	3 Folha do Povo ¹²	Maranhão	X	6 edições	Extinto
	4 Diário de Pernambuco ¹³	Pernambuco	X	9 edições	sim
SUDESTE	5 Diário de São Paulo ¹⁴	São Paulo	90.000	8 edições	sim
	6 O Estado de São Paulo ¹⁵	São Paulo	100.000	9 edições	sim
	7 Diário da Noite ¹⁶	Rio de Janeiro	150.000	18 edições	Extinto
	8 Jornal do Commercio ¹⁷	Rio de Janeiro	X	8 edições	sim
	9 Diário Carioca ¹⁸	Rio de Janeiro	X	10 edições	Extinto
	10 Correio do Povo ¹⁹	Rio Grande do Sul	75.000	8 edições	sim
	11 Estado do Rio Grande ²⁰	Rio Grande do Sul	X ²¹	10 edições	Extinto

¹⁰ Jornal fundado em 1893 pelo Presidente da Paraíba, Álvaro Lopes Machado, como sendo o Jornal Oficial em defesa do Governo. Ver Informações: MARTINS, Eduardo. **A União: Jornal e História da Paraíba, evolução gráfica e editorial**. Ed. Ilustrada. João Pessoa, 1977.

¹¹ Jornal maranhense. Em 1930, seu diretor gerente era o jornalista João Alfredo de Mendonça, influente na cidade de São Luís e partidário da Aliança Liberal. Fonte: Biblioteca Nacional

¹² O diretor e proprietário era Tarquínio Filho, político e médico, que foi governador do Maranhão e jornalista partidário da Aliança Liberal. <http://www.cefet-ma.br/publicacoes/artigos>

¹³ O mais antigo jornal da América Latina - foi fundado em 7 de novembro de 1825, por A. J. de Miranda Falcão; em 1930, era de propriedade de Carlos Lyra, e a redação era dirigida por Lyra Filho; incorpora-se aos Diários em 1931. http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_de_Pernambuco

¹⁴ Em 1930, Rubens do Amaral era o diretor, por ter posições partidárias contra o Presidente Washington Luís em 1931, foi incorporado aos Diários Associados e atualmente integra o grupo Rede Globo de televisão. Fonte: www.oglobo.globo.com/diariosp/

¹⁵ Foi fundado baseando-se nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875. Ao final do Século XIX, o Estado já era o maior jornal de São Paulo. Em 1930, o Estado, ligado ao Partido Democrático, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. <http://site.estadao.com.br/historico/resumo/cont4.htm>

¹⁶ Dirigido pessoalmente por Assis Chateaubriand e assessorado pelo jornalista Frederico Barata, foi um dos primeiros jornais comprados em 1925 e, em 1930, um dos veículos mais enérgicos a favor da Aliança Liberal. Mais tarde, serviu de base para a formação dos Diários Associados. Fonte: Biblioteca Nacional.

¹⁷ O Jornal do Commercio do Rio de Janeiro é um jornal voltado para as questões econômicas no Brasil e o mais antigo diário em circulação ininterrupta na América Latina até os nossos dias. Teve origem no Diário Mercantil (1824), de Francisco Manuel Ferreira & Cia., editado no Rio de Janeiro, voltado para o noticiário econômico. Teve o seu nome mudado para Jornal do Commercio (31 de Agosto de 1827). Atualmente é integradado aos Diários Associados. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_do_Commercio

¹⁸ Jornal carioca que pertencia aos Diários Associados, fundado em 17 de julho de 1928, tendo como chefe e editor José Eduardo de Macedo Soares, em parceria com Assis Chateaubriand, contra a política do Presidente da República, Washington Luís. Outras informações: <http://dc.serqueira.com.br/>

¹⁹ O Correio do Povo é um jornal impresso, brasileiro, em formato de tabloide, com circulação no estado do Rio Grande do Sul, fundado a 1º de outubro de 1895 por Caldas Júnior. A primeira edição do **Correio do Povo** saiu com quatro páginas e 2 mil exemplares. Pouco mais de três anos depois, já eram 4,5 mil exemplares. Desde então, o *Correio* passou a ostentar no cabeçalho os seguintes dizeres: *O jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul*. No período de 1929-1930, o redator-chefe do jornal era Walter Galvani, e o diretor geral, Fábio de Barros. http://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_do_Povo

²⁰ Foi criado em dezembro de 1913, durante a campanha para sucessão presidencial; em 1929 apoiou Getúlio Vargas, portanto era aliancista. O diretor era o jornalista L. Amaral Silveira. Ver SOSA, Derocina Alves Campos. **A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-FFCH, 2005.

²¹ X – Não conseguimos localizar a tiragem desses jornais apesar de várias tentativas ao longo do tempo de realização da pesquisa (2007-2009).

Luca (2005) fala do apoio emprestado dos Diários Associados ao líder do movimento da Aliança Liberal que, após se instalar no Palácio do Catete, depôs Washington Luiz, contando com os aplausos dos vários jornais de Assis Chateaubriand. Entre os citados, estão o *Correio da Manhã*, *O Globo*, o *Jornal do Comércio*, o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Platéia* e o *Diário Nacional*, mencionando esses como periódicos mais importantes do país.

Queremos destacar que esses jornais selecionados não representam, por certo, a totalidade da imprensa do Brasil daquele período. Também não pretendemos atingir essa totalidade, mas por serem órgãos de importância, uma vez que tinham maior circulação e popularidade na época, pois divulgavam a notícia em todo o território nacional através dos “Diários Associados”: Para o nosso propósito, é importante observar a função da imprensa como instrumento dos grupos que lutam pelo poder. Esse embate, no momento de conflitos políticos, transpõe-se como “guerras de memória”²².

Trabalhamos os periódicos selecionados no intervalo entre os dias 27 de julho e 09 de agosto de 1930, ou seja, divulgados na primeira semana após a morte do Presidente. Assim, mesmo em um curto período de tempo, essas notícias apresentam uma variedade de estratégias discursivas nas suas informações²³. Para melhor compreendê-las, decidimos agrupar as notícias apresentadas nas páginas desses periódicos em três conjuntos.

Os parâmetros de classificação que escolhemos ocorreram a partir da constatação de que algumas notícias privilegiadas nos jornais tomaram o caráter acusatório e de indicação dos mandantes do crime, fazendo crer aos seus leitores que o assassinato fora planejado e executado aos mandos do Presidente da República, Washington Luís, mesmo não havendo nenhuma prova de que João Dantas ou qualquer político contrário a João Pessoa tenha recebido apoio ou recursos financeiros para tal ação do Governo federal. Esse é o caso do *Diário da Noite* e do *Diário Carioca*, ambos do Rio de Janeiro, e o *Estado do Rio Grande*, de Porto Alegre. Esses jornais explicitam os nomes dos responsáveis, informando ao leitor, de imediato, os culpados e, ao mesmo tempo, a sentença para os envolvidos.

Outro grupo fez opção pelo aspecto das notícias que destacam as outras vítimas do atentado: nesse caso, “a Paraíba”, “o Rio Grande (do Sul)”, “A República” “o povo” e a “nacionalidade”. O foco é o recebimento da notícia pela população no Brasil inteiro. Em todos os recantos das páginas, são trazidos os acontecimentos e as notícias da repercussão

²² Expressão utilizada por François Dosse em “L’histoire et la guerre des mémoires”, Revista Saeculum 16. p. 11-24 jan-jun 2007.

²³ A nossa pretensão seria incluir na pesquisa *O Estado de Minas*, devido a sua articulação com a Aliança Liberal e com os Diários Associados, bem como o *Jornal do Commercio* de Pernambuco, um periódico que foi responsável pela veiculação de artigos contra o Presidente João Pessoa, meses antes da sua morte. A partir desse instante, toma uma posição de enaltecimento ao morto. Esses jornais não estavam disponíveis aos pesquisadores, por isso lançamos a ideia para futuras pesquisas.

do assassinato, tratados em outros jornais, bem como de outros estados brasileiros. Através de telegramas, fragmentos de outros periódicos e correspondentes de jornais, as páginas do *Diário de São Paulo* e de *O Estado de São Paulo*, de São Paulo, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, o *Diário de Pernambuco*, de Pernambuco, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e o *Estado do Rio Grande*, do *Rio Grande do Sul*, traduziam ou pretendiam externalizar como porta-vozes “o espírito público do Brasil” e a “indignação nacional” pelo assassinato de João Pessoa.

Finalmente, o terceiro grupo de jornais optou pelas notícias que exaltassem a vítima, qualificando-o como herói e mártir, destacando o passado de suas virtudes morais e políticas. Dessa forma, o assassinato torna-se um sacrifício pela Paraíba e pelo Brasil. O “grande” João Pessoa é transformado no “mártir do civismo”. Os relatos de sua biografia, fotografias em vida, quando em visita ao Rio de Janeiro, mas também fotos do cadáver no necrotério, elementos-chave, são utilizados à exaustão para a propagação de sua memória. Apontamos, nesse grupo, o *Jornal A União*, da Paraíba, o *Diário Carioca*, o *Diário de São Paulo*, o *Correio da Manhã* e a *Folha do Povo*, do Maranhão.

Podemos resumir esses conjuntos de notícias seguintes em três grandes “manchetes”: (1) Washington Luís, como mandante e único responsável pelo assassinato - a resposta do “povo brasileiro” seria um levante contra o Catete; (2) A recepção da notícia da morte de João Pessoa é matéria de ampla divulgação - o assassinato foi um ato que causou uma “consternação nacional”; o “povo” chora e lamenta numa profunda indignação popular no país inteiro; (3) João Pessoa tem o seu cadáver transformado nas páginas dos periódicos em “herói e mártir”, e o seu assassinato ganha a ideia de um sacrifício pelo Brasil.

É, portanto, desse conjunto de notícias que trataremos daqui em diante.

2.1. JOÃO PESSOA ASSASSINADO! O CRIMINOSO: JOÃO DUARTE DANTAS. O RESPONSÁVEL: GOVERNO FEDERAL

Segundo Moraes (1994), Chateaubriand, sabendo da “nova bomba” que tinha ocorrido em Recife, na tarde de sábado de 26 de julho de 1930, tratou logo de engajar a sua cadeia de jornais em função da propagação dramática do assassinato.

Chateaubriand largou o prato pela metade e foi para a redação do Estado de Minas, de onde coordenaria pessoalmente a cobertura do crime por seus veículos. Mesmo informado de todos os antecedentes do

assassinato, ele pressentiu que a chama da revolução renasceria daquele cadáver. Ligou para o Rio, orientou os editores sobre como tratar o assunto, telegrafou para o Diário de Notícias de Porto Alegre e só então sentou-se à mesa de Dario de Almeida Magalhães para escrever seu artigo. Na manhã seguinte, o Diário da Noite do Rio - o campeão de vendas da pequena rede, então com tiragem de quase 150 mil exemplares diários - estampava a manchete escandalosa, em três linhas, que tinha sido ditada letra por letra pelo dono na noite anterior, por telefone: "João Pessoa ASSASSINADO! O criminoso: João Duarte Dantas. O responsável: o Governo federal". (MORAIS, 1994, p. 86)

No dia 28 de julho de 1930, o artigo escrito por Chateaubriand veio em destaque na primeira página do jornal *O Diário da Noite*, do Rio de Janeiro, que Morais (1994) destaca como "campeão de vendas". Através daquele periódico, acusa explicitamente o Governo federal pelo assassinato de João Pessoa: *"Há um responsável por esse crime, e esse responsável não é João Duarte Dantas, que foi apenas instrumento. O responsável todos o reconhecem, todos o apontam: é o Governo federal."*

As palavras de "Chatô" sugerem consonância com a indagação do deputado federal gaúcho da Aliança Liberal, Lindolpho Collor, exposta na mesma página do jornal: *"Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?"* A resposta que o deputado desejava ter revela o entendimento dos aliancistas acerca do necessário esforço a ser empreendido: Decretado o nome do responsável pelo crime para, em seguida, exigir a sua deposição - essa era uma ideia pela qual ainda era preciso lutar.

O jornal *Diário da Noite* publicou, ainda, em sua primeira página do dia, a "sessão dedicada à memória do Sr. João Pessoa" que, segundo esse periódico, até as 13:25 daquele dia, o líder do Governo federal não havia aparecido para abrir a sessão do Congresso na capital federal, o que demonstrava que "seria o sinal de que naquele dia aquela casa não funcionaria". Segundo o jornal, o motivo já era conhecido de todos: "evitar os debates em torno do assassinato do Presidente João Pessoa". O político Maurício de Lacerda aproveitava a ocasião e falava aos redatores do *Diário da Noite* que os jornais seriam, naquele momento, "a única tribuna oportuna no manejo contra os crimes de uma ditadura sanguinária".

O trabalho de propaganda implementado pelos Diários Associados já tinha sido iniciado antes das palavras proferidas pelo deputado. Naquela ocasião, significava garantir a legitimidade da acusação: *"João Pessoa foi abatido pelo braço de um sicário armado pelo Governo federal"*, assim continuava a afirmar Chateaubriand. Na reprodução abaixo, da primeira página do Jornal *Diário da Noite*, dia 28 de julho de 1930 (figura 1), constatamos a estratégia do periódico, ao perceber as palavras que são destacadas em letras maiúsculas e dispostas ao centro da página para chamar a atenção dos leitores.

A expressão central foi retirada do artigo de Chateaubriand, em que se apontam criminoso e mandante do crime. Disposta em negrito, dentro de um retângulo, vem a pergunta categórica do deputado Lindolpho Collor, envolvida de teor “bíblico”, parafraseando a pergunta feita por Deus, após o assassinato entre os irmãos Caim e Abel: “*Caim, que fizeste do teu irmão?*”²⁴. Para Meirelles (2006 p.522), o assassinato de João Pessoa fora oferecido à oposição em uma bandeja de prata, e a fala de Lindolpho Collor, diante do plenário, na Câmara, deflagra esse “plano carvernoso” contra o Presidente Washington Luiz.

Segundo Moraes (1994), embora João Dantas fosse ligado por laços familiares a inimigos do Presidente Pessoa, e apesar de sua amizade com o “coronel” José Pereira, que estava em guerra após ter decretado “Território Livre de Princesa”, ninguém tinha dúvidas de que se tratava de um crime passional. No entanto, Chateaubriand e os políticos da Aliança Liberal, sem a menor cerimônia, continuavam acusando formalmente o Governo federal pelo crime.

Enquanto o jornal, o *Diário da Noite*, anunciava as palavras dramáticas dos políticos da Aliança Liberal, com o nome do acusado de ser o responsável pelo crime, o *Diário Carioca* vai além, pois sua primeira página do dia 27 de julho de 1930 expõe a fotografia do acusado, o Presidente Washington Luís. Nos primeiros parágrafos da chamada, o enunciador qualifica o agente do crime e mostra a sua imagem, expondo, dessa forma, dois pontos que são comuns entre esses dois jornais: o estabelecimento da relação sacrifício-heroísmo e o nome dos responsáveis pelo assassinato. Nessa primeira página, podemos identificar a presença de um dos efeitos básicos produzidos pelo discurso, com a finalidade de convencer quanto ao drama que está sendo proposto. Uma afirmativa no canto superior da página anuncia, em letras grandes, como um grito de choque e revolta: *João Pessoa foi assassinado!* Não somente é trazida a constatação do fato, mas também “o dever de vingar a morte”. Esse discurso estará sendo feito também com grande ênfase nos periódicos de Porto Alegre.

Com a mesma proporção de dramaticidade, o *Diário Carioca*, um dia antes, em consonância com as acusações e, dessa vez, dada uma importância fundamental às imagens nela trazida, expõe, na parte central da página, a fotografia do Presidente Washington Luís em sorrisos largos (figura 2) . O texto em torno dessa imagem acrescenta:

João Pessoa assassinado! A Parahyba golpeada em pleno coração! Já tardava o trágico desenlace. **Em torno ao herói, em torno a figura ciclópica do lutador intemerato, do bravo dos bravos**, rondava sinistra a longas horas, a miserável “tocaia de bugres” **os bugres do Governo os cangaceiros do sr. Washington Luís. João Pessoa caiu varado pelas balas assassinas** forjadas, covarde, infame e pacientemente, **pelo ódio mesquinho do Governo federal**. (*Diário Carioca*, em 27 de julho de 1930 - grifamos)

²⁴ A narrativa bíblica sobre esse assassinato encontra-se no livro do Gênesis, capítulo 4 versículos 1 ao 16.

A imagem sorridente do Presidente da República, exposta na primeira página, leva-nos a pensar os motivos que fizeram os editores escolherem justamente, entre tantas fotografias oficiais, aquela em que ele estaria em perfil de estadista, logo uma que demonstrasse contentamento, em meio a um contexto de mensagens e de discursos de dor, vingança e revolta.

Deduzimos que essa “fabricação” visual tinha dois propósitos: ao mesmo tempo em que a legenda abaixo da fotografia de Washington Luís anunciava a sua culpabilidade: *“Washington Luís, o maior responsável moral pelo monstruoso atentado”*, a fotografia demonstrava, ou se pretendia demonstrar, uma sensação de ironia, descaso e satisfação de Washington Luís diante da notícia da morte de João Pessoa.

As adjetivações ganham destaque nas narrativas das primeiras páginas. Eis algumas delas para descrever o assassinato: “A Parahyba golpeada em pleno coração”, “inominável atentado”, “João Pessoa caiu pelo ódio mesquinho do Governo federal”; João Pessoa ainda é descrito como o “herói”, “figura cyclópica”, “invencível” e o “gigante da raça”. Logo nos primeiros parágrafos do texto publicado, bem como as fotografias dessa primeira página têm como estratégia comunicativa comum determinar, a partir do conjunto, quem foi o culpado da morte de João Pessoa.

Ora, o jornal diário e impresso, conforme sustenta Dines (1986), é resultado da combinação das linguagens verbal e visual. Todos os elementos visuais dispostos em uma página (fotos, título, olhos, fios, infográficos, legendas etc.) poderiam ser assumidos como gêneros discursivos, que possuiriam certa autonomia - o que não significa independência - uns dos outros.

Naqueles dias de comoção social, revolta, lágrimas e discursos inflamados, a seriedade e a memória com que recordava a situação é trazida na mesma página por outra fotografia, em que está João Pessoa, tido como *“o grande Presidente sacrificado aos ódios do Presidente da República”*. A mesma foto, que seria exaustivamente utilizada em vários tamanhos e enquadramentos tanto pelo *Diário Carioca* como pelos jornais *Estado do Rio Grande* e *A União*.

É o que vemos, por exemplo, na primeira página de o *Diário Carioca*, do dia 29, quando, em letras grandes, no centro da primeira página, está escrito o brado revoltante: **“Os assassinos!”** e, mais uma vez, a fotografia do Presidente Washington Luís aparece ao lado do seu sucessor eleito, Júlio Prestes. Como já foi dito, nesse grupo de periódicos têm a intenção de fazer-crer aos seus leitores que o Governo federal foi o responsável pela morte de João Pessoa. Os autores do assassinato, mesmo sem haver provas, são nomeados e expostos nas páginas dos jornais. Nesse caso, o sujeito é explicitamente citado nas manchetes.

As intrigas políticas entre os membros partidários da Aliança Liberal e o Governo Federal tinham se tornado visíveis um ano antes, a partir da cisão ocorrida nos preparativos para a sucessão presidencial entre o estado de São Paulo e de Minas. Nesse contexto, de acordo com Carone (1983 p.402), o Governo de Washington Luís é acompanhado do aprofundamento de uma crise que, nos anos de 1920, leva ao aparecimento de segmentos não conformistas com o domínio oligárquico no controle da República pelos principais estados - Minas Gerais e São Paulo. No entanto, na sucessão presidencial, no ano de 1929, o Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, tinha interesse em ser candidato à presidência da República. Entretanto, Washington Luís indica outro representante paulista, Júlio Prestes. Nesse sentido, rompia-se o compromisso da chamada política do “café-com-leite” entre os estados que se revezavam no Governo federal. Para Moraes (1994), a aproximação dos mineiros com os gaúchos e a inclusão do nome de Getúlio Vargas como candidato à República ocorrem por mediação de Chateaubriand. Assim diz ele:

Foi Assis Chateaubriand um dos primeiros a entrar na conspiração política, e com o vigor, a paixão e o dinamismo que sempre imprimiu a todas as suas campanhas. Amigo de Antônio Carlos, teimava em mostrar-lhe que a vitória de Minas sobre o Catete dependia de que os insurretos arvorassem uma bandeira: a candidatura gaúcha. Ele ainda não possuía a verdadeira frota de jornais em todo o país, mas os multiplicava com o dom de sua prodigiosa ubiquidade. (MORAIS, 1994, p.78)

O autor nos esclarece, ainda, que a “intransigência de Washington Luís em fazer seu sucessor” fez com que os gaúchos e mineiros superassem as divergências, uma vez que cada um deles desejava apresentar o candidato do seu estado. Mas, foi “o namoro alcovitado por Chateaubriand entre Antônio Carlos e Getúlio Vargas” que tornou possível a criação da Aliança Liberal. Dessa forma, Antônio Carlos abriu mão, publicamente, de sua candidatura, permitindo que Getúlio Vargas fosse o candidato a Presidente. Dessa forma, Chateaubriand colocaria os jornais de que dispunha no Rio de Janeiro a serviço da campanha eleitoral da Aliança Liberal, momento que usou para ampliar a sua rede de impressos, visto que ele “insistia que era preciso jornais declaradamente militantes, que assumissem como sua a causa aliancista. “Com essa conversa, convenceu Minas e o Rio Grande do Sul a fornecer-lhe recursos para a compra de outros jornais, ou seja, acabou arranjando meios para, em menos de um ano, duplicar sua rede” (MORAIS, 1994, p. 79).

Lembra Melo (2003) que a criação da Aliança Liberal surgiu de um acordo secreto apenas entre os dois estados envolvidos nas disputas presidenciais, Minas e São Paulo, no entanto, ainda faltava a indicação de um nome para a vice-presidência. Rodrigues (1989) afirma que o Presidente João Pessoa, que governava a Paraíba desde 1928, já estava

instruído pelo seu “mentor político” e tio, Epitácio Pessoa, sobre a postura que deveria tomar quanto à sucessão presidencial quando fosse consultado.

Em julho de 1929, o Presidente de Minas Gerais consulta Epitácio Pessoa sobre a viabilidade da vice-candidatura de seu sobrinho, e o chefe oligarca encaminha o pedido de resposta ao sobrinho, João Pessoa que, em “obediência e respeito ao tio”, aceita, de prontidão, participar da chapa da Aliança Liberal.

Nessa circunstância, João Pessoa declara seu “nego” aos candidatos oficiais do Governo Federal na sucessão presidencial. Para Moraes (1994), “era a senha de que mineiros e gaúchos tanto precisavam para atrair a Paraíba para o movimento oposicionista que vinham arquitetando”. Ao mesmo tempo, Chateaubriand tinha acertado nos projetos políticos que queria colocar em prática: “a Aliança Liberal se preparava para lançar o próprio Vargas como candidato a Presidente. Seu vice seria o autor do “Nego” - João Pessoa, governador da Paraíba, sobrinho do ex-Presidente Epitácio Pessoa e, como esse e Chateaubriand, também um umbuzeirense” (MORAIS, 1994, p. 79).

Conforme ressalta Carone (1983 p. 417), ocorreu uma pressão política e econômica do Governo Federal contra os estados aliancistas. Na Paraíba, o Banco do Brasil obriga o Presidente João Pessoa a pagar dívidas do estado. Em Lewin (1993 p.345), vamos encontrar outras medidas de Washington contra a Paraíba, dessa vez, a demissão de todos os funcionários federais que não tivessem aderido aos “perrepistas”, como eram conhecidos popularmente os partidários de Júlio Prestes e do PRP (Partido Republicano Paulista).

Lewin (1993) entende que os atos do Presidente Washington Luís contra “a pequena Paraíba” seria um exemplo para “desencorajar outros estados mais fracos que pudessem estar dispostos a romper com a máquina presidencial e unir-se à Aliança Liberal” (LEWIN 1993, p.345). Essas atitudes de represália contra a Paraíba e, também, contra o estado de Minas Gerais, durante a campanha eleitoral, proporcionou a Washington Luís uma coleção de inimigos políticos da Aliança Liberal, dos partidários e de Assis Chateaubriand com manchetes diárias nos seus jornais.

De fato, O jornal *Estado do Rio Grande*, apostando numa conspiração do Governo Federal, envolve outras pessoas e outros estados na morte de João Pessoa e publica, na sua primeira página, no dia 01 de agosto de 1930, uma pergunta com uma expressão insinuada: *Teria sido um “complot” o assassinio do Presidente João Pessoa?* Assim expressa o periódico:

E vão se criando corpo as suspeitas de que o sr. Duarte Dantas obedecia a um complot criminoso, as demais notícias evidenciam de maneira insofismável a inqualificável conduta do Governo pernambucano em cuja justiça o sr. W. Luís cinicamente diz confiar (*Estado do Rio Grande* – 01 de agosto de 1930).

As “evidências” dessa conspiração elencam os nomes dos “perrepistas” tanto do estado da Paraíba quanto dos estados vizinhos, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O *Diário Carioca*, que nasceu com a finalidade de fazer oposição ao Governo de Washington Luís e, nas palavras do seu fundador, José Eduardo de Macedo Soares, em um artigo publicado no dia 29 de julho 1930, já declarava explicitamente a conspiração para o assassinato do Presidente João Pessoa e destacava os envolvidos na trama:

No começo de sua administração o sr. João Pessoa privou o **Sr. José Pereira** de uma subvenção que lhe pagava o Governo do **sr. Suassuna** a pretexto de policiar **o sertão do cangaço**; a destituição dos chefes políticos satélites de Princesa, agravou o seu incubado desgosto. Não foi portanto, obra penosa a que se entregaram os irmãos de **Pessoa de Queiroz**, amadrinhados por São Paulo, para provocarem a **irrupção do banditismo no sertão da Paraíba**. Quem tratou diretamente com o **Sr. J. Pessoa de Queiroz**, o suborno de **Zé Pereira** foi o Sr. **Júlio Prestes** com carinhosa assistência do **Sr. Washington Luís** (*Diário Carioca*, 29 de julho de 1930 – grifamos).

Nesse artigo, José Eduardo de Macedo apresenta os perrepistas da Paraíba e de Pernambuco, articulados com os de São Paulo como responsáveis pela morte do Presidente João Pessoa. Poderíamos discorrer sobre os acusados descritos acima, mas não se constitui foco do nosso trabalho discutir os conflitos políticos que ocorreram durante o Governo João Pessoa, bem como a “Guerra de Princesa”, que é descrita no artigo como “irrupção do banditismo no sertão”, por serem fatos já conhecidos pela historiografia e presentes em obras que já mencionamos aqui e que estudam, com exatidão, esses acontecimentos²⁵.

No entanto, percebemos que as cisões oligárquicas ocorridas dentro do estado da Paraíba são vistas como “amadrinhamentos”, “subornos” e “assistência” dos políticos de São Paulo. Havia, de fato, para o jornal o *Estado do Rio Grande*, uma versão de que o “atentado foi friamente deliberado, concertado e executado”, o que tinha ocorrido meses anteriores ao crime. Teria sido uma trama bem arquitetada, iniciada pelo coronel José Pereira e assistida pelo Presidente da República, Washington Luís. O *Diário Carioca* corrobora com essa visão, pois, ao se referir a João Dantas, dispara a seguinte conclusão: “O miserável não preparou sozinho o desfecho do caso paraibano que ia aproveitar em primeiro lugar, aos srs. Washington Luís e Júlio Prestes, em segundo, os cabras de Princesa entre os quais Dantas era um graduado figurante.”

²⁵ Sobre a Guerra de Princesa, ver as seguintes obras: INOJOSA, Joaquim. **A República de Princesa** (José Pereira x João Pessoa – 1930) Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980; RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa** – Uma contribuição ao Estado do Mandonismo Local (Paraíba- 1930). A União, João Pessoa, 1978; MARIANO, Serioja R. C.. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. Recife/UFPE, Dissertação de Mestrado, 1999. (mimeo)

Os autores Mello (1982) e Melo (2002) comentam diversas questões sobre a comissão judiciária que foi nomeada pelo governador de Pernambuco para proceder às investigações sobre o crime da Confeitaria Glória. De acordo com esses autores, na conclusão do inquérito, vários nomes foram responsabilizados: João Dantas, seu cunhado Augusto Moreira Caldas, o deputado João Suassuna e o segundo vice-Presidente da Paraíba, na ocasião, Júlio Lyra.

Sobre esse inquérito, Mello faz o seguinte comentário:

A conclusão da Comissão judiciária era de todo absurda, ou simples indício capaz de convencer, a qualquer pessoa desapaixonada e sensata, de que João Dantas precisaria de ajuda ou de cúmplices para praticar o crime que também lhe custou a vida. Por todas as razões, a acusação era infundada. (MELLO 1982, p. 131)

Dessa forma, Mello (1982 p.131) aponta a ação de João Dantas como consequência de vários acontecimentos que já assinalavam as “desavenças” entre ele e o Presidente da Paraíba. Um desses acontecimentos comentado pelo autor foi a prisão do seu irmão, Joaquim Dantas, que foi levado para Piancó e acusado de “espião” dos “cangaceiros de Princesa”. A atitude da polícia foi reprovada por João Dantas e, através do *Jornal do Commercio*, em Recife, uma vez que, no decorrer da campanha eleitoral de 1930, teve que se afastar da capital paraibana, onde residia, e aguardar os acontecimentos em Olinda, como hóspede do seu cunhado, Augusto Moreira Caldas, ele começou a publicar artigos contra as atitudes do Presidente João Pessoa que, por sua vez, revidava com insultos e acusações contra a família Dantas.

Outro acontecimento comentado pelo autor ocorreu no dia 10 de julho de 1930, quando João Dantas soube que o seu apartamento fora arrombado pela polícia do estado:

Essa diligência praticada sem forma nem figura de juízo, foi ruidosamente noticiada pelo órgão oficial. Não satisfeita com a desnecessária violência, a polícia, dias depois voltou ao domicílio de João Dantas, revistou todos os papéis e documentos que ali encontrou e arrombou um cofre que estava fechado. No dia seguinte, o órgão oficial publicava várias cartas apreendidas, as quais podiam ser interpretadas como comprometedoras da honrabilidade da família. (MELLO, 1982, p.129).

A partir do dia 22 de julho, o Jornal *A União* começou a publicar os documentos que, de acordo com Melo (2003), deram início a uma campanha sistemática contra João Dantas. Repetidas vezes, foram publicadas várias cartas e telegramas, nos dias 23, 24, 25 e 26 de julho. Nesse sentido, Joffily (1979) acrescenta que nenhuma bola de cristal seria necessária para perceber que, durante aquela semana de “nuvens escuras e pesadas”,

nesse caso, impressas nos jornais de um lado e de outro, “acumulavam no horizonte político, prenunciando tempestades”.

Do desfecho da tarde de sábado no dia 26 de julho de 1930, na Confeitaria Glória, em Recife, não jorraram somente lágrimas e sangue, do corpo sem vida de João Pessoa, assassinado por João Dantas, jorravam também tinta e palavras nas páginas dos periódicos aliancistas que, a cada dia, noticiavam quem teria sido o responsável pelo crime.

Depois de ter atirado em João Pessoa, o advogado João Dantas foi preso pela polícia pernambucana. Ele foi atingido na testa por um tiro de raspão, desferido pelo chofer do Presidente João Pessoa, que estava no local, e caiu ao chão. O seu cunhado, Augusto Moreira Caldas, que o acompanhava, também foi preso.

Quando interrogado, João Dantas apresentou os motivos de sua atitude. A versão dada por ele pode ser apurada através das folhas do inquérito que foi aberto para averiguar os responsáveis pelo assassinato de João Pessoa, do qual transcreveremos um fragmento que nos possibilita contextualizar, com mais profundidade, as razões do atirador, segundo suas palavras anotadas no inquérito:

Que seria três horas da tarde mais ou menos quando teve a necessidade de vir a Recife, e chegando ao Varadouro ali viu nas mãos de um passageiro do bonde um exemplar da União, órgão oficial da Paraíba, no qual se anunciava a vinda do Presidente daquele estado a essa capital, e também pode ler o declarante no dito jornal **que de ordem do mesmo Presidente continuava a ser feita naquela folha a publicação de documentos do arquivo particular do declarante** e desta vez chegava ao extremo de publicar que fora arrombado o cofre do declarante cujas chaves trouxe consigo e que nele havia papéis íntimos **que não se dava a publicidade por serem imorais, mas se convidava quem quisesse examiná-los a fazê-lo;** que o declarante não sabe medir a extensão da indignação que o assoberbou e desde a véspera já vinha experimentando desde quando viu publicadas **na mesma folha e de ordem do Governo cartas íntimas do seu velho pai de setenta anos de idade para ele declarante resultava em manifesto intuito de desagravo e ridículo** (AUTOS DE AÇÃO PENAL –ASSASSINATO DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA, fls. 370 - grifamos)

Em outro momento, escrevendo para Anayde Beriz, João Dantas declara:

O augusto não tem nada haver com o meu caso. Absolutamente nada. **Eu agi porque me afrontaram ao extremo e fez sem ouvir a ninguém, por minha mão,** por minha responsabilidade exclusiva e assumi-la-ei com toda a minha coragem de aceitar as consequências dos meus atos.(...) Não sei de fato dizer quanto me dói a situação de minha irmã e de todos os que me são caros, **que sofrem neste momento e sem culpa alguma.** (grifamos)

Para Melo (2002 p. 105), o assassinato de João Pessoa foi um “crime sem mandantes”. O inquérito que foi aberto em Recife para apurar o nome dos envolvidos, ao ser concluído, inocentou os que eram acusados pelos jornais e os argumentos de um

assassinato com fins políticos envolvendo o Governo Federal. Através das declarações feitas por João Dantas nas citações acima que, segundo o referido autor, não amplia a dimensão do assassinato, os motivos para o crime estariam imbricados nos últimos acontecimentos que envolveram a família Dantas, perseguida pela política estadual, o envolvimento com o coronel José Pereira e a publicação de documentos particulares de João Dantas no jornal *A União*.

Mello (1982 p.131) também não concorda com a inclusão dos nomes de João Suassuna e de Júlio Lyra no inquérito, como acusados da responsabilidade do crime. Ele refere que João Suassuna “sabia o que provavelmente aconteceria na Paraíba – onde tinha toda a família e todos os seus interesses patrimoniais – se João Pessoa sofresse um atentado” e quanto a Júlio Lyra, “devido as suas atitudes na política e devido a sua conduta moderada em toda a campanha eleitoral, ninguém pensaria na ajuda do vice-Presidente” para investir no assassinato de João Pessoa.

Podemos perceber que o autor discorda da ideia de complô. Ele entende que não seria possível armar uma emboscada para o Presidente da Paraíba em uma ou duas horas, porque, se o local do crime fosse Recife, uma cidade onde “João Pessoa muito rara e incertamente aparecia”, teria poucas chances para ser executado (MELLO 1982 p.131).

Morais (1994) afirma que o tratamento dado pelos aliancistas como um crime ocorrido devido à postura oposicionista de João Pessoa ao Governo Federal e, dessa forma, assassinado pelo “braço armado” de Washington Luís, justifica-se porque, em maio daquele mesmo ano, Luís Carlos Prestes rompia com a Aliança Liberal, deixando em um artigo estampado nos periódicos do Rio de Janeiro que, “com os aliancistas de Vargas não tem conversa e uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral nada resolvem”. Nesse sentido, “se o rompimento público de Prestes representou um enorme transtorno para a Aliança, uma tragédia passional ocorrida semanas depois iria revigorar o movimento por todo o país, transformando-se no estopim de que os revolucionários tanto precisavam” (MORAIS 1994, p.86).

2.2. ECOS DA NOTÍCIA: O CRIME COMO UMA TRAGÉDIA NACIONAL

No segundo grupo de notícias, percebemos que há uma mudança total de foco. Ao invés de centrarmos a análise nos que são acusados de serem responsáveis pelo assassinato, estudaremos o fato de os periódicos se voltarem para a vítima, o Presidente João Pessoa, mas também à “Paraíba”, ora à “República” ou ao “povo brasileiro”, incluídos como vítimas e “golpeados” com tal atentado, pois seriam os que sofreram com a sua morte. As notícias deixam claro aos leitores que todo o Brasil estava envolvido na “dor” e no “luto” a João Pessoa.

O discurso em torno da morte de João Pessoa seguiu basicamente as linhas daquilo que os aliancistas necessitavam para insuflar o fervor coletivo, uma nação revoltada pedindo justiça para os culpados pelo crime. Como numa orquestra, as notícias se repetiam. Nos periódicos pertencentes aos *Diários Associados*, de diversos estados do Brasil, eram publicadas manchetes trazidas dos correspondentes nas principais capitais ou por telegramas enviados às redações.

O Jornal *Diário de Pernambuco* confirmava essa pretensão de “porta-voz coletivo” através de seu noticiário. No domingo do dia 27 de julho, anunciava:

A consternação e a indignação pública, produzidas pelo covarde assassinato de João Pessoa, perduram cada vez mais vivas. **E não somente no seio desolado da pequenina Paraíba**, atraçoada e devastada pelos seus maus filhos, mordida enfim pelo golpe irreparável; **nem só na alma pernambucana atingida** em suas fibras mais sensíveis pela afrontosa escolha do Recife para teatro de emboscada monstruosa. **De todos os ângulos do país** se levanta em todas as consciências livres, uníssono clamor de justiça. (Diário de Pernambuco, 27 de julho de 1930 – grifamos)

Atribuímos ao discurso jornalístico um lugar onde o pensamento coletivo aparece formalizado, com possibilidade de aflorar a emoção, a imaginação, os postulados implícitos, as representações coletivas e as categorias cognitivas (SIQUEIRA, 2006). Portanto, a partir da notícia citada, constatamos o uso constante de metáforas dramáticas trazendo ideias de unidade e de sentimento unificado diante da morte de João Pessoa - um querer fazer-creer aos leitores que o acontecimento foi uma “tragédia” que atingiu a todo o Brasil.

Nesse sentido, as atribuições dadas ao acontecimento do dia 26 de julho retratam a opinião desses jornais e como eles davam importância à divulgação dos acontecimentos nas diversas cidades brasileiras, senão, vejamos, brevemente, algumas manchetes principais veiculadas na primeira semana do assassinato: **“A paz no Brasil periclita, um**

atentado indigno e revoltante” (Correio da Manhã – 27 de julho de 1930 - Maranhão); **“A voz indignada do Rio Grande”** (Folha do Povo 27 de julho de 1930 – Maranhão); **“Manifestações de pesar, no Congresso e nos Estados”** (Jornal do Commercio – 31 de julho de 1930 - Rio de Janeiro); **O assassinio do Presidente João Pessoa cobriu o Brasil de dor e revolta** (29 de julho de 1930 - Diário de São Paulo); **De luto a Nacionalidade** (28 de julho de 1930 - Estado do Rio Grande - do Sul).

Dessa forma, havia a intencionalidade de propagar uma “dor unânime” ou uma “causa única” que unia todos os brasileiros num sentimento de pesar. Em nome do cadáver, em coro, a “indignação” da “totalidade dos brasileiros” era anunciada pelos *Diários Associados*, através da retórica e dos efeitos dramáticos nas palavras, para que o leitor percebesse essa consternação e fizesse parte do rol dos que “clamavam por justiça”.

De fato, podemos incluir essas intencionalidades com a constatação de que “todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios para esse fim são múltiplos” (CAPELATO, 1988 p.15). Sendo assim, os jornais de 1930 tinham suas metas e artifícios bem definidos, uma vez que essa investida discursiva não estava dissociada das sessões do legislativo federal, dedicadas “à memória do Presidente João Pessoa”. Senadores e deputados, principalmente, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, portanto integrantes da Aliança Liberal, alimentavam, com seus discursos inflamados, as páginas diárias dos jornais.

Cada palavra ou frase que exaltasse João Pessoa ou que demonstrasse o pesar por sua morte, no dia seguinte, estaria em destaque na primeira página, com títulos grandes, a exemplo do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, que criou um seção especial, intitulada **“O assassinio de João Pessoa - no congresso e nos estados: Notas e Informações**, onde diariamente publicava os discursos das sessões e as notícias dos outros estados. Nota-se a frequência de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Na página do dia 30 de julho de 1930, a primeira informação é a constatação de que, até aquele dia, ainda repercutia, em todo o país, o sentimento de dor, e as manifestações de “pesar” e de “protesto” ecoavam em todo o território nacional pela morte de João Pessoa.

Essa tentativa de convencimento e de sensibilização da população ocorria não somente a partir dos textos escritos e títulos apelativos. Essa estratégia nos jornais cariocas, como já observamos anteriormente, também se fez com fotografias. Direccionamos a nossa atenção para uma fotografia usada, com frequência, nas páginas dos jornais: o cadáver de João Pessoa deitado na mesa do necrotério em Recife. Para que os periódicos tivessem o acesso mais rápido a essa foto, antes que o corpo “esfriasse” e, com ele, “o sentimento nacional”, foi preciso enviá-la, às pressas, por avião, de Recife aos demais estados brasileiros interessados na sua divulgação.

De fato, a fotografia do cadáver perfurado de balas se tornaria um emblema que, ao lado dos textos e das palavras comoventes, exploravam, a todo custo, "os corações e as mentes". Para o *Diário da Noite*, essa fotografia foi enviada já no dia 28, portanto, dois dias depois do assassinato. Na terça-feira, estamparia, na primeira página, o seu valioso troféu. Acima da fotografia de João Pessoa, podemos ler, em letras grandes, o anúncio do periódico: ***"Repercute dolorosamente em todo o Brasil o assassinio covarde de João Pessoa, em Recife."***

O *Diário de São Paulo* também exibiu a fotografia do cadáver na primeira página, apresentando um título que sintetizasse aqueles primeiros dias e, ao mesmo tempo, unificando para o leitor o texto com conteúdo daquela imagem. Assim expressou o jornal: ***"O bárbaro assassinio do Presidente João Pessoa continua ser objeto de indignada condenação da totalidade dos brasileiros."***

Seguindo o mesmo modelo de noticiário, O *Correio da Manhã*, do Maranhão, também mostra o cadáver em sua primeira página, na edição do dia 06 agosto, trazendo duas fotografias do necrotério: uma tirada na diagonal, posição que destaca as perfurações no pulso e as manchas de sangue na camisa branca do Presidente, e, do outro lado da página, a mesma fotografia, destacando, em "close", o rosto inerte e os olhos cerrados de João Pessoa. O jornal explica que a fotografia foi adquirida através de outro periódico.

O Jornal *Diário Carioca*, por sua vez, referenda o morto no necrotério e, ao mesmo tempo, relaciona os acusados de mandantes do crime. É interessante notar que a foto do corpo de João Pessoa ainda na mesa do necrotério, sujo de sangue, com as expressões publicadas acima, denota uma sintonia: *"Estamos diante de um crime caracteristicamente armado pelo poder central"; "O Governo da República está entregue a mãos ensanguentadas, o espírito público, horrorizado, treme pelos destinos do país, que acaba de ingressar em plena tragédia"*.

A fotografia utilizada nessas duas primeiras páginas do Jornal *Diário Carioca*, por si só, não bastava. Os títulos e as legendas davam mais ênfase ao impacto que as fotografias exerciam em seus leitores. O corpo exposto de João Pessoa, deitado na mesa do necrotério em Recife, torna-se um elemento fundamental no drama anunciado. Não expressando apenas o sentido de recordação, a foto relata a forma com que o retratado foi morto e o tipo de morte, o que torna essa foto um importante veículo de comoção social e ainda de sensibilização daqueles que não tinham o domínio da leitura, o que, na Paraíba e no Nordeste, eram muitos. Nesse sentido, a fotografia servia para reforçar o que podia ser lido e informar a quem não sabia ler (QUADRO II).

Percebemos ainda outra intenção dos redatores no uso dessas fotografias, ao exporem o corpo inanimado de João Pessoa e, no canto inferior, Washington Luís e Julio Prestes, fazendo a relação entre os "dois mortos" - o primeiro, o "morto de Recife" que,

mesmo em trajes ainda sujos de sangue, demonstrando o “horror” e a “tragédia”, está “redivivo na glória intensa”, contrapondo-se ao “morto moralmente”, o Governo Federal, nas pessoas do Presidente Washington Luís e o sucessor Júlio Prestes, ao serem apontados “pelo povo brasileiro” numa “condenação irremissível” de mandantes desse crime.

Levando em consideração as dificuldades do período, no que diz respeito à fotomontagem, utilização de “zoom” e questões técnicas de usos de fotografia, percebemos que esses desafios foram vencidos em função da exposição do cadáver com diferentes ângulos e closes na primeira página dos jornais. Essa insistência em mostrar o cadáver nos coloca uma questão: Como compreender um discurso que aclamava João Pessoa “herói”, “salvador”, “super-Presidente” e, ao mesmo tempo, a veiculação de sua imagem “deitado no necrotério” em Recife?

A estratégia da fotografia do morto não se contrapunha aos objetivos propostos. Por mais estranho que fosse, nos casos que foram expostos, pudemos observar que não era apenas a fotografia que estava sendo utilizada, ao ser exposta nas primeiras páginas dos jornais. No contexto da notícia, ela passava a ter um tratamento de indução de leitura a partir dos títulos, dos textos e das legendas que as acompanhavam. Em todos os seis jornais, a ideia do corpo deitado no necrotério e a “emoção coletiva” que provocava aquela imagem atendiam a esses propósitos.

Assim, os jornais apontam a gravidade do acontecimento e colocam os leitores informados sobre o “bárbaro assassinato”, a exemplo do *Diário da Noite* que, na segunda-feira, dia 28 de julho, circulou com duas edições: na primeira página da segunda edição, havia uma espécie de panorama “nacional” - diversas notícias divididas em subtítulos sobre o assassinato e a sua repercussão em vários estados, órgãos públicos e instituições oficiais.

Para acompanhar a repercussão do assassinato, nas instituições oficiais, foram escolhidas aquelas que tinham alguma relação com o Presidente João Pessoa, como o Supremo Tribunal Militar, porque, quando foi indicado por Epitácio Pessoa para ser o governador da Paraíba, em 1928, João Pessoa estava exercendo, naquele momento, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar. Assim, o jornal abre espaço em suas páginas para apresentar aquela instituição como um órgão que estava “associado” àquele momento de “revolta” com relação ao assassinato de João Pessoa.

O jornal afirma que foi “um dos lugares onde o bárbaro crime de Recife teve a maior e mais consternadora repercussão”. Naquela ocasião, destacavam-se “a comovente solenidade” e os discursos proferidos pelos magistrados, que “soluçavam” e, “profundamente desolados” pela morte do “íntegro e intrépido Presidente paraibano”, não faltaram a exaltação e muitas homenagens.

QUADRO II – O MORTO, A DOR E O LUTO NA PRIMEIRA PÁGINA



Quadro elaborado pelo autor

Os telegramas enviados à família do Presidente João Pessoa também são noticiados como fundamental apoio ao efeito sensacionalístico que o *Diário da Noite* pretendia com suas manchetes. Havia, ainda, a necessidade de tornar pública a continuidade da relação de “solidariedade” entre os estados que participaram da Aliança Liberal com a Paraíba. Para tanto, foi publicado o telegrama enviado pelo Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, para o Presidente Álvaro de Carvalho²⁶ na Paraíba:

Confirmando despacho que transmiti ontem intermédio secretariado do Governo v. ex. **cabe-me** comunicar profundo pesar **extrema revolta que no meio do povo mineiro** causou o bárbaro assassinio do Presidente Pessoa. As manifestações de dor que sucedem em todos os lugares que recebem a infausta notícia, assim comprovam a amizade e a **admiração dos mineiros** pelo excelso patriota e a sua solidariedade **com o povo paraibano**. (Jornal Diário da Noite, 28 de julho de 1930 - grifamos)

Representando “o povo gaúcho”, o Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, envia um telegrama para Álvaro de Carvalho, publicado da mesma forma no *Diário da Noite*:

Recebi com dolorosa surpresa o telegrama em que v. ex. me comunicou haver sido assassinado em Recife o bemérito Presidente João Pessoa. **Em nome do Governo e do povo do Rio Grande, irmanados em perfeita identidade de sentimentos** no irreparável transe e na indignação contra o revoltante crime com que a vingança política armou o braço dum sicário, queria v. ex. aceitar e transmitir **ao glorioso povo da Paraíba** a expressão de vivo e profundo pesar da morte do eminente brasileiro, administrador modelar e abnegado patriota cuja vida foi mais alta revelação da dignidade cívica. (Jornal Diário da Noite, 28 de julho de 1930 - grifamos)

Percebemos que os líderes aliancistas falavam em nome do “povo” como porta-vozes, numa pretendida “admiração e pesar” pelo povo da Paraíba e pelo Presidente João Pessoa que, nessa “irmanada e perfeita identidade de sentimento,” fazia com que esses estados estivessem solidários uns com os outros.

O *Diário Carioca*, em 29 de julho de 1930, afirma que “João Pessoa deixou uma população inteira na orfandade” e, por isso mesmo, “o túmulo que receberá seu cadáver sepultará mil esperanças de alívio.” Com essas declarações, o jornal atribuiu a João Pessoa a condição de “pai”, “guia” e “líder” dos brasileiros e, para manifestar esse “sentimento de pesar”, mesmo não dispondo de uma “coluna de leitores”, vários jornais publicizaram depoimentos daqueles “que prantearam o Presidente” e exaltaram o “pai da Pátria”.

²⁶ Em 22 de outubro de 1928, assumiu a Vice-Presidência do Estado, que tinha como Presidente o Dr. João Pessoa; dois anos mais tarde, em consequência do assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, ocupou a Presidência. Com o fim da Revolução de 30, Álvaro de Carvalho retornou ao magistério, renunciando à política. Ver. <http://www2.aplpb.com.br/academicos/alvarod.htm> e a sua obra: CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da revolução**: 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

Nessa perspectiva, Aires (2006) afirma que, de fato, havia uma tentativa, por parte dos aliancistas, de incluir populares no culto à memória de João Pessoa, ou seja, utilizar “a população para manter uma coesão social.” Essa homogeneidade desejada, conforme ressalta o autor, tinha em vista “o projeto revolucionário”.

Transcrevemos, aqui, o depoimento de um leitor de Maceió, publicado no *Diário de Pernambuco*, no dia 05 de agosto de 1930, no qual percebemos a dimensão em que o assassinato de João Pessoa foi cultuado:

Houve na morte do Dr. João Pessoa um grande simbolismo. Em primeiro lugar, o seu fim trágico se verificou **num palco lendário de cidade heróica, gloriosa** nos fastos brasileiros e inspiradamente decantada por insignes poetas. O próprio nome dessa cidade – **Recife** – **suscita a ideia de resistência férrea e inquebrantável contra a terrível sanha dos elementos.** Feita essa consideração, outra nos vem logo à mente: é a do ponto em que o excelso Presidente foi ferido – **um estabelecimento chamado Glória.** Dir-se-ia que, inconscientemente a mão traiçoeira que o subtraiu a vida, só o pode atirar a morte no meio de um fulgor duradouro de apoteose. Dessa apoteose, cheia de deslumbramentos, subiu ele para ir exalar a sua última aura de vida **noutra casa comercial denominada Brasil.** Assim no meio de uma luta em que ele simbolizava **a resistência de um penhasco baldadamente flagelado** por acerbos antagonismos teve o princípio de sua agonia **em plena glória** e cerrou seus olhos, afeitos a encarar o perigo **no coração do Brasil.** (Jornal *Diário de Pernambuco*, 05 de agosto de 1930 – grifos nossos).

É curioso notar que, quando o leitor identifica e atribui adjetivos aos “marcos simbólicos” que fizeram parte do cenário do “fim trágico” do Presidente João Pessoa, ou seja, em primeiro lugar, a cidade para onde ele viajou no sábado do dia 26 de julho de 1930, em seguida, a confeitaria onde ocorreu o assassinato e a farmácia onde o levaram para receber os primeiros socorros, encontramos elementos que, anteriormente, já pertenciam ao imaginário criado tanto pela historiografia quanto pela memória oficial em relação ao estado de Pernambuco, especificamente, para a cidade de Recife.

É válido ressaltar, por exemplo, alguns trechos poéticos encontrados no hino da cidade de Recife, que traz, em seus versos, a “*tecida claridade*” da “*lendária e heróica cidade plantada à beira-mar*”. Do mesmo modo, o hino oficial do estado de Pernambuco exalta um “*coração*” em que “*corre sangue de heróis – rubro veio*” insistindo num verso repetido várias vezes, que Pernambuco é uma “*Roma de bravos guerreiros*”²⁷.

Essas duas canções fazem parte de uma memória histórica e de intensos debates historiográficos de Pernambuco e da Paraíba. Na obra de Mello (1997), encontramos várias discussões sobre esse revestimento de heroísmo dos pernambucanos, iniciado no Século

²⁷ O hino do estado de Pernambuco foi criado em 1908 pelo poeta Oscar Brandão. O hino da cidade do Recife foi instituído pela Lei Municipal nº 108, de 10 de junho de 1924, música de Nelson Ferreira e letra de Manoel Araújo. Letras completas dos hinos encontra-se no site da Fundação Joaquim Nabuco - ver. www.fundaj.gov.br.

XVIII, com a denominada “Guerra dos Mascates” em 1710. Porém, o autor também ressalta que a criação do “Panteão Restaurador” encontra “raízes históricas” no Século XVI, com a expulsão definitiva dos holandeses do território do Nordeste do Brasil, por uma “tetarquia de heróis” (João Vieira, Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias) e como essa imagem de heroísmo chega até o Século XIX se fazendo presente nos movimentos liberais desse período, como a Revolução Republicana de 1817 e a Confederação do Equador, de 1824. A primeira se torna ainda presente nos versos do hino municipal, apontando o “dezessete”, como a “*aurora coroando a cidade imortal.*”

Em outras palavras, entendemos que o depoimento do leitor se ajusta à “aura” de bravura e de resistência que ostentava o estado de Pernambuco nas suas “lutas históricas” do passado, pois conferiu, no instante da morte de João Pessoa, um “palco” ideal para o ressurgimento do herói. Segundo essa construção mítica, todos os que lutaram com o “sacrifício do seu sangue” estariam representados nas figuras dos “heróis pernambucanos”.

Outro ponto a considerar é a inclusão das mulheres em torno da “tragédia”. As “ilustres senhoras” e “Damas”, “solidárias com a imensa dor sofrida da nacionalidade,” escrevem cartas e telegramas dirigidos à sra. Maria Luiza, viúva de João Pessoa, e às mulheres do Brasil. Certamente, essa participação não significava que acompanhavam os acontecimentos políticos ativamente, uma vez que as mulheres, nos anos de 1930, no Brasil, eram excluídas da vida política, ou seja, não votavam, não podiam ter filiação partidária nem ser candidatas a cargo político. No entanto, essa convocação respondia à necessidade de sentimentalismo e de comoção social para o momento, como podemos encontrar em algumas cartas publicadas.

No *Diário da Noite*, por exemplo, encontramos uma carta escrita por uma “ilustre senhora da sociedade”, que se dirige às mulheres cariocas, na ocasião da chegada do corpo de João Pessoa para o sepultamento, no Rio de Janeiro, com os seguintes apelos:

Brasileiras:

Preparai-vos para a chegada do grande e estóico crucificado da Paraíba. **Mãos fidalgas, mãos plebéias sem distinção de classe**, correi para as serras e jardins, cortai colhei as flores que encontrardes para com elas juntar o caminho por onde vai passar a urna que guarda a relíquia da Pátria, o bravo, o heróico, o maior dos brasileiros que é João Pessoa. **Tomai as vossas vestes negras** ou procurai as mais sombrias que possuídes, afim de que as cores vivas e berrantes não profanem com alegria a dor profunda que se estende do norte ao sul do Brasil. **Chorai com a nossa Pátria essa insubstituível perda**, essa tremenda desgraça que o povo como prostrado de um sonho ainda não pode medir a sua extensão. (*Diário da Noite*, 05 de agosto de 1930 – grifamos)

Percebemos que o apelo é dirigido às mulheres cariocas, porém o seu chamamento inicial se refere às mulheres “brasileiras”, ou seja, de todo o Brasil, e as diferenças sociais entre elas são ignoradas pelas lágrimas e pelo sentimento de perda. Do

mesmo modo, um telegrama da cidade de Catende, interior de Pernambuco, encaminhado para o *Diário de Pernambuco*, escrito por senhoritas para D. Maria Luiza, colocam-se nestes termos:

Mulher catendense solidária imensa dor sofrida nacionalidade revoltante assassinato João Pessoa envia vossencia sinceras condolências de envolta suas vibrações fé regeneração Brasil cuja felicidade inolvidável patricio ofereceu a vida. Possa tamanha abnegação destinos Pátria servir lenitivo vossas lágrimas. (*Diário de Pernambuco*, 06 de agosto de 1930) [sic]

Nesse clima fúnebre, criado nas páginas dos jornais, uma publicação, entre muitas, chamou-nos a atenção, porque foi escrita em nome da criança paraibana para o Presidente João Pessoa. A autora é a srta. Maria Geraldo Granjeiro, em cujo discurso, publicado no dia 09 de agosto de 1930, no *Diário da Noite*, traz-nos um elemento central para pensarmos acerca da idealização do herói no ato do martírio. O sentimento de perda e o exemplo a ser seguido pelas crianças assim ela expressa na carta:

Viverás entre os justos!
Presidente João Pessoa – É a voz da criança paraibana que tantas vezes ressoou festiva em vossos ouvidos, que agora se levanta soluçante e entrecortada de saudades para o triste adeus da despedida **Mártir sagrado do ideal, fostes mais possante que a morte.** Viveis em nós no nosso ser, na imensidade fulgida da verdadeira vida: a vida do justo como uma seta cintilante nos mostra em irradiações o caminho do dever. A vida do bravo que na sublimidade do desapego e do desprendimento **nos ensina a morrer rindo, em holocausto esplendido pela pátria.** (*Diário da Noite*, 09 de agosto de 1930 - grifamos)

Esse sentimento de pertencimento e de solidariedade com o morto continuava sendo externalizado pelos jornais, por meio de outras iniciativas, como por exemplo, o *Jornal do Commercio*, no dia 08 de agosto de 1930, dedicou uma página inteira para descrever as mensagens estampadas nas “coroas fúnebres” enviadas pelos políticos da Aliança Liberal, por familiares e parentes, professores e alunos de diversas escolas da Paraíba, do jornal *A União*, funcionários públicos, operários da Associação Comercial da Paraíba, a União dos Retalheiros, operários e choferes paraibanos, a fim de acompanharem o cortejo com o corpo de João Pessoa.

É oportuno transcrever algumas frases dessa coroas a fim de apreendermos que ímpetos são evocados ao morto, nesses primeiros instantes da sua exaltação, e que foram iniciadores da “fabricação” do herói João Pessoa: “A João Pessoa, a mais alta expressão de dignidade e de bravura nacional.” (*Diário Carioca*); Ao inolvidável João Pessoa, expressão máxima da bravura, civismo e lealdade” (*Estudantes da Faculdade de Medicina*); Ao João Pessoa, Glória do Brasil, preito de admiração (*Pedro Oliveira e Família*); À memória santa do Dr. João Pessoa, o maior dos brasileiros (*Umbuzeiro*); Ao invicto paraibano, Dr.

João Pessoa, saudosa homenagem (alunos e professores do grupo Escola Epitácio Pessoa, Paraíba) e Ao seu grande heróico Presidente (detentos da Paraíba).

Em outro momento, a preocupação dos estados vinculados à Aliança Liberal e de alguns deputados aliancistas era a situação em que se encontrava a Paraíba após a morte de João Pessoa. Antônio Carlos e Getúlio Vargas “reprovavam” o envio do exército pelo Presidente da República para “pacificar” o estado e “os rebeldes”. No entanto, confiavam no “glorioso exército nacional” que saberia “respeitar a autonomia da Paraíba”.

Em resposta a essas inquietações, o Presidente Álvaro de Carvalho comenta sobre os telegramas que recebeu dos dois Presidentes aliancistas: “De posse dos telegramas acima senti que estava diante dos mesmos homens para quem a Paraíba fora apenas um motivo emocional de frases elegantes” (CARVALHO, 1978, p. 47).

De fato, os “motivos emocionais” eram notícias diárias no jornal do Rio Grande do Sul. O *Estado do Rio Grande*, no dia 28 de julho, publicava que, na Paraíba, foram “cenas emocionantes e indescritíveis” causadas pelas primeiras notícias, “acorrendo o povo em massa para o centro da cidade numa grande excitação. As cenas mais emocionantes tiveram teatro na via pública, temendo-se distúrbios” (JORNAL ESTADO DO RIO GRANDE, 28 de julho de 1930).

Outra estratégia era associar o “povo” ao próprio João Pessoa. Novamente o jornal *Estado do Rio Grande* expressa desta forma, ainda nas notícias do domingo do dia 28 de julho de 1930: “*Se já não somos uma nação inteiramente morta, se alguma coisa vibra ainda dentro de nós, esse crime há de ser-nos um sacrifício libertário, há de nos conduzir-nos a revolta redentora*”. (sic)

O caráter apelativo da manchete acima foi um recurso frequente às emoções ou o uso de metáforas na pretensão de afetar as representações sociais, pretendendo ser uma convocação para ação. Para os periódicos impressos e líderes políticos gaúchos da Aliança Liberal, essa ação se daria através de uma “revolução” libertadora contra o Palácio do Catete, ou seja, contra o Presidente da República, Washington Luís.

Na terça-feira, dia 29, outra manchete em destaque nas páginas do *Estado do Rio Grande*: “**A JUSTIÇA DAS RUAS**”. Observando a titulação dada ao artigo, entendemos a insistência que se faz à repercussão do assassinato de João Pessoa, dessa vez, não mais limitada à reprodução dos discursos inflamados dos políticos nas sessões do Congresso, mas fruto das “manifestações populares”, em especial, na “pequena e heróica Paraíba”, onde estava se realizando uma das maiores expressões de indignação, “atingindo a sua máxima intensidade”.

Após narrar sobre os incêndios e as casas comerciais destruídas pelos populares nas ruas da capital paraibana, acusar formalmente os “desmandos” e “descasos” da política do Governo Federal, o jornal reafirma que “essa triste e desesperada conjuntura não é

somente da população do valoroso estado nordestino: é a do povo todo do Brasil” (JORNAL ESTADO DO RIO GRANDE, 29 de julho de 1930). A manchete do *Diário de São Paulo*, em 29 de julho, também é incisiva quando trata de explicar a situação dos acontecimentos que envolviam “populares revoltados”: “A Paraíba está conflagrada sob a cólera das multidões e incerta é a situação do país ante o atentado de Recife, que abalou os sentimentos da unanimidade dos brasileiros”.

Na direção contrária, estava na Paraíba o Presidente Álvaro de Carvalho, numa guerra de telegramas contra os chefes políticos paraibanos, gaúchos e mineiros. Segundo Meirelles (2006), ao tentar acalmar as agitações, fechando vários estabelecimentos de ensino, por considerar os movimentos estudantis como sendo patrocinados pelos diretores que simpatizavam com as causas liberais, era acusado de “fraco e conciliador”.

Ao mesmo tempo em que Álvaro de Carvalho mantinha relações diplomáticas com o Governo Federal, tratando das questões sobre a presença do exército no território paraibano, criava conflitos com os secretários de João Pessoa que conspiravam contra Washington Luís.

Em outra ocasião, o Presidente justificava as suas atitudes, escrevendo e pedindo conselhos ao “mentor” Eptácio Pessoa. No entanto, ao se dirigir com o tratamento de “Excelência” a Washington Luís, esses gestos eram censurados pelos partidários da Aliança Liberal, uma vez que essa atitude era vista como um comprometimento à “dignidade da Paraíba”.

Para Carvalho (1978), as agitações eram orquestradas tanto na “Assembléia quanto na imprensa local e nos jornais dos Chateaubriand do sul do país”. Sendo assim, o Presidente percebia os caminhos que planejavam os “revolucionários”, os quais denominou de **“lobos da salvação pública, os dartagnans da imprensa e a gente do laço vermelho”** que, utilizando as “explorações políticas” **“afiavam as garras na goela para a devora final”**.

O “povo brasileiro, revoltado” e “unânime” contra o assassinato de João Pessoa, era a assertiva que perdurou por semanas nas primeiras páginas dos jornais. Percebemos que, ao evidenciar a “indignação dos populares”, constituiu-se numa nova estratégia, uma vez que João Pessoa morto “proporcionou a Getúlio Vargas e às demais lideranças políticas aliancistas o catalisador de que necessitavam para dar nova vida a sua declinante capacidade de atração política” (LEWIN, 1993, p.357).

2.3. A SACRALIZAÇÃO DO HERÓI E MÁRTIR

Na historiografia paraibana, encontramos narrativas sobre alguns aspectos da trajetória da vida do Presidente João Pessoa, conforme ressalta Albuquerque (1979). Após exaltar a “vitoriosa revolução” do dia 24 de outubro, declara que, por essa razão, “não fora em vão o sacrifício de João Pessoa”. Do ponto de vista de Aguiar (2007), destaca que, logo após a sua morte em Recife, “Nascia o mártir. Também foi herói da autonomia do Estado que enfrentou a prepotência do Governo Federal e combateu o mandonismo dos coronéis” (AGUIAR 2007, p.45).

Essas afirmações estão presentes nessas obras como continuadores dos que escreveram, falaram e explicaram sobre o assassinato de João Pessoa na década de 1930. Certamente, a permanência, por mais de meio Século, na Paraíba e no Brasil, de uma imagem de martírio e heroísmo não se restringiu aos jornais, o que, na nossa percepção, são, por ora, produto e produtores dela. Sendo assim, podemos afirmar também que a fabricação de um herói e mártir não foi uma exclusividade do Presidente paraibano nos anos de 1930. Em muitos momentos se construiu e legitimou uma “História” para o Brasil conduzida por “salvadores da Pátria”.

Para Carvalho (1990), as necessidades, em determinados momentos, das sociedades que arquitetam e forjam heróis e as suas utilizações políticas se constituem como “fulcros de identificação coletiva” e “instrumentos de legitimação de regimes políticos”, ou seja, a criação de heróis “tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que correspondam a um modelo coletivamente valorizado” (CARVALHO, 1990, p.55).

Uma das observações que vemos em Girardet (1987), quando discorre sobre os “vários modelos de heróis” e apelos ao “Salvador” na História, é o desafio em “saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção pelo imaginário” (GIRARDET 1987 p.71). Outra questão “delicada” para o autor é a parcela de “manipulação voluntária” que pode ser detectável nesse tipo de construção mítica.

Tendo como exemplo Napoleão Bonaparte, Girardet (1987) aponta um “desígnio organizado de fabricação” para a “lenda napoleônica”, combinando para a sua existência vários sistemas de imagens e representações embaralhadas nas aspirações e exigências

diversas. Nesse caso, as aspirações e exigências seriam a evocação aos heróis para uma tentativa de coesão quando existe a ausência de legitimidade política:

Graças ao Salvador, e através dele, existem para um certo número de homens, as mesmas emoções a partilhar, os mesmos fervores e as mesmas esperanças. Estão presentes também, no calor da comunhão reconquistada, os mesmos signos e os mesmos apelos, as mesmas palavras de ordem, as mesmas referências e as mesmas certezas. Em torno dele, na submissão, na devoção no entusiasmo, uma vida coletiva se reestrutura, as fidelidades se reconstituem, as trocas afetivas se restabelecem, uma nova trama social se consolida. (GIRARDET, 1987, p. 96)

Neste trabalho, procuramos identificar a continuada deificação de um “homem sacrificado” nos principais jornais que circularam em 1930, que divulgaram a morte de João Pessoa. O autor acima referido nos ajuda a perceber, na construção do “Salvador”, os elementos necessários para a constatação de que os “apelos” e as “palavras de ordem” conduziam e orientavam para o restabelecimento de uma nova “devoção e “entusiasmo coletivo” posterior ao assassinato do Presidente da Paraíba.

Um breve passeio por algumas manchetes desses jornais publicadas na primeira semana após o assassinato pode nos ajudar a dar uma ideia dessa profusão de títulos em torno de João Pessoa, em vários estados brasileiros, confirmando que a imprensa liberal era unânime no discurso exaltador a João Pessoa. Vejamos alguns títulos que ficaram em destaque na primeira página de alguns dos principais jornais: *A consagração do mártir do civismo!* (*Correio d’a Manhã - Maranhão*); *Tombou o glorioso Presidente da Paraíba* (*Diário da Noite – Rio de Janeiro*); *O Glorioso Crucificado Nordestino* (*Diário Carioca – Rio de Janeiro*); *Protótipo de bravura e honradez* (*Estado do Rio Grande – Rio Grande do Sul*); *Grande Imortal Presidente* (*A União - Paraíba*).

No jornal *A União*, essa “figura do salvador” esteve presente em suas páginas logo no domingo do dia 27 de julho de 1930. Estampada, no centro da primeira página, ocupando mais de 50% daquele espaço, havia uma fotografia do Presidente João Pessoa. Em torno desse retrato, um texto apontava o sentimento de consternação daquele órgão oficial pela notícia do assassinato do “bravo paraibano.” (Figura 3)

No nosso grande pesar, invocamos a figura extraordinária do Presidente João Pessoa **que deu em holocausto a sua própria vida**, contanto que a Parahyba não vergasse aos caprichos e ambições dos politicoides. (*A União*, 27 de julho de 1930 – grifo nosso)

As palavras do jornal, juntamente com a fotografia central de João Pessoa, publicados no dia seguinte ao seu assassinato, revelam a rapidez da utilização da escrita e

das imagens por esse órgão, persistindo na construção da ideia de que *“João Pessoa deu em holocausto a sua própria vida”*.

Esse anúncio encontraria terreno fértil na capital paraibana, em meio ao fervor coletivo, quando da notícia do assassinato de João Pessoa, e no que já pudemos constatar que a insistência da invocação do “herói sacrificado” não era apenas uma atitude isolada na Paraíba, mas estava sendo repetida no que já pudemos observar também nos jornais das principais capitais brasileiras bem como nos discursos inflamados de políticos ligados à Aliança Liberal.

As edições posteriores publicadas no Jornal *A União* usam com bastante expressividade a fotografia do Presidente. O uso sistemático de sua imagem, na primeira página, por meses inteiros, em ininterruptas edições, é um indicador precioso da preocupação em manter viva a sua memória.

Nesse sentido, o retrato fotográfico pode ser visto como uma “revolução” na memória coletiva, usando a expressão de Le Goff (2003). De fato, um grande elemento de suporte para a difusão da memória de João Pessoa foi a sua fotografia oficial, tirada em Recife, momentos antes de sua morte.

Tirar fotografias dos mortos é uma atitude predominantemente laica do mundo moderno que, segundo Borges (2003), acompanha o ritual de cultuar a sua lembrança. nesse caso, o seu retrato feito em vida é comumente distribuído entre os que participaram de seu cotidiano, e a fotografia torna-se um dos recursos mais utilizados na recordação.

No caso de João Pessoa, seu retrato oficial passou a ser um “símbolo” a ser difundido, o que discutiremos com maior profundidade no próximo capítulo. Mas, desde já, podemos afirmar que ela foi espalhada por todos os lugares, uma “bandeira de luta” largamente reproduzida, conduzida, venerada, com objetivos político-ideológicos muito claros. Em relação a esse aspecto, Balandier assim se expressa:

Logo o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em costume, é a origem da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Esse gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança. (BALANDIER, 1982 p.7)

A utilização da imagem do Presidente, logo após o seu assassinato, pelo principal veículo oficializado do Governo, estava fundada nos interesses políticos pessoais de grupos que apoiavam João Pessoa, numa estratégia de difusão de sua memória. Contudo, foi ainda uma constante tentativa de manipulação da opinião pública através dos recursos disponíveis, tanto no que diz respeito a truques laboratoriais (como a fotomontagem) quanto à indução da leitura por meio dos textos que acompanham as imagens. Sem cessar, o jornal

publicou 56 edições que tiveram origem com a morte de João Pessoa em julho de 1930, alimentando o furor nacional, encabeçado pela Aliança Liberal, em nível nacional, até outubro de 1930, com a vitória dos “revolucionários”.

Nessa permanência da fixação da “imagem de João Pessoa”, *A União*, no dia 03 de agosto, utiliza outro recurso: expõe a fotografia do Presidente de corpo inteiro, numa posição “de pé”, “vivo”, numa “pose oficial”, que será copiada nos anos seguintes para a fabricação de estátuas de bronze, que serão erguidas em sua homenagem como apologia ao seu suposto heroísmo. Nessa mesma página, o texto colocado ao lado da fotografia focaliza as atenções para o Estado de Pernambuco, pretendendo ser solidário ao “sofrimento do povo vizinho”, uma vez que João Pessoa tinha vivido sua juventude em Recife. Embora tivesse sido o local de sua morte, entre os dois estados, não haveria, naquele momento, “distinção geográfica”, porquanto João Pessoa era a “síntese” de todas as “esperanças do Brasil” e “união dos povos”.

Com essa aproximação e elogios ao “povo” de Pernambuco, os redatores d’*A União* sabiam do território hostil em que se encontrava aquele estado antes do assassinato de João Pessoa. Os seus principais adversários e inimigos políticos moravam em Recife, incluindo os seus primos Pessoa de Queiroz, o próprio governador Estácio Coimbra e João Dantas, partidários de Júlio Prestes. Sendo assim, no final do texto, a acusação era sistemática: através de uma leitura maniqueísta da “terra pernambucana”, que teria, de um lado, “a multidão em lágrimas”, dando adeus a João Pessoa, e a “raça de políticos” que armam “sicários miseráveis” como instrumento de sua “vingança”.

A sacralização do sacrifício e da invenção do mártir perpassava também a primeira página de periódicos em outros estados do Brasil, como já mostramos anteriormente, ou seja, a construção mítica nacional ocupou várias páginas escritas naqueles meses finais de 1930 e fomentaria a legitimação de um golpe de Estado que estaria em marcha. Para Balandier (1982), isso se faz necessário, uma vez que

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da razão teria pouca credibilidade. (...) Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. (BALANDIER, 1982, p. 7)

De fato, basta observarmos este fragmento de um artigo do jornal *Diário Carioca*:

Como o sangue de Jesus e dos mártires do cristianismo serviu para espalhar pelo mundo a doutrina do nazareno crucificado, **assim o sangue do glorioso João Pessoa**, como o dos bravos mortos vítimas da tirania e do sabujismo reinantes, **há de regar a árvore da liberdade**, que crescerá, há de florir e frutificar como pensam os desanimados. (Jornal Diário Carioca 29 de julho de 1930 – grifos nossos).



Figura 3 - Primeira página do Jornal *A União*, domingo, 27 de julho de 1930. Biblioteca Nacional -RJ

Vejamos que a investida nessas notícias é de tornar semelhante a relação entre a morte de Jesus Cristo e a de João Pessoa. A evocação do salvador “sacrificado” corresponde a um “tempo de lembrança”, “aquele em que a figura do salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e suas simplificações” (GIRARDET, 1987 p.72)

Abreu (1996) afirma que, nesse “templo da memória”, em que João Pessoa é criado pelos periódicos, observamos vários aspectos dos seus traços biográficos, na preocupação constante em expressá-lo como um administrador exemplar, articulado com sua vida política. Isso significa que, “para o culto do eu, a memória é vital.” Nesse sentido, são “as individualidades tão ricamente elaboradas” que, segundo Abreu (1996), é “preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte”. Temos como exemplo disso as estratégias usadas pelo *Diário Carioca*, que apresenta, em suas páginas, várias fotografias de João Pessoa durante a campanha eleitoral pelo Rio de Janeiro. Sobre o uso das fotografias, Abreu (1996) afirma que, “com a invenção desse instrumento de registro, torna-se possível documentar a trajetória dos indivíduos e, principalmente, suas obras e realizações.” (ABREU, 1996 p.100).

As memórias fotojornalísticas veiculadas nos periódicos formam um conjunto altamente revelador. Em várias páginas, há constante evocação dos “memoráveis dias” em que o Presidente assassinado estava vinculado ao grupo político da Aliança Liberal. A legenda abaixo da fotografia veicula a mensagem ao leitor, de acordo com os objetivos desejados pelos encaminhamentos editados da matéria: *Uma fotografia que evoca os memoráveis dias de entusiasmo patriótico vividos por essa capital, quando da viagem triunfal do Presidente João Pessoa ao sul do país, em propaganda das candidaturas liberais.* (JORNAL DIÁRIO CARIOCA, 29 de julho de 1930.)

Segundo o *Diário Carioca*, João Pessoa afrontou o “despotismo” do Presidente da República, quando participou da “campanha de salvação”, ou seja, na sucessão presidencial, como candidato à vice-presidência. Dessa forma, afirma que, viajando ao sudeste, nos comícios e propagandas, fizeram com que João Pessoa ficasse conhecido em outros estados, fortalecendo, após a sua morte, uma imagem de “extraordinário lutador que, “sem um recuo, sem um desfalecimento”, afrontou o Presidente Washington Luís. Portanto, para o periódico, a conclusão é de que a sua morte, em Recife, foi consequência de sua adesão aos liberais. De fato, o *Diário de São Paulo* conclui: “João Pessoa foi assassinado porque conduziu o seu Estado para a Aliança Liberal e disputou a vice-presidência como candidato do seu partido” (DIÁRIO DE SÃO PAULO, 29 de julho de 1930).

A carreira política de João Pessoa teve início com a indicação para o Governo da Paraíba, em 1928, pelo seu tio Eptácio Pessoa e, no ano seguinte, a sua participação na Aliança Liberal, uma vida pública de pouco mais de um ano e meio. Mesmo assim, na

Paraíba, o Governo administrativo tem suas adjetivações e metáforas associadas ao “grande Presidente” que lutou pela “autonomia do seu estado”.

O *Diário da Noite* considera a Paraíba como “symbolo da heroicidade” e “glorificada pelo symbolo da defesa heróica”; O *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul, acrescenta, na construção heróica da Paraíba, os seguintes termos: “*Coberta de luto, ajoelhada junto do cadáver ainda quente do seu filho insubstituível*”; O *Estado do Rio Grande* intitula como “a pequena e heróica”; O *Diário Carioca* nos parece que a assemelha à Pietá de Michelangelo, quando usa estes termos: “*O corpo inanimado de João Pessoa, sangrando ainda, repousa nos braços da Pátria.*”

Os irmãos Pessoa Cavalcante e a viúva Maria Luiza, com seus filhos órfãos, fazem parte dessa composição de vida exemplar em que viveu João Pessoa e que foi utilizada pelos jornais. Os telegramas de vários políticos recebidos pela família ocupam várias páginas dos periódicos. Esses telegramas enfatizavam, com dramaticidade, a tristeza da perda de João Pessoa; uma enorme quantidade de expressões como “gigantesco pesar”, “profunda tristeza” etc. Tratava-se de verdadeira construção social da dor, do luto.

No *Diário Carioca*, destacamos vários telegramas que nos fornecem exemplos dessas afirmações, quando dizem, por exemplo: “*Recife tem prestado excepcionais homenagens preclaro brasileiro peço aceitar e transmitir família expressões meu grande pesar*”. Agamenon Magalhães; *Sinceras condolências trágico desaparecimento seu digno chefe*. Manoel Duarte, Presidente Estado do Rio; *Pernambucano poreu mineiro coração hypoteco família Pessoa minha solidariedade qualquer momento*. Alberto Fonseca – sub-procurador geral do Estado de Minas Gerais.

O *Estado do Rio Grande* publica este telegrama enviado por Eptácio Pessoa à viúva de João Pessoa: “*Ferido também no fundo do meu coração, não tenho expressões para manifestar à senhora e aos filhos toda a desolação da minha imensa dor.*” O *Diário Carioca* apresenta uma fotografia dos irmãos Pessoa com uma legenda abaixo, destacando a profissão de cada um deles: “*Os irmãos do Presidente João Pessoa: deputados Cândido Pessoa e Joaquim Pessoa; Coronéis do Exército José Pessoa e Aristarcho Pessoa e comerciante Oswaldo Pessoa.* (Figura 4)

Nos editoriais dos jornais e nos discursos dos políticos, o sangue de João Pessoa teve várias utilidades. Nas palavras do deputado aliancista Lindolpho Collor, publicadas no jornal *Diário da Noite*, em 28 de julho de 1930, exalta o sangue de João Pessoa e o seu assassinato é qualificado como um martírio: “*pelo sangue dos mártires que se operam as ressurreições e se constroem as glórias que sabem resistir aos Séculos, O martyrio de João Pessoa terá na vida brasileira a sua significação histórica, ou nós já não seremos povo digno desse nome.*”



Figura 4 – Irmãos de João Pessoa no Jornal Diário Carioca, segunda feira, 28 de julho de 1930. Biblioteca Nacional -RJ

Na página seguinte, o *Diário da Noite* publica um artigo intitulado “Noite Mongólica”, escrito pelo diretor Assis Chateaubriand, em que ele descreve a “consternação” do povo de Minas Gerais ao saber do assassinato de João Pessoa e acusando frontalmente Washington Luís de “deshumano”, “malvado” e “cruel” pela responsabilidade com o crime.

Interessante a imagem de João Pessoa descrita por esse jornal, expressando algumas bases de mitos a seu respeito, pois o mostravam como “imortal lidador”, afirmando que “o pulso de João Pessoa empunha a bandeira de rebelião contra o cativo”, e “o seu grito era brávia, mas serenamente e articulado dentro da ordem”. Ao se referir ao sangue de João Pessoa, Chatô conclui: “Porque desse sangue generoso agora derramado deve renascer uma redenção”.

O *Correio do Povo*, do dia 29 de julho de 1930, reproduz um artigo do político José Bonifácio, intitulado “**HEROI E MÁRTIR**”, destacando a “figura intrépida” que era João Pessoa e o seu sangue semelhante de “tantos outros mártires regando a árvore do liberalismo que ajudou a plantar”. No dia seguinte, reproduz um outro artigo denominado de “Cálice de amargura”, atestando a queda de um “herói” e “mártir” numa atitude da “política nefanda” da nação brasileira.

Numa mesma consonância de discurso, na terça-feira do dia 29 de julho de 1930, *A União* publica uma nota escrita pelo Cônego Matias Freire, afirmando que Washington Luís, Júlio Prestes e Estácio Coimbra conseguiram “beber o sangue mais precioso que corria nas artérias do organismo do Brasil”. O cônego acrescenta, ainda, que o cadáver de João Pessoa “é a mais bela vítima que já foi imolada em holocausto”.

Esse pronunciamento ocorria no mesmo instante em que o corpo de João Pessoa era trazido de Recife para a capital paraibana. A oportunidade seria excelente para as demonstrações coletivas de “consternação”, uma vez que a visita pública durou três dias.

O *Diário de Pernambuco* tratou de narrar “O último dia na Parahyba” de exposição do corpo de João Pessoa. Segundo o jornal, foi “incalculável” o número de famílias que

“pranteavam” o “querido Presidente”. De cima do altar-mor da catedral de Nossa Senhora das Neves, havia estas palavras: “*Ao immorial João Pessoa*”.

Durante a permanência do corpo de João Pessoa na Paraíba, o jornal *Diário de Pernambuco* registrou “uma das mais impressionantes homenagens” prestadas ao Presidente. Era o início de outros ritos públicos que começaram a ser instituídos na capital paraibana a partir daquele momento: “*a aposição da nova placa na praça Comendador Felizardo, que passou a se denominar para praça João Pessoa.*” Durante a solenidade, segundo o *Diário de Pernambuco*, “*em meio às lágrimas, o povo retirou a placa velha e em seu lugar colocou a nova, diante de profundo silêncio.*”

A contínua evocação ao morto era sistematizada pelo jornal local. Na edição do dia 01 de agosto de 1930 do jornal *A União*, dessa vez, com a notícia em destaque de despedida da Paraíba ao seu “grande” e “imortal Presidente”, está assim expresso:

Paraibanos.

Ele veio ao povo e por esse se **sacrificou**. É preciso que também pela memória desse homem que foi um **herói** façamos o holocausto de, em reverência a essa hora de profundo recolhimento, conter o desespero que nos vai n' alma ao dirigimos o último adeus. De joelhos paraibanos! É o corpo do impoluto conterrâneo que passa! (A União, 01 de agosto de 1930 – grifamos)

Nessas palavras, percebemos o drama com que são determinados os gestos e os sentimentos das pessoas para o ritual fúnebre na chegada do corpo de João Pessoa à capital paraibana, um ato revestido de “teatralidade”, usando a expressão de Balandier (1982), e essa cerimônia coletiva acentua o heroísmo de João Pessoa.

De fato, a solenidade religiosa em sufrágio da alma de João Pessoa, realizada no Rio de Janeiro, no dia 01 de agosto de 1930, foi noticiada no outro dia pelo *Diário Carioca* como “*um testemunho eloquente da veneração popular à memória do super-homem*”.

O *Jornal do Commercio*, além de divulgar o comparecimento de uma “*multidão de dez mil pessoas*” à Candelária, elenca centenas de nomes de pessoas que estiveram na missa de sétimo dia. Deduzimos que várias pessoas assinaram ou foram convidadas a assinar uma “lista de presença”, visto que seus nomes foram distribuídos em sete colunas e publicados em uma enorme lista, onde constam nomes de deputados estaduais e federais, jornalistas, ministros, oficiais (marechais, maiores, tenentes, coronéis), médicos, advogados, empresas comerciais e jornais. Talvez por isso o *Diário de São Paulo* tenha lembrado em nota oficial que, ao “grandioso espetáculo”, não estivera apenas o povo das “classes humildes”, mas gente também “da nossa sociedade”.

No dia 31 de julho, o Presidente Álvaro de Carvalho tomou as providências para que o corpo fosse embalsamado e transportado para ser enterrado no Rio de Janeiro, um pedido da família Pessoa, através de vários telegramas ao Presidente da Paraíba, segundo

O *Diário de São Paulo*. No entanto, Moraes (1994) afirma que foi ideia de Chateaubriand recomendar à Aliança Liberal para não encerrar o episódio com um modesto funeral provinciano “no norte”, por isso que a primeira decisão tomada foi a de que o corpo, embalsamado em Recife, seria velado na Paraíba mas, em seguida, seria transportado até o Rio, onde vivia a família do governador morto, para ser sepultado com todas as honras no cemitério São João Batista.

A “apoteose política” em que se transformaram as homenagens após a morte de João Pessoa e as estratégias do “exaltador funeral” são descritas por Moraes (1994):

O corpo permaneceu dois dias embalsamado em Recife e, depois de demorado desfile pelas principais ruas da cidade, foi levado de trem para a Paraíba no dia 28. Na capital, para transpor as poucas centenas de metros que separavam a estação de trem da matriz de Santo Antônio, onde o corpo seria velado, a massa que carregava o caixão demorou quatro horas. Ali o cadáver de João Pessoa permaneceu por mais dois dias. A previsão era de que, na manhã do dia 31, seria embarcado de avião para o Rio e lá sepultado em seguida. Foi quando alguém se deu conta de que o Presidente eleito, Júlio Prestes, estava para retornar ao Brasil, depois de longa turnê por Europa e Estados Unidos. Por que poupá-lo do transtorno de ter de conviver, por um dia que fosse, com o cadáver do homem de quem ele roubara a vitória nas urnas? Se a volta estava prevista para acontecer entre os dias 4 e 5, por que lhe dar de presente um desembarque depois do sepultamento de Pessoa? Era preciso obrigá-lo a suportar, nem que fosse por 24 horas, aquele cadáver; incômodo e insepulto. Não, o enterro só poderia acontecer depois que Júlio Prestes pisasse em solo brasileiro. Portanto, nada de avião. O transporte do corpo por navio seria mais solene - e mais demorado. (MORAIS, 1994, p. 205)

Foram treze dias de romaria com o cadáver de João Pessoa, desde o embalsamento, em Recife, até a chegada no Rio de Janeiro. Moraes (1994) entende que foi realizado com o “grande Presidente” como “as metafóricas baleias” que encalhavam nas praias, “a Aliança Liberal aproveitou até a última gota de sangue do cadáver de João Pessoa” (MORAIS 1994, p.211).

Com uma breve parada em Maceió, Salvador e em Vitória, no Espírito Santo, a caravana de deputados da Aliança Liberal seguia para o Rio de Janeiro, na primeira semana de agosto. O clima era de preparativos para “a sombria glorificação póstuma”, porquanto a capital da República se preparava para receber o corpo de João Pessoa, por isso, *A União* lembrava aos seus leitores que o povo carioca “se tingia do sangue de um autêntico herói.”

Por sua vez, em uma manchete, no canto superior da primeira página do *Diário Carioca*, vem a grande convocação ao povo do Rio de Janeiro para envolver-se no espetáculo de exaltação ao cadáver:

O gigante da bravura, cuja vida rendeu a liberdade o tributo da maior homenagem, singra nas águas de sua pátria, de regresso a capital da república! Daqui partiu, em fevereiro ultimo, em consagração jamais vista,

supremo mandatário da vontade nacional! Volta, varado pela balas covardes de um assassino tarado! Povo do Rio de Janeiro! A vossa presença a chegada do corpo de João Pessoa – **heroe e mártir – que tapetou, com próprio sangue os humbraes da autonomia da Paraíba**, impõe-se e, como o último adeus aquele cujo nome resistirá ao turfão do despotismo, personificado na glorificação de um grande entre os maiores. (DIÁRIO CARIOCA, 02 de agosto de 1930 - grifamos)

Para Girardet (1987), toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica. Essa simbologia esteve presente na escolha da capital da República que, “envolta em crepe”, preparava-se para receber o “herói e mártir” João Pessoa. Estimulando deliberadamente um clima de comoção para esperar a chegada do corpo de João Pessoa, os jornais conclamaram a população a acompanhar o corpo até o cemitério. Anúncios, cartas e sugestões para a realização das homenagens e do cortejo do enterro eram enviadas para a “Comissão Popular” e, posteriormente, encaminhadas ao *Diário da Noite* para serem publicadas.

Na véspera da chegada do corpo, no dia 06 de agosto de 1930, várias recomendações foram apresentadas ao povo carioca: os discursos deveriam ser feitos no mesmo local em que foram realizados os comícios da Aliança Liberal. Nessa “grandiosa e justa homenagem”, auto-falantes seriam instalados para que “toda a multidão” pudesse ouvir.

Seguindo as recomendações, o apelo era para que o comércio fechasse as portas durante o funeral, permitindo aos “empregados” comparecerem ao enterro. Era necessário garantir “o clima” e, para tanto, pedia-se a todos os cariocas “que comparecessem ao enterro e estivessem “com trajes escuros, ou distintivos de luto”. Solicitava-se que cada mulher tivesse uma flor para lançar sobre o caixão mortuário.

As últimas recomendações eram dirigidas ao vigário geral do Rio de Janeiro para que os sinos dobrassem das 15 até as 18 horas, em “sinal de pesar”; a empresa de energia elétrica deveria manter os combustores elétricos acesos nas ruas por onde passaria o cortejo e ainda desejava a mudança do nome da rua “Voluntários da Pátria”, transversal à rua da residência do “ilustre extinto” para “João Pessoa”.

De acordo com Henriques (1961), o corpo de João Pessoa, finalmente, chegou ao Rio de Janeiro, no dia 07 de agosto, às 10 horas da manhã, saindo da Praça Mauá para a Igreja da Candelária e, em seguida, para o Cemitério São João Batista. Meirelles (2006 p. 533) descreve que a polícia vetou a passagem do cortejo pela Avenida Rio Branco, o que aumentava o percurso em dois quilômetros para ir em direção à Candelária, onde seria celebrada uma missa de corpo presente. O cortejo foi acompanhado por milhares de pessoas, em direção à catedral metropolitana, onde, a pedido da família, seria celebrada uma missa de corpo presente para os mais próximos.

Como descrito por Meirelles (2006), durante a caminhada, a multidão forçou a passagem pela Rio Branco, no entanto a cavalaria impediu que o trajeto aprovado pelas autoridades fosse desrespeitado e ameaçou dispersar o cortejo a golpes de espadas. Para que não ocorressem incidentes mais graves, o deputado Maurício de Lacerda, em nome da família do “grande morto”, pediu calma e que se respeitasse o itinerário estabelecido.

O autor também ressalta que, por volta de uma e meia da tarde, tudo estava pronto para o enterro, no entanto, com fins exploratórios, os políticos aliancistas decidiram que o enterro só se realizasse no dia seguinte. Novamente, repetia-se o “espetáculo”, uma noite inteira de visitas, discursos inflamados e uma multidão em lágrimas.

Assim descreve o Jornal Diário da Noite, em 08 de agosto de 1930:

Pode-se dizer que toda a população carioca visitou nessa pungente romaria de patriotismo o cadáver de João Pessoa. Houve quem ficasse a porta do templo tão grande era a massa de povo que ali se apertava desde as primeiras horas da noite, até a madrugada. E a multidão não diminuiu, renovando sempre até a hora em que saiu o enterro, valendo esse espetáculo grandioso de honraria e de dor pela mais justa e mais sentida apoteose. (Jornal *Diário da Noite*, 08 de agosto de 1930)

A saída da catedral para o cemitério São João Batista, no dia 08 de agosto, encheu as ruas do Rio de Janeiro; uma multidão se comprimia para ter a honra de acompanhar de perto o esquife; sinos dobravam na catedral, mulheres jogavam flores no caixão, e o comércio fechou suas portas.

Nessa mesma edição, o *Diário da Noite* fez uma descrição do trajeto do enterro. Segundo o jornal, a multidão saiu a uma hora da tarde, a urna funerária com os despojos do Presidente foi coberta com a bandeira nacional e a da Paraíba, por um lençol de violeta oferecido por uma senhorita gaúcha e, aos pés da urna, a bandeira de Minas Gerais. Essa foi, portanto, uma homenagem dos estados aliancistas e a demonstração da “reverência nacional”, posto que o pavilhão indicava em torno do seu cadáver a “união” de todo o Brasil.

O cortejo seguia numa ordem hierárquica: atrás da urna funerária, vinham os automóveis trazendo a família e “vultos de destaque da sociedade e da política”, ou seja, os deputados e senadores da Aliança Liberal; em seguida, o retrato do Presidente João Pessoa. Segundo o jornal, foi um desfile “imponente”, com vários caminhões que conduziam flores e coroas fúnebres, oferecidas pelos amigos ao morto e, no final do enterro, vinha “a grande massa de povo”.

Nas ruas por onde passava, os prédios e casas comerciais ostentavam bandeiras a meio mastro, e senhoras e senhoritas atiravam pétalas de flores e lágrimas na urna funerária; seguia-se o cortejo cantando o hino nacional em meio aos “vivas” e “aplausos.” De

acordo com o *Diário Carioca*, o Hino Nacional era o “único canto com o qual realmente se poderia homenagear a figura gigantesca da nacionalidade” e quando o povo não cantava, “estruçavam no ar milhares de vozes a rezar, a orar, pela alma do morto”.

Sobre o funeral, continua o *Diário da Noite*:

Os imponentes funerais do Presidente João Pessoa.

O enterro de João Pessoa, é até hoje o mais pungente espetáculo a que o Rio já assistiu. Não é possível descrever a mágoa profunda que abate a multidão enorme que acompanha no cemitério o grande morto. João Pessoa cujo valor, cujo patriotismo deram a nação o mais belo exemplo de idealismo e de coragem republicana, passou pelo martírio, a galeria dos pro-homens da raça, desses heróis magnânimos que o povo elege, no seu espírito e na sua admiração. (*Jornal Diário da Noite*, 08 de agosto de 1930 – grifamos)

Chegando ao cemitério São João Batista e, antes de “descer o corpo à sepultura”, o deputado Pinheiro Chagas, representando Minas Gerais, fez um grande discurso publicado na íntegra no jornal *Diário da Noite*. Vejamos um trecho em que propõe algo inusitado naquele momento:

Agora, senhores, podereis levar o seu corpo para a morada derradeira, mas attendei: _ Um homem como elle deveria ser enterrado de pé! De pé como sempre viveu! De pé como não vivem muitos dos seus algozes. De pé como quiz ser enterrado Clemenceau²⁸: _ Com o coração acima do estômago e com a cabeça acima do coração!. (*Jornal Diário da Noite*, 08 de agosto de 1930)

Foram horas de palavras; representantes de vários estados brasileiros foram enviados para as homenagens. De fato, como lembra Moraes (1994), Chateaubriand e a Aliança Liberal tinham efetivamente conseguido transformar o cadáver de João Pessoa em uma verdadeira “baleia encalhada numa praia de famintos”. “Transformaram o enterro da vítima de um crime passional em uma colossal apoteose política” (MORAIS, 1994 p. 221).

Certamente, não era naquela tarde de sexta-feira que a alma do morto encontraria descanso. Os jornais de Chateaubriand estamparam, no dia seguinte, fotografias do cortejo e da multidão nas ruas, reproduziram os discursos, depoimentos e ainda “detalhes das cenas de puro enlevo cívico” dos que compareceram ao enterro. Do mesmo modo, as publicações que circularam nas semanas seguintes prosseguiram com as homenagens e os enaltecimentos a João Pessoa (MORAIS 1994). Portanto, discuti-las e acompanhá-las vai além da nossa proposta para esse momento da pesquisa. No entanto, Aires (2006) nos

²⁸ Georges Clemenceau foi duas vezes primeiro-ministro francês; seu último mandato foi no final da 1ª Guerra Mundial (1917-1920). Era seu desejo ser enterrado na vertical, numa forma de ilustrar a verticalidade do carácter de um ser humano ao exigir em continuar de “pé” após a morte. Faleceu em 24 de novembro de 1929. http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Clemenceau

apresenta um excelente panorama das homenagens e dos “lugares de memória” que foram “inventados” em várias cidades do Brasil para o culto ao Presidente João Pessoa.

O autor discute, principalmente, a substituição dos nomes das ruas, dos povoados, das praças e avenidas pelo nome do morto, bem como a institucionalização da memória de João Pessoa pela Assembléia Legislativa da Paraíba, através de discussão e de projetos para o estado. Entre eles, salientamos a instituição do feriado no dia 26 de julho, a construção de um monumento, a mudança do nome da capital, a criação de uma nova bandeira estadual e a oficialização de um hino nesse processo de sacralização²⁹.

Concordamos com Aires (2006), quando diz que é procedente a afirmação de que parece haver um consenso na historiografia paraibana sobre a influência da morte de João Pessoa para a concretização do movimento de outubro de 1930. De fato, sua morte “tem um peso importante no que concerne à efervescência e à reorganização da Aliança Liberal, de tal maneira que a construção de sua memória será a munição fundamental para a retomada dos planos golpistas costurados ao nível nacional, com ponta-pé inicial na Paraíba” (AIRES, 2006 p. 18).

Morais (1994 p.223) destaca que esse movimento iria eclodir simultaneamente no Rio Grande do Sul, na Paraíba e em Minas Gerais, no dia 26 de agosto. A data escolhida era em homenagem ao trigésimo dia da morte de João Pessoa, porém, nada aconteceu, outras três datas foram marcadas, mas nenhum tiro foi disparado. O motivo apresentado por Joffily (1979 p.306) para tal adiamento era que ainda faltavam preparativos militares e recursos financeiros.

Em Meirelles (2006 p. 550-628), vamos encontrar uma narrativa detalhada do início do levante armado pelo Exército do QG, na III Região Militar, em Porto Alegre, a partir do dia 03 de outubro de 1930, e outros que ocorreram posteriormente no Paraná, na Bahia, em Pernambuco, Minas Gerais e na Paraíba. Em seguida, narra o desfecho com a deposição do Presidente Washington Luís e do sucessor eleito, Júlio Prestes, no dia 24, a “entrada triunfante” de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, no dia 31, para chefiar o Palácio da Guanabara, o “novo” Governo instaurado pelos aliancistas e, finalmente, em 04 de novembro, o “ritual de entronização” do “novo” Presidente da República.

Após vitoriosa revolução na Paraíba, o feriado de 26 de julho foi anualmente lembrado, como já apontamos anteriormente. Os rituais divulgados pelo jornal *A União* se repetiam no mesmo formato - tinham início com uma missa na catedral e, depois da celebração, uma caminhada até a praça, com o nome de João Pessoa, para que, “aos pés

²⁹ Destacamos aqui a discussão presente no capítulo 2 – O mito da “Revolução” de 30 na Paraíba: uma construção histórico-cultural, especificamente os tópicos “De santo a herói: João Pessoa no meio das ruas, praças e avenidas” e “Nem perrepista, nem liberal devolvam o nome Paraíba a nossa capital.”

do monumento” que foi erguido naquele lugar, fossem proferidos discursos e pronunciamentos das autoridades locais.

Somente no ano de 1978 identificamos uma mobilização do estado paraibano para um investimento numa comemoração preparada para o ano inteiro, em memória do Presidente João Pessoa. Nesse sentido, apontamos dois motivos para tal festejo: o ano do centenário do nascimento do “herói” e as proximidades dos cinquenta anos do “movimento revolucionário de 1930”.

Com o intuito de perceber a consonância desses festejos, que aconteceram quase meio Século depois das “exaltações fúnebres” dos anos 1930, com a idealização ou não da mitificação de João Pessoa, no próximo capítulo, lançaremos um olhar sobre o roteiro proposto para as comemorações do “Centenário”, os jornais locais que divulgaram o evento e as cidades que cultuaram a memória do Presidente João Pessoa - dessa vez, uma data oposta a sua morte, ou seja, o dia e o local do seu nascimento.

CAPÍTULO III

A CULTURA HISTÓRICA EM COMEMORAÇÕES: o centenário e o espetáculo



*Umbuzeiro –PB –Fazenda Prosperidade: lugar do nascimento
(Heroísmo)*

3.1. (RE)INVENTAR O PASSADO: COMEMORAR PARA NÃO ESQUECER

Na opinião de Gaddis (2003 p. 17), o passado é como algo que nunca poderemos possuir, “porque, quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo como um experimento de laboratório ou simulação no computador”.

Lowenthal (1998) concorda com a expressão que define o passado como “um país estrangeiro” e justifica que, pela sua distância com o presente, o passado vive apenas como uma imagem idealizada e romantizada da história. No entanto, apesar dessa separação entre o “passado” e o “presente,” o autor afirma que “o passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual dos tempos pretéritos” (LOWENTHAL, 1998 p.64).

Nesse caso, os acontecimentos e as experiências se tornam partes integrais da nossa existência e constituem as nossas lembranças do passado. Porém, quando reconhecemos que os nossos gestos, palavras, regras e artefatos advêm dele, não somente recordamos, mas tomamos consciência desse passado:

Uma consciência do passado mais completa envolve familiaridade com processos concebidos e finalizados, com recordações daquilo que foi dito e feito, com histórias sobre pessoas e acontecimentos – coisas comuns da memória e da história. (LOWENTHAL, 1998 p.64)

Sendo assim, “todo ser humano tem consciência do passado” (HOBBSAWN 1997, p.22), pois o passado é o período anterior aos eventos que ficam registrados na memória de um indivíduo. Porém, para Hobsbawn (1998), o que se constitui problema, para os historiadores, é analisar a natureza desse “sentido do passado” nas sociedades, incluindo as suas mudanças e transformações. Nesse caso, o autor investe contra os pensadores que considerariam o passado como apenas um “construto de nossas mentes”.

Le Goff (2003 p.13) refere, no entanto, que duas situações conduzem para um “ceticismo” sobre a possibilidade de conhecer o passado: a constatação de que a visão de um mesmo passado muda segundo as épocas e que o historiador está submetido ao tempo em que vive, ou de eliminar as referências do presente. Nesse caso, o autor cita a “ilusão da história romântica à maneira de Michelet – “a ressurreição integral do passado”, e a história positivista à Ranke – “aquilo que realmente aconteceu”.

Portanto, Le Goff (2003 p.13) conclui com a seguinte afirmação: “O interesse do passado está em esclarecer o presente; o passado é atingido a partir do presente, segundo, o método regressivo de Bloch”³⁰.

Para exemplificar as diferentes “atitudes coletivas perante o passado”, o autor apresenta a Antiguidade pagã, quando predominava a valorização do passado através das “recordações das épocas heróicas” ou, ainda, da “moralidade dos antigos”. Lembramos, aqui, que, em Roma, paralelamente se admitia a ideia de um presente decadente.

Em Le Goff (2003), encontramos uma constatação interessante sobre uma história hebraica que consta na Bíblia: de um lado, o judaísmo tem o fascínio pelo seu passado, que envolve suas origens, desde a criação do mundo até a aliança de *Yavéh* com o seu povo; de outro, argumenta o autor, que “essa história também é voltada para um futuro igualmente sagrado: a vinda do Messias e da Jerusalém celeste que, com Isaías, se abre a todas as nações” (LE GOFF 2003 p.220).

Há três momentos distintos de experiência com o tempo que são descritos por Le Goff (2003) durante a Idade Média: a atração que se tem pelos “tempos míticos do Paraíso”, a espera de um “futuro escatológico” e um passado constante atualizado no presente. “O homem da Idade Média vive num constante anacronismo” (LE GOFF, 2003, p.222)

Seguindo a sua narrativa, o Renascimento apresenta duas tendências contraditórias. Para ele, parece que, de um lado, os progressos que foram realizados na medição, datação e cronologia permitem uma perspectiva histórica do passado, mas é feita uma ruptura a partir do progresso científico que serviu ao otimismo iluminista, afirmando a “superioridade dos modernos sobre os antigos, e a ideia de progresso torna-se o fio condutor do historiador que se orienta para o futuro” (LE GOFF 2003 p.223).

O autor encerra seu vasto esquema entrando na grande “manufatura do passado” ocorrida na França, no Século XIX, quando sua “glória” era exaltada nos teatros, nas pinturas históricas, na água-forte, na gravura em madeira e na litografia; o “gosto romântico pelo passado”, que alimentou os movimentos nacionalistas europeus, também ocorridos no Século XIX e, por fim, a “aceleração da história”, que fez as massas dos países industrializados se ligarem nostalgicamente às suas raízes.

Essa forma de ligação com o passado se dá através de algumas manifestações descritas pelo autor: “a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo

³⁰ Marc Bloch propôs também ao historiador, como método, um duplo movimento: compreender o presente pelo passado, compreender o passado pelo presente: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas é talvez igualmente inútil esgotar-se a compreender o passado, se nada se souber do presente”. Daí a importância da recorrência em história: “Seria um erro grave acreditar que a ordem adotada pelos historiadores nas suas investigações se deve modelar necessariamente pela dos acontecimentos. Para restituir à história o seu verdadeiro movimento, seria muitas vezes proveitoso começar por lê-la “ao contrário”, como dizia Maitland”. Essa concepção das relações passado/presente desempenhou um grande papel na revista “Annales” – fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch –, que inspirou e deu nome à revista britânica de história “Past and Present”, a qual, no primeiro número, em 1952, declarou: “A história não pode, logicamente, separar o estudo do passado, do estudo do presente e do futuro”. (LE GOFF 2003, p.228)

folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio” (LE GOFF 2003 p.228).

Para Arruda (2007), essa intrínseca relação entre “passado e presente” ocorre através de uma condição constante de reorganização do “evento do passado” pelo presente. Dentro dessa perspectiva, temos a consciência de que as sociedades não exprimem seu passado somente através das narrativas. No entanto, apontamos outras dimensões que exprimem a mesma vivacidade e que se constituem focos essenciais para a organização da memória coletiva.

Essa ressignificação permanente ocorre a partir da apropriação identitária do passado, através de uma variedade de possibilidades. Uma delas, que discutiremos aqui, é “o exercício da rememoração” ou, ainda, as “reconstruções memorialísticas”.

Dessa forma (Cardoso 1998), atribui à comemoração um processo ativo e dirigido da memória coletiva, partindo do presente, configurando-se como um poder de integração de sentidos, que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória. Sendo assim, essa reconstrução é seletiva, sempre a partir do presente, e, nesse sentido, o esquecimento, também como processo ativo, é constitutivo da comemoração e do seu poder de integração social de sentidos e de reconstrução da identidade do evento.

É válido ressaltar que, com base no significado etimológico da palavra comemoração, do latim, *commemoratio*, Cardoso (1998 p.2) sugere “um significado de um processo ativo e dirigido (*ratio*) da memória, um fazer lembrar, a partir de uma posição indicada pelo prefixo co, de conjunto, por extensão social, coletiva.”

Le Goff (2003), por sua vez, utiliza a argumentação de que a comemoração, ou o ato de comemorar, organiza o evento passado, a partir de um tempo histórico que é sempre o do presente. De fato, como o mesmo autor afirma, o que sobrevive da memória coletiva são escolhas, e não, o conjunto daquilo que existiu no passado. Compreendemos que “comemorar significa reviver, de forma coletiva, a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo como objetivo principal” (SILVA, 2002 p. 432). Então,

a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989 p.7)

Diferentes grupos da sociedade constroem suas memórias coletivas a partir das quais são montadas práticas, ritos, celebrações, comemorações e monumentos. Como a

memória coletiva é uma construção social, é importante conhecer os "processos e os atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias" (POLLAK, 1989).

Sendo assim, sobre os usos e tentativas de “manipulação da memória”, através das comemorações, Le Goff (2003) lembra que a Revolução Francesa foi pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Bandeira, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando eles se tornaram cidadãos.

A utilização da festa revolucionária a serviço da memória nos aponta que comemorar fez parte do programa revolucionário. As comemorações alimentam a recordação da revolução. A própria Constituição francesa de 1791 expressa esse princípio, ao declarar: "Serão estabelecidas festas nacionais para conservar a recordação da Revolução Francesa". A alteração do calendário pode ser tomada como um exemplo extremo de que controlar o tempo se torna essencial ao poder.

Le Goff (2003 p. 483) ressalta que o “calendário revolucionário respondia a três objetivos: romper com o passado, substituir, pela ordem, a anarquia do calendário tradicional e assegurar a recordação da revolução na memória das gerações futuras”. Isso significa que, para romper com o passado monárquico, o início do calendário foi escolhido para coincidir o dia da Proclamação da República francesa com o equinócio de outono, em que a mudança do regime na França tinha sido um “milagre simultâneo”, acompanhado da passagem do sol de um hemisfério a outro. O autor afirma, ainda, que era através das datas instituídas para comemoração que os revolucionários franceses pretendiam garantir o futuro da Revolução, perpetuando “a recordação e a vitalidade”.

Para Ozouf (1989), a festa cívica é um rico momento ritualístico, que permite retratar um retrato dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional e, aguçando o olhar, perceber as fragilidades e os conflitos internos e inerentes a essa pretensa unidade. Acima disso, entretanto, comemorar é ter a capacidade de anular ou, no mínimo, de suspender indefinidamente os conflitos.

A autora também ressalta que toda comemoração vive da afirmação obsessiva do mesmo. Os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos martelam quatro afirmações pelo menos: de que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos. Não há comemoração sem esse conjunto, sem esse permanente conjunto.

Os usos do passado, assim entendidos, passam a ser vistos como um campo de tensão de forças distintas e opostas. Esse entendimento permite pensar, teoricamente, que, nesse território, nesse continente vastíssimo da memória, em um dos gêneros a ele

referidos que são as comemorações cruzam-se valores, linguagens, práticas culturais, tradições, marcos a serem lembrados e rituais coletivos. “A comemoração pretende exorcizar o esquecimento” (OLIVEIRA, p.173 1989).

No mundo ocidental, percebemos uma acentuada “Cultura Histórica” nas comemorações. Concordamos com Abreu, Soihet e Gontijo (2007), quando afirmam que investigar a cultura histórica é “bastante complexo”. No entanto, como categoria descritiva, as autoras delineiam a seguinte noção:

um conjunto de fenômenos histórico-culturais representativos do modo como uma sociedade ou determinados grupos lidam com a temporalidade (passado-presente-futuro) ou promovem **usos do passado**. Neste sentido é possível pensar culturas históricas concorrentes, conflitantes ou concomitantes em um mesmo período ou local.

Do mesmo modo, Gomes (1996 p.157) afirma “que os homens constroem e reconstroem permanentemente o seu passado” e, dentro dessa operação, está em conexão a formulação de uma identidade nacional e um aparelho de Estado. Portanto, ela entende que “cultura histórica” é “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado.” Mas adverte:

Assim, se os historiadores podem continuar sendo considerados os principais formuladores e intérpretes da “cultura histórica” de uma sociedade em determinado momento, eles não detêm o monopólio desse processo de construção, atuando interativamente com outros agentes que não homens do *métier* e que frequentam outras esferas disciplinares ou ocupam outras funções sociais “fora” do campo intelectual (GOMES 1996 p.158 – grifos da autora).

Compreendemos que a cultura histórica abrange uma diversidade de operações as quais incluem as comemorações, entendidas aqui como investimentos empreendidos pelo poder público, em função de suas lutas e bandeiras políticas, ou seja, os vários “usos do passado”. Aqui no Brasil, temos alguns exemplos de comemorações que se tornam momentos valiosos para a observação de como os homens percebem o seu próprio tempo e de como a imprensa participa dessa construção de uma inteligibilidade acerca do presente: Centenário da Independência (1922); Centenário da Abolição (1988) e da Proclamação da República (1989); Tricentenário de Zumbi dos Palmares (1995); Centenário da Guerra de Canudos (1993-1997); o V Centenário do descobrimento (2000); Bicentenário da vinda da família real e o Centenário de Machado de Assis (2008).

Nessa linha de reflexão, em 26 de julho de 1977, o governador do estado da Paraíba, Ivan Bichara Sobreira, cria, através de um Decreto, uma Comissão para organizar os eventos a serem cumpridos durante o ano do Centenário do Presidente João Pessoa no estado. Por esse documento oficial, estariam na programação 35 itens, iniciando pelas

comemorações de 24 de janeiro, até o encerramento previsto em 22 de outubro de 1978. A primeira data era a abertura dos “festejos comemorativos” ao nascimento de João Pessoa, enquanto que a segunda celebrava o dia da sua posse como Presidente da Paraíba.

As reuniões para planejamento e discussão sobre a programação do centenário já tinham sido iniciadas no ano anterior, quando os membros da Comissão Executiva do evento se reuniram com o governador Ivan Bichara e o secretário de educação do estado, Tarcisio Burity, constantemente no palácio da Redenção.

Durante aquele ano, um número significativo de livros estava programado para ser lançado. Em cada lançamento, os autores foram convidados para apresentar suas obras e dialogar em universidades com professores e alunos sobre o conteúdo delas (QUADRO III). Não temos a pretensão de discuti-los, uma vez que nos remeteria para uma discussão historiográfica que extrapolaria os objetivos desta pesquisa, no entanto faremos breves comentários de algumas obras, no decorrer dessa discussão, a fim de perceber, através dos títulos e autores, se são ou não de caráter apologético.

Outras atividades - como palestras, exposição, volante de fotografias de João Pessoa, solenidades públicas, sessões solenes na Assembléia Legislativa, em memória “da morte”, do “dia do Nego” e da “mudança do nome da capital paraibana para João Pessoa” e, ainda, partidas de jogos de futebol, em Porto Alegre, com as equipes de jogadores paraibanos e gaúchos - também estavam para ser realizadas naquele ano.

Essas práticas se tornam momentos valiosos para se pensar como a sociedade articula essas atividades e expectativas com a trajetória histórica e política de João Pessoa e como lhe confere sentido, através da oficialização dessas festividades, num “ciclo” que pretendia “celebrar” todos os “passos” de João Pessoa cem anos depois do seu nascimento. Igualmente, *A União* publicou cinco cadernos especiais para acompanhar o calendário festivo em cada “especial” comemorado, ou seja, em 24 de janeiro, em 26 julho, 29 de julho, 4 de setembro e 22 de outubro³¹.

³¹ Os cadernos especiais seriam lançados nas seguintes datas: 24 de janeiro – depoimentos e cobertura da festa do Centenário do nascimento na cidade de Umbuzeiro; 26 de julho – discussão e ritual de comemoração pela morte; 29 de julho – comemoração do “do dia do Nego” em Campina Grande; 04 de setembro – o 48º aniversário da mudança do nome da capital para João Pessoa e 22 de outubro o 50º aniversário de posse de João Pessoa no estado da Paraíba.

QUADRO III – PROGRAMAÇÃO DO LANÇAMENTO DOS LIVROS

DIA/MÊS DO LANÇAMENTO	NOME DA OBRA	AUTOR (A)
14.02	João Pessoa, perfil de um homem público	Humberto Melo
Abril	João Pessoa e a música	Domingos de Azevedo Ribeiro
Maio	1930 – História de uma revolução na Paraíba	Adhemar Vidal
Maio (2ª quinzena)	O ano do Nego	José Américo de Almeida
Junho	A Revolta de Princesa – uma contribuição ao Estudo do Mandonismo local – Paraíba 1930	Inez Caminha Rodrigues
Julho	Folhetos de cordel – A morte de João Pessoa	Luiz Nunes
Agosto	João Pessoa perante a História	José Octavio de Arruda Mello
Agosto	Soldado paraibano – orgulho do grande Presidente	Eurivaldo Caldas Tavares
Setembro	Nas vésperas da Revolução	Álvaro de Carvalho
Setembro	João Pessoa o sentido de uma época e de uma vida	Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
Setembro	História da Paraíba	M ^a Carmem de Miranda Freire

Fonte. Tavares (1978)

O que observamos é que, desde o assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930, o personagem já era tratado pela imprensa, pelas autoridades civis e religiosas e, como tenho apreendido ao longo da pesquisa, pelas pessoas comuns, de “mártir da Paraíba”. Essa difusão permaneceu em celebrações e romarias anuais aos “pés do monumento”, que foi erguido na praça da capital. Tal divinização encontra fôlego, como vimos anteriormente, com a apoteose do seu enterro no Rio de Janeiro.

Outro ponto a considerar é a necessidade da elaboração de um calendário que atendesse a um programa político intimamente ligado a um projeto de reconstrução do passado. O QUADRO IV traz alguns eventos a serem cumpridos naquele ano, as diversas atividades e o público-alvo a ser atingido.

Esse calendário de eventos, ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, os esquecimentos. Composição de hinos, inaugurações, concursos de redação, hasteamento de bandeiras, escolas com o nome de

João Pessoa e de seus familiares, exposição de fotografias, desfiles cívicos são atividades decisivas na constituição da memória coletiva oficializada.

Assim, acompanharemos essa rememoração histórica divulgada, também, pelos jornais, através de reportagens selecionadas nos jornais *A União*, *O Norte*³² e o *Diário da Borborema*³³, no período estudado em que publicizaram os festejos do centenário.

QUADRO IV – ALGUNS EVENTOS PROGRAMADOS PARA O ANO CENTENÁRIO DO PRESIDENTE JOÃO PESSOA (Paraíba, janeiro/outubro 1978)

CALENDÁRIO DE EVENTOS PROGRAMADOS	
1	Na cidade de Umbuzeiro: abertura dos festejos comemorativos do Centenário do Presidente João Pessoa, pelo Exmº. Sr. Governador, Profº. Ivan Bichara Sobreira, com missa concelebrada; desfile cívico-estudantil; concentração em frente a casa onde nasceu o homenageado, na Fazenda Prosperidade; inauguração de calçamento e do Grupo Escolar, pela Prefeitura Municipal de Umbuzeiro; inauguração da agência do Banco do Estado da Paraíba e CIDAGRO pelo Governo da Paraíba; oficialização do decreto da criação do Colégio Estadual de 1º e 2º Graus Presidente João Pessoa; queima de fogos de artifício e realização de retretas e recitais em praça pública (24/01, em Umbuzeiro).
2	Abertura do Centenário do Presidente João Pessoa, em todas as cidades da Paraíba, com programação a cargo das prefeituras municipais e o MOBRL (24/1)
3	Lançamento do Concurso Nacional de Sociologia Política sobre o Presidente João Pessoa; oficialização do II Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, tendo por tema “João Pessoa em face da Revolução de 30”; lançamento do concurso de cartazes e dissertações e apresentação de livros.
4	Lançamento de concurso, livros referentes a João Pessoa e debate sobre o livro da professora Inês Caminha (em Campina Grande, Universidade Regional do Nordeste).
5	Seminário dos Centros Cívicos Estaduais para estabelecimento de calendário estadual de palestras e debates sobre João Pessoa, na área dos diversos colégios estaduais em João Pessoa (Centro de Treinamento de Miramar).
6	Início da exposição fotográfica volante sobre João Pessoa, a estender-se, posteriormente, aos diversos colégios estaduais da Paraíba (Março).
7	Jogo de futebol entre as equipes da Paraíba e do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (julho)
8	Solenidades públicas em todas as cidades da Paraíba, de preferência, em praças e ruas com denominação do homenageado (26 de julho)
9	Exposição itinerante sobre o Presidente João Pessoa, nas cidades de Belo Horizonte

³² O jornal *O NORTE* foi fundado em 7 de maio de 1908, pelos irmãos Oscar e Orris Soares, filhos de comerciantes portugueses que fizeram fortuna na capital paraibana, à época chamada Parahyba do Norte, que do nome da cidade, provavelmente teria surgido a marca “O NORTE”. Em 1930, o Jornal se colocou como opositor do então Presidente da Parahyba, João Pessoa, na candidatura à sucessão presidencial. Com o assassinato de João Pessoa, teve suas dependências depredadas, máquinas e materiais destruídos. Em 1954, o Jornal passou a integrar o quadro dos Diários Associados. Fonte: <http://jornal.onorte.com.br>.

³³ O *Diário da Borborema* foi criado em 02 de outubro de 1957, na cidade de Campina Grande-PB, dentro da Rede dos Diários Associados, como uma promessa do então senador Assis Chateaubriand, cumprida em pleno exercício de seu mandato. Nos anos 70, ostentava em suas páginas a circulação que atingia 62 municípios paraibanos. Fonte: <http://jornal.onorte.com.br>.

	e Porto Alegre, sob coordenação da PB-TUR e Superintendência da Comunicação Social do Governo do Estado, com apoio da Companhia Aérea VASP (julho)
10	Comemoração do 48º aniversário de morte do Presidente João Pessoa, com programação organizada pelo Governo do Estado, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa (em João Pessoa, 26 de julho)
11	Comemoração do “Dia do Nego”, com programação cultural e de inaugurações coordenadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (Campina Grande 29 de julho)
12	Comemoração do 48º aniversário da mudança do nome da capital paraibana para João Pessoa, com programação a cargo da Prefeitura Municipal de João Pessoa (4 de setembro)
13	Encerramento das comemorações do Centenário do Presidente João Pessoa, com entrega de prêmios de todos os concursos literários realizados e programação presidida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, a ser organizado pelo Governo da Paraíba (em João Pessoa, 22 de outubro, data do 50º aniversário da posse de João Pessoa na presidência da Paraíba).
Fonte: (TAVARES 1978, p. 10-14)	

3.2. A MITIFICAÇÃO DO NASCIMENTO DE JOÃO PESSOA: O MISTÉRIO DE UMBUZEIRO?

Quando inferimos o pensamento sobre o mito, geralmente invocamos uma ideia de falsidade, ficção, enganação ou ilusão, que está ligada aos aspectos religiosos e mágicos. Percebemos a necessidade de abordar, em primeiro lugar, uma concepção de mito, sabendo das limitações que encontraremos para realizar essa tarefa, razão por que recorreremos à explicação etimológica dessa palavra. De acordo com Chauí (1999, p.28), “A palavra *mito* vem do grego, *mythos*, e deriva de dois verbos: do verbo *mytheyo* (contar, narrar, falar alguma coisa para outros) e do verbo *mytheo* (conversar, contar, anunciar, nomear, designar)”.

Temos, aqui, uma definição que nos orienta em relação à narrativa mítica, tirada das experiências gregas, segundo a qual “o mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem, como verdadeira, a narrativa que escutam”. Portanto, a predominância da oralidade possibilitava aos poetas-cantores o registro e o anúncio dos acontecimentos baseados na autoridade do seu testemunho, comunicando aos ouvintes confiabilidade e veracidade de sua narrativa. Esses mitos eram distintos em três níveis: o da coisa falada, o da coisa mostrada e o da coisa desempenhada. Entretanto, os três entrariam sucessivamente no rito, tanto na contemplação tranquila de suas palavras quanto em sua recitação.

Os poetas exerciam a tarefa de lembrar, sacralizando a memória dentro de um tempo não cronológico, pois, a partir do seu canto, verificamos que, “antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no Século V a. C., a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais” (Felix 1998, p.36). De fato, o fundamento mito-poético desempenhava um papel que articulava a memória e a imaginação. Lembra, ainda, a autora que essa aproximação entre memória e imaginação implica uma noção de tempo que associa “o rememorar ao reinventar”.

Ainda segundo Félix (1998), no processo de transição entre o mito-poético para a razão-sagrado na Grécia, a palavra do aedo³⁴ vai sendo substituída pela do historiador, em cujo papel de sentido social, exerce a função de trazer a memória dos mortos (dos fatos já passados) para os vivos.

A diferença entre o poeta e o historiador está na concepção do tempo, uma vez que a palavra mítica reside na atemporalidade, e a histórica se baseia na temporalidade. Os homens deveriam ser igualados à natureza, posto que os seus feitos e palavras se erguem por si mesmos e não poderiam ficar no esquecimento porque são façanhas históricas. Isso significa que

A fama e a glória, engrandecidas pelo louvor, eram para os seres que já se distinguem ao natural, que já eram “grandes” e, como tal merecedores de imortalidade. Nessa condição deveriam permanecer em companhia de tudo que perdurasse para sempre. (ELIADE, 1998, p.37)

Entendemos que a preocupação com a grandeza está relacionada com a proximidade que os gregos viam entre os conceitos de Natureza e História. E como a natureza era detentora de imortalidade, o desejo dos homens mortais, no seu curto espaço de tempo, mantidos na mortalidade e no perigo do esquecimento, era o de alcançar o acolhimento pela História para que pudessem ficar permanentes na companhia das coisas que duram para sempre.

Assim, o mito vivificado, através da construção de um herói imortal, é o símbolo maior, um exemplo a ser seguido, o seu sacrifício, modos de fazer as coisas e suas vitórias sobre todos os obstáculos que se lhe puseram, o que possibilitou à coletividade dos que dele dependiam uma vida de liberdade, redenção e justiça com possibilidades de futuro. Nesse sentido, referenda-se o que Eliade afirma:

O mito em si mesmo, não é uma garantia de ‘bondade’ nem de moral. Sua função consiste em revelar os modelos e fornecer assim uma significação do mundo e à existência humana. Daí seu imenso papel na constituição do

³⁴ Poeta cantor, na sociedade arcaico-grega, tinha uma função específica: a de celebrar os imortais bem como as façanhas dos homens corajosos. Em uma sociedade que valorizava a excelência dos guerreiros, o domínio reservado a essa celebração, ao louvor e à censura é, precisamente, o dos atos de bravura. Essa memória torna-se fundamental na medida em que se sabe que as façanhas silenciadas morrem, e o homem sem façanhas morre e, vítima do silêncio, estaria abandonado ao esquecimento.

homem. Graças ao mito, como já dissemos, despontam lentamente as ideias de realidade, de valor, de transcendência. (...) Os mitos, em suma, recordam continuamente que eventos grandiosos tiveram lugar sobre a Terra, e que esse 'passado glorioso' é em parte recuperável. A imitação dos gestos paradigmáticos tem igualmente um aspecto positivo: o rito força o homem a transcender os seus limites, obriga-o a situar-se ao lado dos Deuses e dos Heróis míticos, a fim de poder realizar os atos deles. Direta ou indiretamente, o mito 'eleva' o homem (ELIADE 1998, p. 128).

Com base nessa compreensão, a figura do Presidente João Pessoa, “mártir da Revolução de 30”, tornou-se referência no imaginário político, como herói e redentor. Quando vivo, o seu exemplo era o de estadista “reformador” e, com a sua morte, foi transformado em verdadeira “expição” em favor do Brasil. Essas ideias foram largamente difundidas, cantadas, faladas e escritas desde a sua morte até os dias atuais. Órgãos oficiais foram, em grande parte, responsáveis por essa construção - jornais, revistas, livros publicados, o IHGP (Instituto Histórico e de Geografia da Paraíba), bem como atos e comemorações em praças públicas.

Como já vimos, mais tarde, foram as leis e os decretos que batizaram avenidas e ruas com seu nome; bustos e monumentos foram erguidos; praças, altares e feriados foram criados. João Pessoa fomentou o ideal da “pequenina e forte Paraíba”, ao servir de “exemplo” na luta pelo seu Estado, salvaguardando os interesses dos paraibanos pela própria vida.

Os discursos que sobrevivem na historiografia recente - e lembramos aqui, algumas obras, como a de Vidal (1978); Albuquerque (1979); Mello (1989); Gomes (1995); Aguiar (2005) e Aguiar (2007) - trazem João Pessoa como um grande estadista, homem público. Percebemos, no entanto, que é dado um destaque aos vários elementos de sua vida privada, desde o local do nascimento, os primeiros anos de sua vida até a sua formação escolar.

Nesse sentido, os traços de caráter pessoal exercem funções de sustentação do mito. Portanto, também estão presentes nesse imaginário mitológico, além de traços públicos e de caráter político, os traços de sua personalidade e de homem de Estado que ele era:

De um rosto, de uma silhueta, de um passado, de maneiras particulares de ser, de falar e de agir. (...) Quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância. (GIRARDET, 1987, p.82)

Vidal (1978) Albuquerque (1979), ao escrever sobre João Pessoa, descrevem sua vida através de uma narrativa que procura, desde o início, mostrar uma predestinação para

a “revolução” que já vinha em sua gênese, por conta do ambiente familiar. O pai era o coronel Cândido Clementino, que “tinha procedência nobre de seus ancestrais”. A mãe, Maria Pessoa, exemplo de desprendimento que, ao perder os pais, transformou o casamento em um “espartanamente cadinho de energia”, pois assumiu os cuidados com os seus quatro irmãos órfãos.

Os autores afirmam que foram essas virtudes, encontradas no ambiente familiar, que “caracterizaram o **combatente primeiro** das nossas aspirações revolucionárias” (grifo nosso). Da infância pobre aos primeiros anos da sua juventude, busca-se apresentá-lo como um homem comum, “sem grandes brilhos”, em que se destaca a “surpresa” que os “deuses do destino” podem realizar. Constantes viagens lhe foram impostas, desde a cidade onde nasceu, Umbuzeiro; depois, a mudança para Guarabira e, mais tarde, viajando para o Rio de Janeiro e a Bahia e habilitado na Escola Militar da Praia Vermelha, novamente no Rio de Janeiro. Para Albuquerque (1979), a explicação dessas viagens constantes é a seguinte:

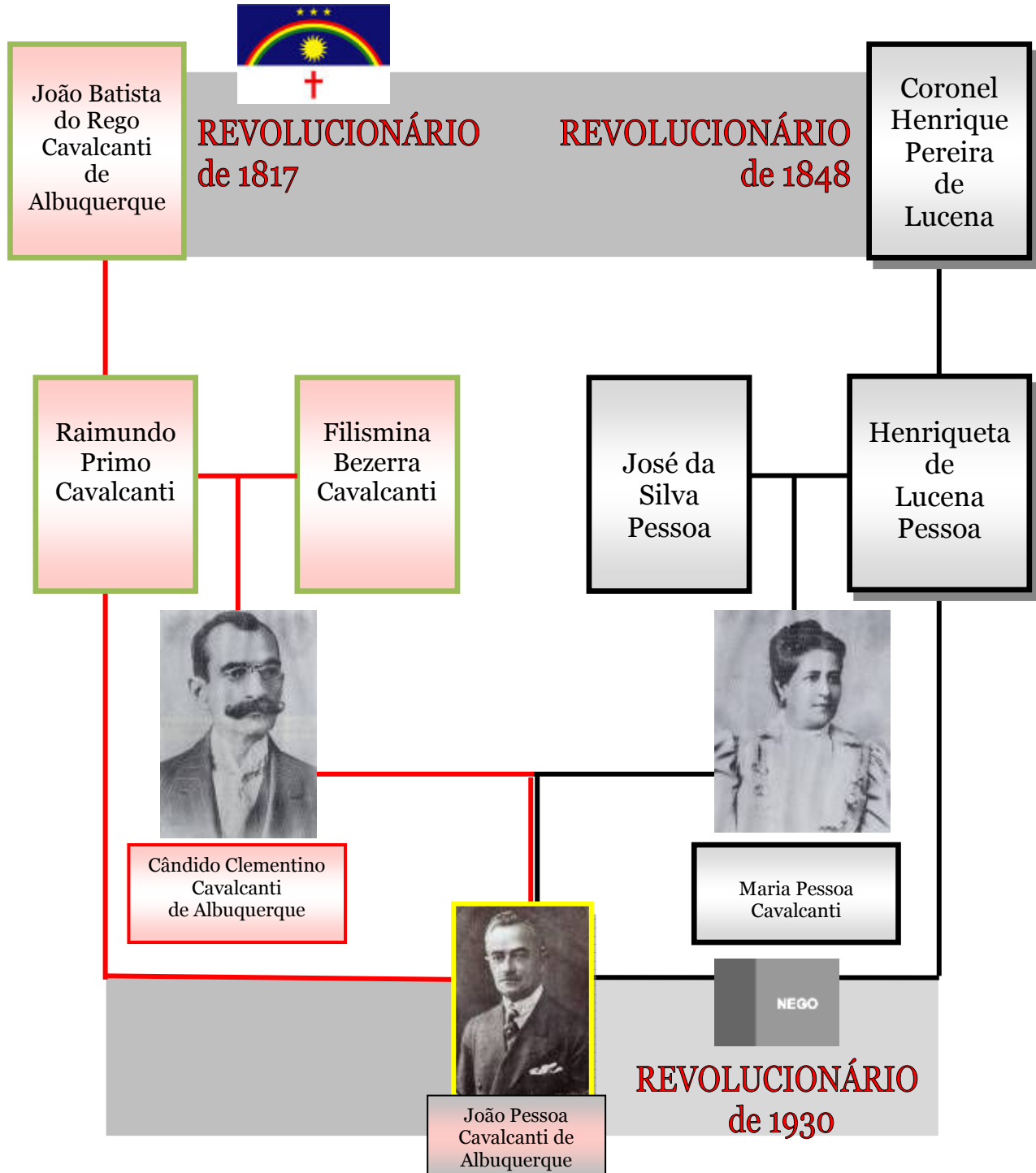
Por estranho que pareça, todas essas aparentemente insignificantes experiências, irão acionar, junto com muitas outras adquiridas no curso da vida fecundam a mola do idealismo revolucionário. Eis o que será ele um dia, um idealismo em ação, bravio às vezes, puro sempre. (ALBUQUERQUE, 1979, p.84)

Em todos esses acontecimentos, é mostrado um João Pessoa detentor das maiores virtudes, um homem à frente de seu tempo, por ter sido capaz de antever os acontecimentos e perceber, com a sua “pureza”, o melhor caminho a seguir para ser sempre muito bem sucedido.

Em alguns trechos, é possível perceber, através da linguagem rebuscada e cuidadosamente trabalhada, que João Pessoa era um “homem fecundo”, “enriquecido” de todas as “preciosas joias da experiência”. Sua entrada na política paraibana, como entende Albuquerque (1979), foi uma “terrível missão”, que lhe custou cumprir “o supremo sacrifício”.

Aguiar (2005) busca o determinismo revolucionário pela genealogia, porquanto a mãe de João Pessoa era sobrinha do “grande” Barão de Lucena e neta de Henrique Pereira de Lucena, um dos chefes da Revolução Praieira. Pelo lado paterno, o seu avô era João Batista do Rego Cavalcanti de Albuquerque, considerado “líder” da Revolução Pernambucana de 1817. Assim, ele conclui: “como se depreende, a rebeldia de sua personalidade, mais tarde demonstrada, é do sangue. E vem de longe!” (Aguiar 2005 p.27) (QUADRO V)

QUADRO V – A HEROIFICAÇÃO PELO SANGUE: A GENEALOGIA “DOS REVOLUCIONÁRIOS”



Fonte: Mello (2003). *A União*, 26 de julho 1978

As duas primeiras obras estão inseridas nos festejos do centenário, trazendo os aspectos da infância de João Pessoa, uma vez que servia aos propósitos da comemoração. A comissão responsável pelo evento indicou o início das comemorações a partir da cidade de Umbuzeiro, terra natal de João Pessoa. A programação já anunciava a proximidade com outra comemoração na qual João Pessoa estava incluído. Em 1980, seriam festejados os 50 anos do seu “holocausto” e o aniversário da “Revolução de 30”. Para tanto, a intensa programação oficial iniciada em Umbuzeiro se estendeu por outras cidades do estado, especialmente na capital, e amplamente divulgada pelos jornais locais. Quase meio Século depois da “Tragédia da Confeitaria Glória”, consolidava-se a prática de tratar João Pessoa como “imortal”, “mártir da liberdade”, “Cristo do civismo”, “cidadão atemporal”, “herói” e outros epítetos do gênero.

O jornal *A União* divulga, em sua primeira página, no dia 24 de janeiro de 1978, o início das comemorações e a agenda para aquele dia. A cidade de Umbuzeiro e toda a Paraíba amanheceram com “redobrado júbilo” e “orgulho”, pelas festividades oficiais do Centenário do nascimento do “inolvidável” Presidente, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

QUADRO VI – PROGRAMAÇÃO DO DIA 24 DE JANEIRO DE 1978

HORAS	EVENTO	LOCALIDADE
8:30	Missa campal em frente à Matriz de Umbuzeiro, concelebrada pelo bispo diocesano de Campina Grande, D. Manoel Pereira da Costa, e pelos vigários de Umbuzeiro e de Aroeiras, com a participação do coral Madrigal e da banda de Música da Polícia Militar.	Umbuzeiro
9:00	O vice-governador do estado, Dorgival Terceiro Neto, acompanhado da guarda de honra da Polícia Militar da Paraíba, depositará uma coroa de flores no monumento a João Pessoa, localizado na praça que recebe o seu nome – em nome do Governo do Estado.	João Pessoa
9:30	Desfile cívico estudantil na Avenida Getúlio Vargas, com a participação de vários estabelecimentos de ensino.	Umbuzeiro
10:30	Concentração em frente a casa onde nasceu o ex-Presidente, na Fazenda Prosperidade, com aposição da placa comemorativa e discurso do chefe do Executivo, abrindo oficialmente as comemorações.	Umbuzeiro
11:30	Autoridades e convidados serão recepcionados na Fazenda Prosperidade, de onde seguirão para a fazenda regional de criação “João Pessoa”.	Umbuzeiro
15:30	Inauguração do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcante de Albuquerque, pela Prefeitura, e a assinatura do decreto para criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus “Presidente João Pessoa”.	Umbuzeiro
16:20	Comitiva regressará para João Pessoa	

Fonte: *A União*, 24 de janeiro de 1978.

Na mesma edição do dia 24 de janeiro de 1978, a primeira página do primeiro “Caderno especial”, publicado pelo jornal *A União*, utiliza uma página inteira com a fotografia do monumento que foi erguido na Praça João Pessoa, nos anos de 1933, acompanhada de um texto biográfico do homenageado. (Figura 5)

Como descreve Aires (2006), trata-se do monumento idealizado nos de 1930, logo após a morte de João Pessoa, através de um projeto de lei da Assembleia Legislativa do estado, como investimento para “arquivar em pedra” a memória política do Presidente assassinado. Porém, somente três anos depois, é inaugurado, com a presença de autoridades civis, religiosas e do Presidente “vitorioso” Getúlio Vargas que, na época, governa o Brasil “provisoriamente.”

Conforme destaca o autor, houve uma antecipação na data escolhida para que a inauguração do monumento coincidissem com a presença de Vargas em visita à Paraíba, pois ele estava em campanha para continuar na presidência da República, visto que a Assembleia Constituinte já trabalhava em favor da constitucionalização do país e nas eleições para um novo Presidente.

Assim, Aires (2006) destaca os “usos políticos” da memória do Presidente João Pessoa com a construção e a inauguração daquele monumento e os atos comemorativos realizados naquele dia. Da mesma forma, tanto a fotografia do monumento, nas páginas da *União*, quanto as solenidades aos “seus pés” tornaram-se constantes todos os dias 26 de julho de cada ano, quando aquele “lugar de memória,” continuamente transformado em “palanque” para governadores e outros políticos, sintonizava seus planos de Governo com as práticas políticas do Presidente João Pessoa, sob os aplausos de populares e familiares do morto, na companhia de *flashes* das câmaras fotográficas da imprensa.

Celebrar o centenário com a representação desse espaço, na primeira página do jornal, demonstra para nós um aspecto do investimento dessa memória construída há mais de quatro décadas e que permanecia tanto nas páginas dos jornais, nos festejos do seu nascimento, nos relatos biográficos quanto em praça pública. No dia seguinte, o jornal *A União* traz a reportagem do primeiro dia das comemorações na cidade de Umbuzeiro, como já vimos no QUADRO VI. A missa campal, concelebrada em frente à matriz de Umbuzeiro, cumpria o primeiro evento do Centenário.

No dizer de Burke (1995 p.197), percepções de diferentes circunstâncias nas quais se tecem comentários a respeito de um evento (usualmente no passado), quando os comentadores estão, na realidade, ou mais intensamente, interessados em outro (usualmente no presente), podem ser diferentes circunstâncias de “alegorias históricas”, ou seja, “a percepção e representação de um evento ou de um indivíduo do passado em forma de outro evento ou outro indivíduo.”

Centenário de João Pessoa

BIBLIOTECA IRINEU PINTO
de História e Geografia Paranaense

A UNIAO

João Pessoa, 24 de janeiro de 1978

Entre a figura de um magistrado enérgico, íntegro e justo e a de um governante, também régio, mas sobretudo renovador mentalidades, o que mais ressaltava ainda hoje, em João Pessoa é a agem a lucidez e a firmeza de princípios com que se manteve a arte dos destinos da Paraíba em momento de tão grande importância.

É com esta visão que os paraibanos, testemunhos ou não dos acontecimentos de 1930, reverenciam hoje, cem anos depois de seu nascimento, a figura daquele cuja arte, sem dúvidas, será sempre o capítulo triste na história do Estado.

Nascido na então Vila de Uiraúna, a 24 de janeiro de 1878, João Pessoa era filho de um pequeno-funcionário público que, a brincar com numerosa prole, vivia em difícil situação financeira. Ainda vivo, em companhia de seu tio materno, Epitácio Pessoa, o menino não fez uma viagem ao Rio de Janeiro, onde chegou no dia 12 de novembro de 1889, três dias antes da proclamação da República. Depois, voltou ao Estado, frequentando, a partir daí o Liceu Paraibano. Após uma breve e difícil permanência na Capital da República voltou ao Estado, pouco depois, estava como funcionário da Faculdade de Direito de Recife, onde matriculou-se, colando grau em 1903. Sete anos depois começa sua carreira na magistratura militar que culminaria com a sua passagem pelo Supremo Tribunal Militar.

A partir daí, começa a sua vida na política da Paraíba, onde, já como presidente do Estado, iria contrariar a muitos, com a sua negativa à candidatura de Júlio Prestes, à presidência da República. Indicado na chapa de Getúlio, como candidato a vice-presidência, seu nome tornava-se respeitado em todo o país, ao formar a aliança com Minas e Rio Grande do Sul.

Como foi o Governo João Pessoa? Que idéias novas ele trouxe para o Estado? Que papel teve sua figura na Revolução de 30? Estas questões comentadas, analisadas e pesquisadas em trabalhos que compõem este caderno. Ao lado do testemunho de pessoas como Osvaldo Gomes, Samuel Duarte, Sassá Noronha...



Figura 5 – Primeira página do jornal *A União* em 24 de janeiro de 1978. Fonte IHGP.

Outro ensinamento de Burke (1995 p.201) é de que, na Bíblia, a interpretação linear dominante da história coexiste com a admissão da reencenação, ou seja, vários personagens do Velho Testamento são apresentados como “novos”, da mesma forma que, no Novo Testamento, os apóstolos descrevem suas ações na ideia de *replay*, isto é, revivendo a vida, a morte e a ressurreição de Cristo.

No que concerne ao caso das cidades, são exemplos apresentados por Burke (1995) das práticas de alegorias históricas, visto que o autor apresenta o problema da ambiguidade quando muitas delas são descritas como “novas Romas” ou “Nova Jerusalém”, a exemplo de Treves, Constantinopla, Servilha e Moscou. O que, para o autor, não significava apenas uma descrição comparativa entre as cidades, mas uma reivindicação de afirmação e de destino histórico dessas cidades.

Partindo dos textos de Burke (1995), podemos compreender que, em Umbuzeiro, essas alegorias têm um caráter “metafísico ou místico”, pois assumem alguma espécie de conexão oculta ou invisível entre dois indivíduos ou eventos discutidos, por mais separados que estejam no espaço ou no tempo. Em outras palavras,

O que se deve enfatizar é que, de acordo com essa visão, o presente é tido como uma espécie de *replay* ou reconstituição de acontecimentos passados. É como se, talvez Deus, estivesse escrevendo o nosso *script*. (BURKE, 1995 p. 201- grifos do autor)

Durante a missa do dia 24 de janeiro de 1978, o cônego Eurivaldo Tavares³⁵ começou seu sermão reconhecendo que “o legendário pé de umbu”, numa alusão ao nome da cidade, foi símbolo do desenvolvimento do município, lembrando que, no passado, reuniram-se em torno dele alguns tropeiros que por ali passavam para descansar. No entanto, a “grande dádiva” do Umbuzeiro foi servir de “berço ao maior dos nossos irmãos, o inolvidável João Pessoa.” E sua “alegoria mística” continua:

E não seria demais imaginar que há um Século atrás, exatamente a 24 de janeiro de 1878, embaixadores celestiais, tal como no Natal do Senhor, tenham daqui partido para o anúncio profético ao povo paraibano: **“Comunico-vos uma alegre nova: Hoje, na Fazenda Prosperidade, nasceu João Pessoa, aquele que haverá de se tornar o redentor dessa gente”**. (TAVARES 1978 p.40 - grifamos)

Deveras, uma vez que o evento do passado é alegoricamente trazido ao presente, provavelmente sua fala fosse uma reivindicação de que Umbuzeiro seria uma “Nova Belém.”

³⁵ Cônego e Major Capelão da Polícia Militar da Paraíba e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Foi membro da Comissão Estadual que organizou os festejos do Centenário do Presidente João Pessoa. Em seu livro intitulado: “Soldado Paraibano orgulho do “Grande Presidente”: contribuição da Polícia militar do Estado ao Centenário de João Pessoa”, que foi publicado naquele ano trazendo na íntegra os discursos de sua autoria, pronunciados durante as festividades. O cônego Eurivaldo Tavares dedica o seu livro à “memória” do Presidente João Pessoa, considerado por ele como “fonte perene de inspiração.”

Ao indicar as necessidades da realização daquele ato celebrativo em Umbuzeiro, as palavras do cônego são revestidas também de uma “memória cristianizada”, ou seja, o nascimento de João Pessoa foi transformado em uma intervenção divina, que precisa ser lembrado e reverenciado, da mesma forma que, para os cristãos, os “atos divinos de salvação situados no passado formam o conteúdo de fé e objeto de culto”, de fato, pois a memória cristã se manifesta essencialmente na comemoração. Portanto, o Natal de Jesus Cristo, comemorado anualmente, constitui-se um evento essencial na liturgia católica (LE GOFF, 2003, p.438-441).

É inegável que a narrativa bíblica inspirou as palavras do cônego, porque ele mesmo afirmou que “não era demais imaginar” a semelhança entre os dois acontecimentos. Porém, se faltaram animais e pastores para completar a cena do presépio natalino, pelo menos em seu discurso, Belém e Umbuzeiro tiveram destinos iguais - “cidades escolhidas para serem berço de um salvador”, e para justificar a concentração naquele lugar, utiliza-se da seguinte explicação:

Eis o motivo por que, **a exemplo dos Magos do Oriente**, também nós empreendermos esse roteiro sentimental, do litoral aos cariris, norteados pelo brilho refulgente da estrela de nossa fé patriótica, a qual nos guiou até aqui. E em chegando **curvamo-nos todos**, reverentes, diante desse chão bendito e da casa onde nasceu João Pessoa, enquanto abrindo o tesouro de nossos corações, **ofereçamos em retribuição à Umbuzeiro, o ouro do nosso amor, o incenso do nosso louvor e a mirra do nosso reconhecimento.** ((TAVARES 1978 p.41- grifamos)

Na continuidade da homilia, o cônego reafirma a fidelidade de João Pessoa a sua “missão” recebida do “Alto”, culminando com a sua indicação para o Governo da Paraíba, os conflitos causados durante a sua administração e, definitivamente, o seu “sacrifício cruento” em 26 de julho de 1930, em Recife. Para o cônego, a vida de João Pessoa já estaria predestinada e, por isso mesmo, ele soube ser fiel a sua trajetória de “mártir”.

Como vemos, esses dois extremos - “o nascimento e a morte” de João Pessoa - são apropriados pelos continuadores de sua “fama”, atestando ao homenageado uma dimensão sobrenatural explicada pelos “deuses do destino” em escolhê-lo para tão “horrível missão”. A cidade natal tornou-se o grande palco para as encenações, os discursos políticos e inaugurações de obras, justificando a dignidade da cidade como “berço de grandes heróis”.

Como podemos perceber, são utilizados diversos recursos para a festa do Centenário. O investimento celebrativo inclui a produção historiográfica sobre “o grande Presidente”, com o lançamento de vários livros, mas também é usado um farto material iconográfico, e várias cidades do estado entraram no itinerário da exposição volante de fotografias da vida de João Pessoa.

Burke (1994), ao chamar a atenção para as estratégias de divulgação da imagem pública de Luís XIV e sua permanente revisão, mostra que o êxito em "persuadir o público da sua grandeza" depende não só da atuação dos historiadores, mas também dos pintores, escultores e poetas. A manipulação de símbolos e rituais, retomando o sentido da persuasão presente na noção de espetáculo apresentada por Burke, é fundamental, em momentos de redefinição política e social ou de construção de identidades. Segundo ele, as pessoas podem ser manipuladas por meio de construções simbólicas que envolvem atividades de produção, circulação e consumo de sentidos e valores.

De fato, essas estratégias serviam para dar continuidade à cristalização de sua imagem, criada desde a sua morte, trazendo como lembrança os seus "feitos", o "sacrifício" e, naquele dia de comemorações, incluindo também o lugar em que ele nasceu, a cidade de Umbuzeiro, que recebe um alto teor "aurático". O discurso do governador Ivan Bichara tem sua fala destacada nas páginas de *A União*, ao fazer a seguinte pergunta:

Que mistério, que força, que energias latentes se escondem nestes ares e nesta terra generosa e fecunda, matriz inigualável, geratriz de inteligências privilegiadas, de heróis espartanos temperados nas lutas da vida desde a mais tenra idade? (*A União*, 24 de janeiro de 1978)

Esse discurso foi pronunciado em frente a casa onde nasceu João Pessoa. Esse "lugar de memória" passou a ser enaltecido, assim como a paisagem local, "o céu, as serras e o campo", passaram a ser cultuados como testemunhos materiais de sua presença para heroificar o seu nascimento. A inauguração de um grupo escolar, batizado pelo nome da genitora de João Pessoa, e a criação de um estabelecimento de ensino com o seu nome se tornavam outro investimento de sacralização dessa "genealogia heróica", já indicada no QUADRO V.

Para Ivan Bichara, estar em Umbuzeiro significava "ressuscitar João Pessoa", como brada em sua última pergunta: *"Morte, tua vitória onde está?"* Esse discurso inaugural, em Umbuzeiro, concretiza os ideais das comemorações e o teor que conduzirá os eventos oficiais ocorridos naquele ano de 1978.

Todos os discursos e as comemorações se pautaram em um mesmo tema, seguindo basicamente as três linhas de sua consagração em vida: (1) o seu nascimento foi uma vontade do "Alto" para a redenção do povo paraibano; (2) indicado para o Governo, foi um homem à frente do seu tempo; (3) o seu martírio, quando o seu sacrifício foi feito pela autonomia da Paraíba. Em síntese, João Pessoa era o mesmo "modelo de herói" nas suas diferentes situações, quer seja "criança, adulto ou morto" (AIRES, 2006 p.102).

Umbuzeiro torna-se, então, uma "cidade-monumento" (QUADRO VII), evidenciada na fala do governador, numa relação íntima entre aquele lugar, o morto e os que ali estão presentes "para lhe prestar culto". Do mesmo modo, além da casa onde nasceu João

Pessoa, outros lugares ganharam destaque na cidade. Na programação oficial, por exemplo, constavam a inauguração do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcante de Albuquerque e a assinatura do decreto para a criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus “Presidente João Pessoa”. Todavia, essa atitude de nomeação de espaços públicos com o sobrenome “Pessoa” foi uma constante na história política de Umbuzeiro, porquanto vários prefeitos e vereadores que administraram a cidade, desde a sua criação, pertenciam à família Pessoa desde que chegaram à região. Conforme ressalta Melo (2003), o coronel José da Silva Pessoa, senhor de engenho de Pernambuco, foi um dos primeiros Pessoas a chegar em Umbuzeiro, por ter casado pela primeira vez com Ubaldina, filha de Henrique Pereira de Lucena, que também pertencia à elite rural de Pernambuco, e possuidora de terras na Paraíba.

Melo (2003) destaca que esse casamento com Ubaldina durou apenas um ano, porque ela morreu de parto. O viúvo casou com a irmã de sua mulher, Henriqueta de Lucena Pessoa que, para o autor, lembra um acordo de sororato³⁶ entre as famílias. Em 1861, os dois tomaram residência própria e se estabeleceram definitivamente na Fazenda Prosperidade. A região que compreende hoje Umbuzeiro e o município de Natuba, na época, era uma rica propriedade em canaviais e em gado, pertencente à família Silva Pessoa e herdada como dote de casamento.

O autor também ressalta o nascimento de cinco filhos desse casal: duas mulheres - Maria e Mirandolina - e três homens – Antônio, José e Epitácio. Porém, com a morte precoce do casal, os filhos tiveram suas vidas administradas pelo “tio”, o Barão de Lucena³⁷, irmão de Henriqueta. Para Melo (2003), esse barão foi o responsável pela educação dos sobrinhos e de outros “benefícios”, visto que José foi estudar na Escola Militar, no Rio de Janeiro, Epitácio e Antônio, na Faculdade de Direito, em Recife, embora mais tarde, por problemas de saúde, Antônio tenha voltado para Umbuzeiro, onde se tornaria chefe político da região.

Desde então, a vida política e a construção de obras de caráter memorialístico em Umbuzeiro tiveram a participação ativa dos Pessoas. O QUADRO VII mostra algumas dessas homenagens. Por exemplo, em Gomes (1995), encontramos que, em 1924, o prefeito Carlos Pessoa construiu um grupo escolar, no centro da cidade, em homenagem ao seu pai, nomeando o educandário de Cel. Antônio Pessoa. Mais tarde, foi batizada uma praça com seu nome e erguido um busto.

³⁶ Em certas sociedades, costume mais ou menos institucionalizado, pelo qual um homem, após a morte da esposa, casa-se com a irmã solteira dela.

³⁷ O barão com grandeza de LUCENA foi Henrique Pereira de Lucena, filho do Cel. Henrique Pereira de Lucena, que começou sua vida política como delegado de polícia na capital da Província de Pernambuco. Foi deputado Provincial e Presidente das Províncias do RN, de PE, em 1872, e em 1890, da Bahia e do RS. Era Grande do Império, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e da de Cristo e da Legião de Honra da França.

Em 1930, com a morte de João Pessoa e a repercussão ocorrida na cidade de Umbuzeiro, o nome da praça central foi substituído pelo seu nome, e a ideia da construção de um busto em bronze, atitude semelhante que ocorria naquele momento na capital paraibana e em outras cidades, como já vimos anteriormente.

Como descrito por Gomes (1995), nos anos de 1940, foram inaugurados em Umbuzeiro a biblioteca Epitácio Pessoa e o posto de saúde Sinhá Pessoa. Em 1950, durante a administração de Carlos Pessoa Filho, neto do Cel. Antônio Pessoa, ele mandou erguer uma praça, uma avenida e um busto em homenagem ao seu pai, Carlos Pessoa, bem como a construção da Escola Presidente João Pessoa. No ano do centenário, a prefeita Terezinha Lins Pessoa, além de dar continuidade às construções de “arquivos de pedra”, aposta também na idealização de símbolos oficializados, como um hino e uma bandeira. Isso denota o quanto o poder público significou tais símbolos.

Carvalho (1990) concebe que a bandeira e o hino de uma localidade são símbolos que carregam o “peso da tradição”. Isso significa que, quando são instituídos, ganham estatuto de legítimos representantes do passado e da memória coletiva. A partir dessas observações, podemos afirmar que, em Umbuzeiro, as comemorações do centenário em 1978, ao “rememorar” o nascimento de João Pessoa ao devir, imprimiam na memória histórica símbolos da sua existência.

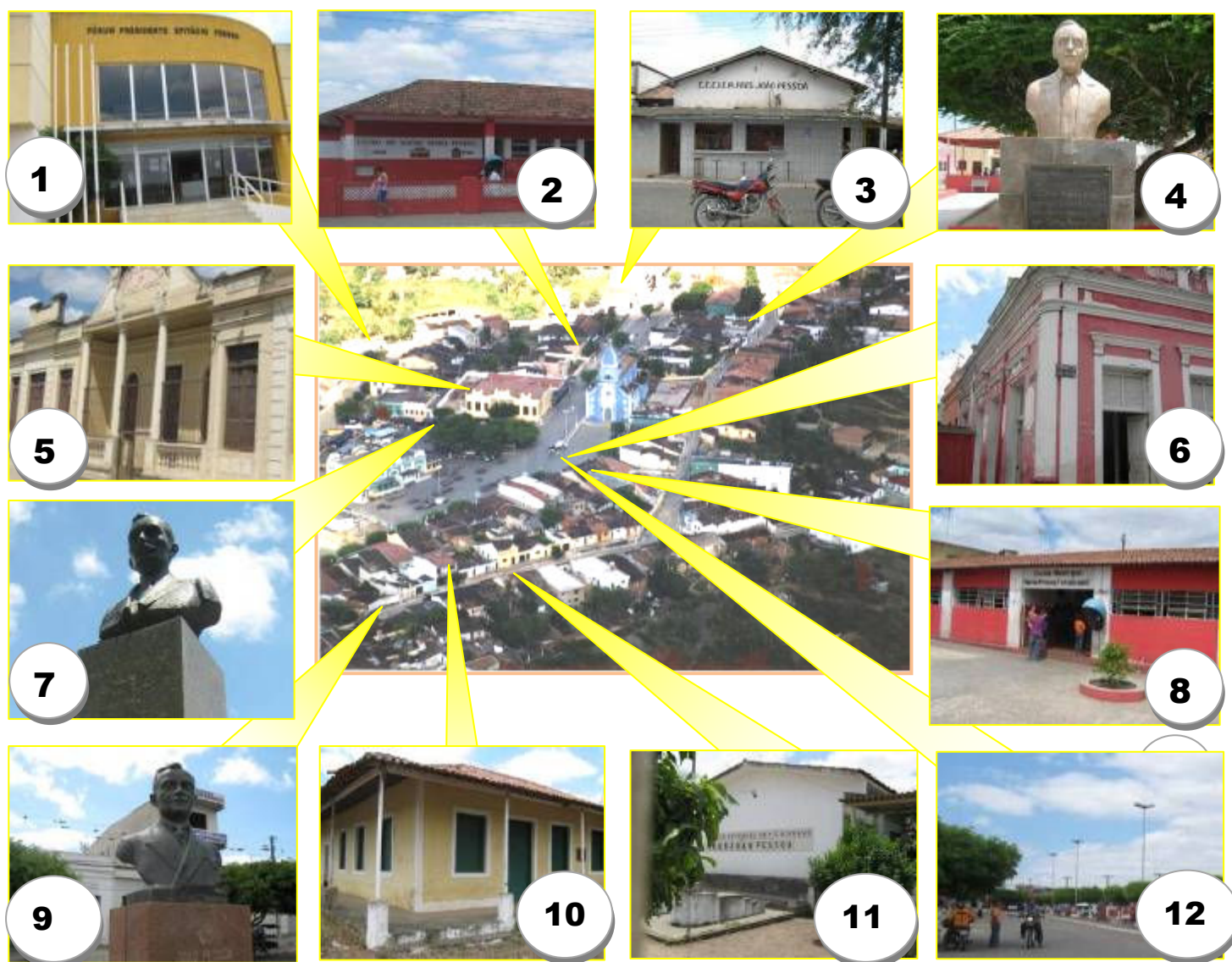
Assim, as homenagens a João Pessoa ganharam o aspecto da instituição de vários símbolos oficializados, algumas delas de caráter municipal. De acordo com Gomes (1995), a prefeita Terezinha Lins Pessoa, no ano do centenário, através de um projeto de lei, oficializou o hino e a bandeira municipal de Umbuzeiro, os quais traziam, em seus elementos, uma significação histórica particular - a festa do centenário deveria assegurar o passado de glórias como o futuro promissor.

Observando a composição da letra do hino municipal oficializado naquele ano, percebemos a intenção do autor em divulgar a “glória” da cidade, representada pelos seus “filhos ilustres”. Vejamos uma de suas estrofes:

No seu céu para sempre ecoará
um hino de fé imortal, imortal.
Relembrando Epitácio Pessoa,
João Pessoa, e Chateaubriand,
esse trio ideal. Os seus nomes são a glória
de Umbuzeiro, sua terra natal.
(Hino Oficial de Umbuzeiro, 1978)³⁸

³⁸ Compositor Ivandro Souto; Letra disponível em: GOMES, J. Eduardo. Umbuzeiro 100 anos. Nossa terra, nossa história, nossa gente. Ed. A União, Umbuzeiro, 1995. p.83.

QUADRO VII OS PESSOAS DE UMBUZEIRO: A CIDADE-MONUMENTO



Fonte: Acervo pessoal

	CONSTRUÇÃO EM UMBUZEIRO	NOME DO HOMENAGEADO
1	Fórum Municipal	Epitácio Pessoa, tio de João Pessoa
2	Posto de Saúde da Família	Sinhá Pessoa, esposa de Antônio Pessoa
3	Escola de Ensino Fundamental	Presidente João Pessoa
4	Busto, Praça, Avenida e Travessa	Carlos Pessoa, primo de João Pessoa
5	Grupo Escolar Estadual	Cel. Antônio Pessoa, tio de João Pessoa
6	Biblioteca Municipal	Epitácio Pessoa, tio de João Pessoa
7	Busto e Praça	Cel. Antônio Pessoa, tio de João Pessoa
8	Escola de Ensino Fundamental	Maria Pessoa, mãe de João Pessoa
9	Busto	Presidente João Pessoa
10	Museu – casa onde nasceu João Pessoa	Presidente João Pessoa
11	Escola 1º e 2º graus	Presidente João Pessoa
12	Praça	Presidente João Pessoa

Podemos perceber a monumentalização e o cumprimento desse “símbolo municipal”, a partir de cuja letra apologética se tornaria um investimento político na tentativa de traduzir o sentimento coletivo dos moradores da cidade de Umbuzeiro na veneração “imortal” dos três conterrâneos da cidade. Nesse mesmo sentido, podemos perceber, ainda, como Umbuzeiro é construída, imaginada e sentida e como, nas palavras de Pesavento, é uma constante essa relação entre a cidade, seus habitantes e suas representações.

Mas essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. (PESAVENTO, 2007 p.16)

Essa “invenção do passado” ocorre da mesma forma com a bandeira oficial do município, disposta lado a lado com a bandeira da Paraíba (Figura 6 e 7). Em um primeiro olhar, já se percebe certa identidade gráfica entre as duas, na medida que evocam a existência de um sentimento comum, ou seja a semelhança na bipartição vertical das cores é vinda da inspiração memorialística dos acontecimentos de 1930. Gomes (1995) afirma que a bandeira de Umbuzeiro é uma continuidade da evocação pelo luto a João Pessoa, ou seja, “a perda irreparável” tanto para o estado quanto para a cidade.

Vendo a bandeira de Umbuzeiro, observamos que ela se define por três elementos: (1) a bipartição de duas cores, o preto e o vermelho, símbolo da “Revolução de 30”, (2) um brasão sobreposto entre as duas cores e (3) a expressão “NEGO,” disposta logo abaixo no quadro vermelho semelhante à bandeira do estado. No entanto, se é possível reconhecermos algumas semelhanças, não podemos deixar de atentar para as particularidades do papel que representa o brasão, uma vez que a bandeira do estado pode ser abordada como símbolo da existência de uma Paraíba “revolucionária”, e a presença do brasão lembra a cidade de Umbuzeiro, lugar onde nasceu o grande “mártir” dessa “Revolução”. Nesse caso, aponta-se para o fato de que a “Revolução de 30” se tornou possível porque, há cem anos, nasceu, naquele lugar, o “herói” que “lutou e “derramou seu sangue” para que, posteriormente, ocorresse a vitória dos liberais.

A “riqueza do município” lembrada no brasão estampa produtos agrícolas (cana-de-ácúcar e algodão) e um touro que faz lembrar os donos de terras e de rebanhos. Gomes (1995) assevera que a cidade surgiu debaixo de um frondoso umbuzeiro, usado como parada obrigatória pelos tropeiros para se abrigarem em sua sombra, nas horas mais quentes no pernoite e nas refeições. Nessa rotina semanal, algumas pessoas, atraídas pelo comércio,

construíram suas casas no local, confiantes de que os tropeiros poderiam ser um bom negócio para o comércio de diversos produtos locais.



Figura 6 – Bandeira do estado da Paraíba. Disponível em www.google.com.br/imagens



Figura 7 - Bandeira do município de Umbuzeiro. Disponível em www.google.com.br/imagens

É válido ressaltar que Aires (2006) trata do processo de elaboração de uma nova bandeira para a Paraíba como um investimento de memória pelo olhar, ou seja, esses símbolos, pelo seu uso obrigatório e presença constante no cotidiano, sempre estarão numa relação quase sagrada quando são usados³⁹.

No caso de Umbuzeiro, vemos a convergência com a idealização dos perrepistas nos anos de 1930 bem como uma tentativa de conciliar elementos de várias tradições institucionalmente cultuadas, tanto o passado da “glória” de Umbuzeiro quanto a morte e os festejos do nascimento de João Pessoa.

3.3. O MÁRTIR DA REVOLUÇÃO: ECOS DE 1930?

Há 30 anos, o jornal *A União* trazia a seguinte manchete em sua primeira página: “*João Pessoa viveu clima de euforia nas homenagens ao mártir de 1930*”. A data era 27 de julho de 1978, e a notícia dizia respeito às homenagens que trataram do 48º aniversário de

³⁹ Essa temática é tratada pelo autor num dos tópicos de sua dissertação, intitulado: “A MEMÓRIA PELOS OLHOS: UMA BANDEIRA RUBRO-NEGRA OU VERDE BRANCA?” Aires (2006) destaca os conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, bem como os embates políticos ligados aos grupos perrepistas e liberais que acompanharam a sua construção após assassinato do Presidente João Pessoa.

morte do Presidente João Pessoa e que, naquele ano, integrava-se aos festejos do centenário do seu nascimento.

Passado quase meio Século do seu assassinato, o mesmo título de “mártir de 1930”, que foi evidenciado ao longo de décadas, sobreviveu nas páginas do jornal oficial do Governo e no *Diário da Borborema* naquela data. O jornal continuava em sua manchete apresentando sinais de que as relações com o passado ainda estavam vivas - uma delas era a presença nas comemorações dos estados-membros da Aliança Liberal, uma vez que Minas Gerais e Rio Grande do Sul enviaram representantes dō Poderes Executivo, Legislativo e das forças armadas gaúchas.

A “euforia cívica” anunciada no jornal teve início com uma missa celebrada na Igreja da Misericórdia pelo cônego Eurivaldo Tavares, na qual esteve presente o governador do estado, Ivan Bichara, o ministro José Américo de Almeida e outras autoridades. Após ler uma epístola bíblica, o cônego reforçou a ideia de imortalidade do Presidente João Pessoa, no sermão, e fez a seguinte declaração:

João Pessoa não morreu. Ele não somente vive no coração do Brasil como quer e proclama o hino que lhe consagra o nome, mas a contar daquele 26 de julho, começou a gozar, no seio de Deus, da vida da bem-aventurança, reservada aos justos, enquanto, segundo palavra inspirada, sua memória será sempre lembrada, não devendo temer os maus ditos dos homens. (A *União*, em 27 de julho de 1978)

Não era a primeira vez que o cônego se referia a João Pessoa em um clima apologético e exaltador. Nas comemorações, em Umbuzeiro, como já vimos, fez-lhe referência, nas mesmas proporções da cidade de Belém, no dia do nascimento de Jesus Cristo e, naquele dia, as suas palavras anunciavam a eternidade de João Pessoa tanto na terra quanto no céu.

Um aspecto que Eurivaldo Tavares destaca são os “maus ditos dos homens” contra a memória de João Pessoa. Deduzimos que tenha se referido às obras publicadas que não reverenciaram o “imortal” nem entraram em consonância com a “memória oficializada”, mas que trouxeram questionamentos e novos personagens para os acontecimentos de 1930⁴⁰.

Como descreveu o jornal *A União*, após o encerramento da celebração da missa, as autoridades se dirigiram para mais uma “romaria” em direção à Praça João Pessoa, num percurso que já era conhecido há 48 anos e se repetia anualmente no mesmo ritual do dia 26 de julho. Ao chegarem “aos pés do monumento”, teve início mais uma sessão de homenagens. O governador Ivan Bichara depositou uma coroa de flores no local, e o representante de Minas Gerais entregou uma bandeira daquele estado à prefeita de

⁴⁰ Sugerimos a leitura do capítulo 3 – A escrita da História como lugar de memória: A historiografia paraibana e a memória oficial, da dissertação de Mestrado de Aires (2006), que analisa a “historiografia perrepista”, ao mesmo tempo em que se propõe perceber a relação entre “a escrita da história e os conflitos de memória.”

Umbuzeiro para ser hasteada na casa onde nasceu João Pessoa. O triângulo da bandeira de seu estado, segundo o seu discurso, “poderia significar, naquele momento, a união entre a **Paraíba, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul**”.

Distante quase meio Século das motivações políticas que fizeram surgir a Aliança Liberal, a palavra “união” permanecia como as antigas mensagens de “luta contra o Catete”. Porém, no ano de 1978, nem a capital do Brasil se encontrava no Rio de Janeiro, e o Presidente da República não era paulista. No comando da nação, estava o marechal Ernesto Geisel, no penúltimo ano do Governo. Era um dos generais que, do Palácio do Governo localizado em Brasília, a nova capital do país, somava catorze anos de ditadura militar no país.

Destarte o Presidente João Pessoa foi feito como “uma luva que cabia em qualquer mão”, se em outros momentos as palavras-chave eram “Revolução” e “luta armada”, naquele ano, Ivan Bichara, no seu discurso em praça pública, evocava o morto para se referir ao Presidente Ernesto Geisel, declarando que o homenageado “deu uma grande contribuição para fortalecer as instituições nacionais” e acrescentou:

Falar em João Pessoa é falar em **democracia**, na participação do povo no Governo. Os três estados estão irmanados aqui em defesa das **liberdades públicas**, na **conquista dos direitos humanos** e no exercício pleno dos **direitos individuais**. (A *União*, 27 de julho de 1978 - grifamos)

Como refere Barros (1994), durante o início do seu Governo, Geisel tinha enfrentado o fim do chamado “milagre brasileiro⁴¹”, com a redução do crescimento econômico e a alta da inflação. Para superar esse quadro desfavorável, agravado pela vitória expressiva da oposição nas eleições parlamentares de 1974⁴², apresentou seu projeto de abertura política lenta, gradual e segura, com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. No entanto, “o que o discurso encobria era que, para as oposições, seria sobretudo insegura e, em muitas ocasiões, extremamente violenta” (BARROS 1994 p.74).

Barros (1994) utiliza-se da argumentação do sociólogo Herbert de Souza, ao comparar o projeto de Geisel com o do governador mineiro, Antônio Carlos, nos anos de 1930: “Façamos a abertura antes que o povo faça⁴³.” De fato,

os anos de 1978 somavam-se de um lado o sucesso eleitoral da oposição, o movimento operário iniciava a sua reorganização através de sindicatos e

⁴¹ Em fins de 1969, as cifras de crescimento de cerca de 9% para o Produto Interno Bruto (PIB) e 11% para a indústria. Foi o começo de uma grande euforia econômica no Brasil, a economia brasileira batia recordes de expansão 9,5% em 1970, 11,3% em 1971, 10,4% em 1972 e 11,4 em 1973. O “milagre brasileiro” foi resultado da concentração de riqueza nas mãos de 25% da população e uma tempestade contínua de dólares provocada pela favorável conjuntura internacional. (BARROS 1994 p.59)

⁴² O resultado das eleições aumentou a bancada oposicionista (MDB) na Câmara e, em várias capitais do Brasil, foi vitoriosa também nas eleições majoritárias para o Senado Federal (BARROS 1994 p.75).

⁴³ A expressão dita por Antônio Carlos teria sido: “Façamos a revolução antes que o povo faça.”

greves, o movimento estudantil se recuperava após dez anos de repressão e nos bairros as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram organizadas pelos militantes católicos em busca de melhor qualidade de vida. (SADER, 1990 p.30)

No ponto de vista do governador Ivan Bichara, essa organização da sociedade civil estava seguindo o mesmo modelo “democrático” de Governo que foi idealizado e exercido por João Pessoa. Essa tessitura contínua entre passado e presente se constitui um esforço em “atualizar” uma “Idade do Ouro” na Paraíba dos anos de 1970.

Ao final dos discursos na praça, segundo *A União*, ainda houve a apresentação no mesmo local das músicas e dos hinos que fizeram parte da “Revolução de 1930”, pela Banda de Música da Polícia Militar. Pela programação, ainda constava para as 17h a inauguração da Escola de 2º Grau Prefeito Osvaldo Pessoa, no Distrito Industrial, na capital paraibana, feita pelo governador Ivan Bichara.

O Jornal o Norte, em 27 de julho de 1978, acompanhou os festejos, trazendo como “emblema” a “velha” fotografia utilizada e (re) utilizada do corpo do Presidente João Pessoa, no necrotério em Recife, e, como já vimos anteriormente, não era a primeira vez que aquela imagem circulava na primeira página de um periódico. A novidade é que está escrito na fotografia um verso atribuído ao juiz Cunha Melo, amigo que João Pessoa visitou antes de ser assassinado.(Figura 8)

A frase “Vivo não te venceriam! morto não te vencerão!” parecia fazer coro com a mensagem enviada pela Câmara Municipal da capital para o homenageado e que, publicada nas páginas d’O Norte, enaltecia a “figura ímpar” e o “exemplo de bravura cívica”. Em sua parte final, foi colocado velho refrão que, por muito tempo, foi confundido com o “Hino oficial da Paraíba”: “JOÃO PESSOA, João Pessoa/ O teu vulto varonil/ Vive ainda, vive ainda/ No coração do Brasil + Estribilho do Hino a João Pessoa”.⁴⁴

Com a oficialização dos festejos desde janeiro, outras iniciativas por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa e da Comissão organizadora vinham acontecendo em paralelo com os eventos públicos. Por exemplo, o prefeito da capital paraibana deu início à construção do Grupo Escolar “I Centenário do Presidente João Pessoa” e, segundo *A União*, do dia 17, em junho de 1978, o prédio teria “oito salas, com capacidade para receber 500 alunos do Jardim Veneza, situado numa das zonas mais pobres da cidade”.

⁴⁴ Aires (2006) destaca a criação do hino em homenagem a João Pessoa, nos anos de 1930, como mais um “dispositivo conservador” para enaltecimento ao “herói”, destacando em sua letra um conteúdo apologético. Mello (2003) discute a necessidade da criação de uma Comissão pela Secretaria de Educação e Cultura do estado, em 1978, para a oficialização de um Hino para a Paraíba, uma vez que, até aquele momento, era “senso comum” atribuir esse posto ao Hino em homenagem a João Pessoa.



Figura 8 – Corpo de João Pessoa no necrotério em Recife. Fonte: Jornal O Norte, 27 de julho de 1978.

Ao entendermos que o nome do Grupo foi batizado de “I Centenário”, deveras ocorrerá outra comemoração em 2078(!), homenageando o II Centenário a João Pessoa. Por enquanto, resta-nos observar que a inauguração e a construção de escolas com o nome ou sobrenome “PESSOA” continuava demarcando as “memórias,” tanto em Umbuzeiro, quanto na capital e no interior do estado.

As escolas se constituíram espaços de difusão das comemorações desde os acontecimentos de 1930, e como já ressaltamos anteriormente, foram “convidadas” a fazer parte dos desfiles cívicos, dos símbolos criados e dos rituais instituídos ou, ainda, no interior da própria sala de aula, através da comunicação escrita, nas leituras, visualização dos nomes, fotografias e datas a serem festejadas. Dessa forma, estaria a preocupação de garantir maior eficácia na socialização do mito, tanto entre professores e alunos que pertenciam aos grupos da elite quanto os que moravam nas “zonas mais pobres da cidade.”

Do mesmo modo, a visita da exposição de fotografias do Presidente João Pessoa, nos diversos estabelecimentos de ensino nas cidades da Paraíba, era mais uma possibilidade no itinerário da socialização de João Pessoa destinado às escolas. De fato, pois a proposta da Comissão do evento era de que essa exposição volante motivasse aulas especiais para os professores e estudantes em geral sobre “O Grande Presidente”.

No dia 21 de junho de 1978, numa alegre contabilidade, *A União* festeja o número de seis cidades, no Alto Sertão da Paraíba, que já tinham recebido essa visita, e acrescenta que “o *tour* estaria se deslocando para Campina Grande e, posteriormente, permaneceria cinco dias em Brejo das Freiras”, município de São José do Rio do Peixe “que, por ter uma estância balneária, teria muitos turistas para ver o Grande Presidente naquela época do ano”.

O jornal ainda ressalta que a exposição fotográfica que trazia os “momentos mais significativos da vida do ex-Presidente, pouco a pouco”, ia “chegando aos mais diversos municípios do Estado”. Outro destaque d’A União é que, em julho, a exposição seria deslocada para Porto Alegre e Belo Horizonte, com o acréscimo de 20 telas com os principais “pontos turísticos” da capital”. A inclusão dessas duas cidades no roteiro da exposição é explicada “historicamente” pelo jornal.

Essa exposição faz parte do programa de comemorações do centenário de nascimento do líder paraibano na revolução de 30 e percorrerá as capitais dos Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, devido serem os únicos que lutaram ao lado da Paraíba na epopéia de 1930. (*A União*, 21 de junho de 1978)

O resultado do “sucesso” da exposição nesses estados foi divulgado em 11 julho de 1978, pela *União*, quando foi ressaltada a informação de que “mais de cinquenta mil” pessoas já tinham visitado a exposição “João Pessoa – O homem e a cidade”, em Porto Alegre, e “mais de dez mil”, na capital mineira.

O que podemos inferir é até que ponto houve o envolvimento desses estados na divulgação da memória de João Pessoa durante as comemorações do centenário ou, ainda, em que proporção a imprensa e a população mineira e gaúcha acompanharam os festejos do centenário.

Responder a essas questões nos direcionará para algo que não foi proposto neste trabalho, no entanto, percebemos que alguns eventos da comemoração não se tornaram restritos à Paraíba. Além disso, mais uma vez, os políticos dos estados “aliancistas” evocaram o passado de 1930, dessa vez, “pegando carona” na Paraíba, ou vice-versa. Todavia o *Diário da Borborema* divulga o mesmo “clima de grande euforia cívica ao mártir da Revolução de 30”, no dia 27 de julho de 1978, ocorrido na capital paraibana, nas homenagens pelo 48º ano do falecimento do Presidente João Pessoa. Destacou a missa ocorrida na Igreja da Misericórdia, celebrada pelo cônego Eurivaldo Tavares e seu sermão apologético e os aplausos e discursos que foram acompanhados de gestos simbólicos na Praça João Pessoa.

Na Paraíba, além de Umbuzeiro e da capital do estado, outra cidade que ganhou destaque na programação do evento foi Campina Grande, escolhida para assumir as comemorações do 49º nono aniversário do “dia do Nego” no dia 29 de julho de 1978.

Embora Aguiar (2005 p.117-118) caracterize o “Nego” como um “miraculoso verbo” que teve origem na atitude corajosa de João Pessoa em não apoiar a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e afirme ainda que fosse “a primeira e a única vez, no Brasil, que um estado pobre e pequeno rompeu com o Poder Central”, o que vemos nas palavras de Rodrigues (1989) é que o gesto de João Pessoa em romper com a candidatura

oficial se constituía na sua “quinta-essência à obediência aos ditames traçados por Eptácio Pessoa” que, em momento anterior, “João Pessoa já tinha consultado para opinar sobre a sua posição frente ao Catete”.



Figura 9 – Página 3 do Diário da Borborema, 27 de julho de 1978. Fonte: Arquivo do Diário da Borborema.

De qualquer forma, a adesão de João Pessoa à Aliança Liberal lhe rendeu elogios por parte dos mineiros e gaúchos, mas, com o posterior resultado das eleições, favorável ao sucessor de Washington Luís, os “perrepistas” foram os que comemoraram.

Para os “liberais” paraibanos, restava o contentamento de lembrar o “gesto ousado” de João Pessoa, a participação na Aliança Liberal contra o Catete e, naquele momento, apoiar o Presidente João Pessoa na “Guerra de Princesa” que já durava quatro meses. De acordo com Aires (2006), em 29 de julho de 1930, estava marcada, no calendário paraibano, a primeira festa que comemorava o Nego.

Tudo parecia estar pronto, afinal, na referida festa, estavam para ser distribuídas quinze mil bandeirolas vermelhas com a inscrição “NEGO”, mas os planos da comemoração foram interrompidos três dias antes por causa do assassinato de João Pessoa. A partir daí, como lembra Aires (2006), o nome “NEGO”, o vermelho da Aliança que, posteriormente,

tornou-se o “sangue” e a inserção do preto como “luto”, formou os três elementos que, mais tarde originou a atual bandeira paraibana.

Em 29 de julho de 1978, tudo também estava pronto em Campina Grande. A *União* repete a mesma diagramação do último caderno especial em 24 de janeiro - um texto ao lado da fotografia do monumento da Praça João Pessoa. Naquele dia, comemorava-se também um número de “quarenta mil” pessoas que já tinham participado da exposição fotográfica, dos debates e dos lançamentos dos livros, bem como comentários sobre os festejos ao “Grande Presidente”, destacando os eventos que ainda estariam para ser realizados e a comemoração do “Dia do Nego” em Campina Grande-Pb.

O *Diário da Borborema*, em 30 de julho de 1978, acompanhou as comemorações do “dia do Nego” o rito cumpria as mesmas tradições de décadas. O jornal descreve o evento como “parte do centenário do nascimento do ex-Presidente João Pessoa”, tendo início pela manhã, com uma missa celebrada no Mosteiro das irmãs Clarissas; em seguida, houve o hasteamento das bandeiras do Brasil, da Paraíba e do município.

Embora não se tenha registro da presença do governador nas solenidades, o jornal destaca a participação de colegiais e de outras autoridades, principalmente no evento em que foi depositada uma coroa de flores aos “pés do monumento” a João Pessoa, localizado na praça Cel. Antônio Pessoa.

Em setembro, incluído nas comemorações, foi festejado o 48º aniversário da mudança do nome da capital, anteriormente *Parahyba*, para João Pessoa. Em Aires (2006), encontramos questionamentos sobre a autoria do projeto de lei que fez a referida alteração, uma vez que exista consenso em essa ideia emergir no meio do “povão”, ou da ação da “mulher paraibana”. O autor afirma que

a idéia foi recebida com aceitação por parte da multidão, mas foi pensada por um intelectual orgânico do grupo dirigente. Em verdade, havia uma sistematização dessa memória oficial com vistas a se contrapor à memória subterrânea das elites perrepistas derrotadas e, ao mesmo tempo, tomar os grupos e classes populares como aliados. Não estamos querendo dizer, com isso, que a população não quisesse manifestar-se; havia, na capital, um clima propício para as manifestações, tendo em vista a aceitação positiva do Governo João Pessoa. Porém, a vontade do grito nas ruas se somava aos mecanismos criados pela sociedade política para manter essa população vibrando com a criação dos lugares de memória que se destinavam a lembrar o mito. (AIRES 2006 p. 32)

Para o autor, o processo de elaboração da institucionalização da memória de João Pessoa, por parte dos deputados perrepistas, para a assinatura definitiva do projeto de lei n.º 04 é “mais do que simplesmente uma homenagem a João Pessoa. O que ocorreu naquele momento foi uma vitória da ala “revolucionária” da Aliança Liberal.”

O encerramento dos festejos ocorreu no mês de outubro, com a comemoração do 48º ano da “Revolução vitoriosa” e da posse de João Pessoa como Presidente da Paraíba. Nessa ocasião, foram entregues os prêmios aos vencedores das diversas modalidades de concursos promovidos pela Comissão do Centenário, entre elas, um nacional de monografias, por isso, deduzimos que os organizadores teriam feito um esforço para federalizar as comemorações em todo o país. Assim, houve três concursos estaduais de dissertação para os alunos de 1º e 2º graus e um de pintura e desenho, todos eles orientados para exaltar e contemplar a “vida e a obra” de João Pessoa.

Portanto, as comemorações do Centenário do nascimento de João Pessoa buscavam, segundo seus organizadores, consagrar os acontecimentos das “grandes datas cívicas” através do clima de euforia que as festividades objetivavam, ou seja, as autoridades e o povo reverenciavam a memória do Presidente João Pessoa.

Essa reverência iniciada após a sua morte encontrará diversos veículos para chegar às pessoas comuns, um deles se constituirá na última fotografia tirada em Recife e posteriormente oficializada. Nesse sentido, as utilizações desta imagem em diversos momentos ganharão destaque no próximo capítulo, uma vez que encontramos após a sua morte, várias fotografias de João Pessoa nas ruas, nas romarias cívicas nas praças e dentro dos lares das pessoas comuns. Outro momento será a utilização dessa fotografia pela Aliança Liberal e pelos jornais impressos e ao mesmo tempo o ocultamento de outras imagens consideradas “adversárias”, a exemplo de João Dantas, João Suassuna e José Pereira que tiveram suas fotografias queimadas em praça pública e no caso dos políticos perrepistas algumas delas retiradas de lugares públicos.

Discutiremos ainda, uma das últimas homenagens simbólicas a João Pessoa ainda no Século XX pelos políticos paraibanos, trata-se num primeiro momento do traslado de suas cinzas vindas de avião do Rio de Janeiro para a Paraíba, e em seguida a construção de um mausoléu no centro da capital paraibana para abrigá-las.

CAPÍTULO IV

OUTRAS CONSTRUÇÕES

SIMBÓLICAS:

a imortalização de João Pessoa



*João Pessoa –PB –Mausolée: lugar dos restos mortais
(Imortalidade)*

4.1. EM TORNO DE UMA IMAGEM-MONUMENTO: JOÃO PESSOA COMO MEMÓRIA EMOLDURADA

Para Kossoy (1989), a fotografia, criada dentro do contexto das inovações tecnológicas em meados do Século XIX, foi uma das invenções “que veio pra ficar.” O autor entende que, a partir do seu consumo crescente e ininterrupto, paralelamente houve o surgimento de “verdadeiros impérios industriais e comerciais” devido à necessidade do gradativo aperfeiçoamento da técnica através de investimento de capital, pesquisas e produção de equipamentos fotossensíveis.

O sucesso do uso fotográfico explica-se também por ter a fotografia tornado o mundo mais “familiar”, ou seja, “o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica” (KOSSOY, 1989 p. 15). Nesse caso, o autor percebe que a fotografia tem um papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, porque permite ao observador fazer viagens por lugares nunca antes imagináveis e iniciando um novo processo de conhecimento do mundo, porém fragmentado e descontextualizado.

Entretanto, Mauad (1996) nos lembra que, desde então e ao longo de sua história, a fotografia foi marcada por polêmicas ligadas aos seus usos e funções. Uma delas é a preocupação em utilizá-la como fonte histórica, o que vale salientar que é uma questão recente, visto que, até pouco tempo, o uso fotográfico servia como “ilustração” ou para referendar uma “prova” já confirmada e subsidiada pelos textos escritos.

A fotografia, como uma fonte visual, começa a ser trabalhada com mais ênfase na França, com Le Goff e Nora⁴⁵, autores que avançam nas discussões sobre os *novos problemas, as novas abordagens e os novos objetos*, atribuindo à fotografia o caráter de fonte documental e atribuindo a sua importância para o trabalho de reconstrução do passado.

Nessa perspectiva de problematização da fotografia como fonte histórica, destacamos os estudos de Kossoy (1989), que trabalha com a imagem fotográfica e aponta as limitações e as dificuldades nesse domínio específico. Outro ensinamento desse autor é de que “toda fotografia é um resíduo do passado”, porque nela estão contidos tanto os elementos constitutivos que lhes deram origem (assunto, fotógrafo, tecnologia), como

⁴⁵ Lembramos novamente os estudos historiográficos pelos historiadores da *Terceira Geração dos Annales* (1972), Pierre Nora e Jacques Le Goff já mencionados na discussão sobre os jornais utilizados como fonte histórica.

também aquilo que foi registrado, ou seja, o “fragmento de espaço/tempo” que foi retratado. Como a fotografia tem essas características, o autor estabelece o seu valor documental, visual ou estético, uma vez que

toda fotografia é um testemunho segundo o filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda a fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representa sempre a criação de um testemunho. (KOSSOY 1989 p.33 grifos do autor)

Outra função da imagem fotográfica, para Kossoy (1989), é seu aspecto de fonte de recordação e emoção, tendo em vista que as imagens “nos levam ao passado numa fração de segundos”, e a “nossa imaginação reconstrói tramas” de acontecimentos de diferentes épocas e lugares. Nas palavras de Borges (2003), a fotografia se constituiu desde cedo como uma prova material da existência humana, além de servir como alimento à memória individual e coletiva de homens públicos e de grupos sociais. Além disso, ela nos põe em contato com os sistemas de significação das sociedades, com suas formas de representação, com seus imaginários. Daí a necessidade de os estudiosos perceberem o poder que contêm as imagens e seus usos distintos, ou seja, percebê-las para além de sua dimensão plástica. (BORGES, 2003, p. 79)

Em outras palavras, Cardoso e Mauad (1997 p.402) expressam: “materialização da experiência vivida, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas de signos. Tudo isso, ou nada disso, a fotografia pode ser.” Em outras palavras concordamos com Le Goff (2003) que afirma, “é a fotografia que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003 p.460).

Portanto, ancorados em Cardoso e Mauad (1997), quando afirmam que é indiscutível a importância da fotografia como “marca cultural” de uma época, ou seja, “não somente pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que traz à tona.” Dessa forma, os autores compreendem dois sentidos da fotografia: o primeiro, individual, quando envolve a escolha efetivamente realizada; e o outro, quando remete ao coletivo, ou seja, o sujeito e a sua época. Nesse caso, a fotografia deixa de ser uma imagem “retida no tempo” e passa a ser uma mensagem “que se processa através do tempo” tanto como “imagem/documento”, quanto como “imagem/monumento” (LE GOFF 2003 p. 525)

A imagem fotográfica como documento

revela aspectos da vida material de um determinado tempo passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Nesse sentido a imagem fotográfica seria tomada como índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, locais de produção, elementos de infra-estrutura urbana tais como tipo de iluminação, fornecimento de água, obras públicas, redes viárias etc. (CARDOSO; MAUAD 1997 p.406)

Entretanto, para o historiador, a transmissão dos elementos do passado contidos na fotografia não deve se limitar aos aspectos da comunicação “pura e simples”, nem a materialidade da fotografia e sua leitura iconográfica devem se restringir ao estatuto de mera ilustração. Uma das formas de pensarmos a imagem/monumento é perceber aquilo que, no passado, a sociedade queria “perenizar de si para o futuro.” Para tanto, o historiador deve ultrapassar o “âmbito descritivo”, ou seja, conceber a fotografia como monumento, “um produto da sociedade que o fabricou”: “neste caso, ela é agente do processo de uma criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras.” (CARDOSO; MAUAD 1997 p.406)

A partir dessas observações, vejamos como foi a demarcação de ações institucionalizadas em torno da memória de João Pessoa e os diferentes usos da sua imagem fotográfica. Por exemplo, em Aires (2006 p.29), encontramos um quadro sistemático, intitulado “A institucionalização da memória de João Pessoa pela Assembléia Legislativa da Paraíba”, no qual observamos que, desde o dia 07 de agosto até 20 de setembro de 1930, encontramos “a agilidade” dos deputados que, no decorrer de dois meses, direcionaram a pauta das sessões legislativas da Assembléia da Paraíba para “projetos de leis que instituíam lugares de memória ao ex-Presidente paraibano” (AIRES 2006 p.30).

Segundo o autor, a ordem do dia dos projetos incluía “um minuto de silêncio à memória de João Pessoa”, o “feriado de 26 de julho”, “autorização do estado da Paraíba para arcar com as despesas dos funerais no Rio de Janeiro, a discussão da construção do monumento no cemitério São João Batista”, a instituição da “pensão de 250 mil réis aos filhos de João Pessoa”, a aprovação “da mudança do nome da capital e a criação da nova bandeira da Paraíba”, um projeto de criação de “um monumento na capital em homenagem a João Pessoa e a “instituição do Hino Oficial da Paraíba”.

Após essa quantidade significativa de Projetos de Leis em função de João Pessoa, Ribeiro (2008) aponta a assinatura do Decreto n.1, no dia 07 de outubro de 1930, ocasião

em que o Presidente do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida⁴⁶, no clima da “vitória da gloriosa Revolução”, homenageava o Presidente João Pessoa, autorizando o uso do seu retrato como “parte integrante do material didático nas escolas”. Vejamos o conteúdo desses artigos:

Decreto N.º 1 – Administração do Exmo. Sr. José Américo de Almeida. Decreta: Art. 1º “Como parte integrante do material didático para a educação cívico-moral nos estabelecimentos oficiais, equiparados e subvencionados de ensino no Estado, figurará obrigatoriamente, o retrato do eminente paraibano Presidente João Pessoa, que deverá ser colocado em lugar de destaque na classe”. Art. 2º - “O Governo fornecerá a cada um dos estabelecimentos oficiais existentes um retrato devidamente emoldurado e, bem assim, aos que de agora em diante, forem criados, cabendo aos equiparados e subvencionados adquiri-los por sua conta no prazo máximo de trinta dias”. Art. 3º - “A aquisição com a despesa desses retratos correrão por conta da verba – Material – pelo Almocharifado – das escolas isoladas e grupos escolares, constante da lei n.º 690, de 07 de outubro de 1929”. Art. 4º “Revogam-se as disposições em contrário.” (*A União*, 08 outubro de 1930)

Nas considerações que foram apresentadas pelo Governo para justificar a criação do decreto, estavam “a vida pública e particular” de João Pessoa, por ter sido “exemplo constante de amor à virtude e à justiça. Devido à sua “alta moral, chegou a sacrificar a própria vida pelo bem do Brasil e da República” para, por fim, torna-se “a melhor lição de patriotismo que se pode ministrar nos estabelecimentos de ensino.” Por outro lado, também estariam justificados os recursos financeiros para a aquisição dos retratos, que ora seriam comprados pelo Estado e posteriormente pelas próprias escolas.

Nesse sentido, o retrato de João Pessoa, que foi devidamente “emoldurado” e mais utilizado de muitas maneiras para além daquelas apontadas pelo decreto, foi a sua “última fotografia” tirada no Recife, minutos antes do seu assassinato. De fato, entre as diversas fotografias dos vários momentos da vida de João Pessoa, uma se tornou um “símbolo oficial” a ser difundido, espalhada por todos os lugares, na capital e no interior do estado, tornou-se uma “bandeira de luta largamente reproduzida”, conduzida, venerada com objetivos saudosistas e memorialistas bastante claros. Durante as passeatas cívicas, nas exposições públicas, nas romarias estudantis, nas primeiras páginas dos jornais liberais, nas paredes das instituições, usados nas salas de aula e nas casas dos populares, são vários exemplos dessa “reverência” a essa imagem/monumento.

⁴⁶ De acordo com Santos Neto (2007), José Américo de Almeida assumiu a interventoria na Paraíba no contexto pós-30, com o objetivo de fazer valerem os princípios do “novo Estado revolucionário”. Essa interventoria teve como exemplo as ações administrativas do Governo de João Pessoa ao mesmo tempo em que evocava a sua memória para a justificação de suas ações. O Governo de José Américo foi interrompido com a sua indicação para o Ministério da Viação da Obras Públicas do Presidente Getúlio Vargas.

De fato, durante os dias que se seguiram à assinatura do decreto, o jornal *A União* acompanhou o seu cumprimento na aposição do retrato de João Pessoa, não somente nas escolas, mas também nas repartições e nos atos públicos. No dia 10 de outubro, noticiou uma caminhada pelas ruas de Recife, onde o “povo pernambucano” levava o pavilhão nacional e o retrato de João Pessoa, “dando vivas à Revolução e aos seus chefes.” No dia 12, em Caicó-RN, o prefeito inaugurou a aposição do retrato na Prefeitura Municipal e comunicou a José Américo de Almeida por meio de telegrama.

Em 19 de outubro, José Américo recebe um convite para o ato de aposição do retrato de João Pessoa no salão do curso da escola Smith Premier e, no dia 22, na escola Maria Isabel das Neves, ambas na capital paraibana. Ao descrever o mesmo ato na escola D. Pedro II, em 29 de outubro, o jornal *A União* nos traz alguns elementos que acompanhavam o ritual de aposição. Segundo o jornal, o quadro estava coberto e, ao descortiná-lo, caía sobre ele “uma chuva de pétalas de rosas atiradas pelos alunos”, em seguida de uma salva de palmas e o canto do hino ao morto.

O diretor do colégio fez um breve discurso, lembrando que “o retrato, em vistosa moldura, foi adquirido por contribuição de todos os funcionários e dos alunos, antes mesmo da publicação do decreto, que considerava obrigatório nas escolas”.

Nos momentos descritos acima, podemos notar semelhanças no que diz respeito à “experiência visual” da socialização da fotografia de João Pessoa. Nesses casos, a foto se torna “fonte de recordação e emoção” (KOSSOY 1989), uma vez que o envolvimento afetivo com o conteúdo da imagem faz o “culto da lembrança”. Outro elemento que não podemos deixar de mencionar é o fato de que as condições em que a fotografia foi tirada “emanam a aura” do homenageado bem como os seus últimos dias de vida e as semanas de “lágrimas” pela sua morte, sempre lembrada aos alunos durante os discursos da aposição do retrato.

Meirelles (2006 p.512) nos conta que, naquela manhã de sábado, 26 de julho de 1930, às sete da manhã, o Buick presidencial deixou o Palácio sem escolta, como João Pessoa exigiu na véspera, com destino à cidade de Recife. Antes de seguir para Pernambuco, o Presidente passou na redação do jornal *A União*, para pegar alguns exemplares, a fim de distribuir entre os amigos pernambucanos. No jornal daquele dia, novamente havia reportagens sobre a documentação encontrada no escritório do advogado João Dantas e as possibilidades de divulgação “*dos sensacionais documentos apreendidos pela polícia na sua residência*” (*A União*, 26 de julho de 1930).

Como anteriormente descrito, vimos que, entre os meses de junho e julho de 1930, os ataques entre João Dantas pelo *Jornal do Commercio* de Pernambuco e de João Pessoa, através do jornal *A União*, tinham se intensificado e, naquele dia, o jornal paraibano, mais uma vez, saía de sua rotina burocrática para atingir seus adversários com manchetes

ameaçadoras, “revelando a alma tortuosa dos conspiradores contra a ordem e a dignidade de nossa terra” (*A União*, 26 de julho de 1930).

Chegando a Recife, após a visita ao seu amigo e juiz Cunha Melo e fazer compras em uma joalheria, João Pessoa e amigos que o acompanhavam, Caio de Lima Cavalcanti, jornalista, um dos donos do jornal pernambucano *Diário da Manhã*, o professor Agamenon Magalhães, e o comerciante Alfredo Watley Dias, dirigiu-se para o ateliê do fotógrafo Louis Piereck, às quatro horas e trinta minutos da tarde, onde foi convidado para tirar uma foto⁴⁷. Ao preparar os equipamentos, o fotógrafo percebe que João Pessoa “continua tenso, olhos baixos, expressão congelada, com tristeza na face” (figura 10) (MEIRELLES 2006 p.516).

Na tentativa de melhorar a expressão do rosto do Presidente, Piereck resolve tirar uma segunda fotografia, porque havia se dado conta de que “as luvas no bolso do paletó do Presidente estavam desalinhadas e, subitamente, solicitando para que ele não se movesse, ajeitou as luvas, pediu que esboçasse um leve sorriso e tirou outro retrato” (VARANDAS, 2008).

De acordo com Melo (2003 p.259), o semblante de João Pessoa refletia os conflitos vivenciados em seu Governo, como a Guerra de Princesa, em pleno curso, com todas as “implicações danosas” ao Governo do estado, a “batalha de telegramas” com o Governo Federal e com os estados vizinhos, na tentativa de importar reforço bélico para enfrentar o coronel José Pereira, e a outra “frente de luta” contra João Dantas e os primos Pessoa de Queiroz, através do *Jornal do Commercio* de Pernambuco.

Dessa vez, a fotografia foi apenas datada por Louis Piereck, e era a última em vida (figura 11), pois, ao sair do atelier, João Pessoa se dirigiu para tomar um chá na Confeitaria Glória, com amigos, quando foi surpreendido pelos tiros de João Dantas e, mesmo socorrido em uma farmácia próxima ao local, não resiste aos ferimentos e morre. A partir daí, mesmo antes do Decreto, como objeto de “propaganda” em vários lugares, a fotografia tirada por Piereck tornou-se emblemática nas exposições, entre lágrimas, discursos, orações e hinos a João Pessoa.

Nessa mesma perspectiva, Borges (2003) entende que a fotografia está muito relacionada com as representações da morte, uma vez que, ao longo da história da humanidade, os homens celebraram a morte numa multiplicidade de mitos, um deles, a “morte gloriosa” em que o “herói, cuja vida será reverenciada pelos vivos segundo um

⁴⁷ O francês Louis Pierreck foi, talvez, o primeiro fotógrafo profissional do Recife. A Casa Pierreck, que ficava à Rua Rosa e Silva, nº 54, hoje atual rua da Imperatriz, no centro da cidade, era “honrada com a preferência da alta sociedade pernambucana”; os clichês das fotos eram numerados e conservados em arquivo para exposições dos personagens ilustres que eram retratados por ele. Ver. SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando na cidade de luz e sombras: a fotografia moderna no Recife década de 1950**. Tese (Doutorado em História) Recife: UFPE, 2005.

calendário próprio”. Nesse caso, os ritos fúnebres são compostos de máscaras mortuárias que,

expostas em lugares especiais, elas eram sacralizadas e, como tais, instituíam, divulgavam, reforçavam e alimentavam o sentimento de pertencimento entre os que as cultuavam. Em torno dos significados a elas atribuídos, os homens tanto podiam se unir quanto se separar. (BORGES 2003 p. 62-63)



Figura 10 - O penúltimo retrato. Face tensa, olhar diretamente para lente da câmera, leve sorriso e luvas desalinhadas e assinatura do fotógrafo e data. Fonte: www.cpdoc.fgv.br



Figura 11 - O último retrato. Olhar distante, luvas alinhadas, apenas datação 26/07/1930. Fonte Vidal(1931) p.121

Na opinião de Abreu (1996 p. 68), as máscaras mortuárias se constituem “uma homenagem póstuma, cujo sentido consiste em reter o derradeiro momento do sujeito.” A autora ressalta que, na Roma Antiga, já era um costume o uso das máscaras mortuárias como um sentido de preservação da memória familiar, por isso elas eram guardadas pela família do morto. Uma vez nos museus do Brasil, as máscaras constituem uma construção de um “templo de imortais” que tiveram seus destinos vinculados com a ideia de nação⁴⁸.

A sacralização e a divulgação da imagem de João Pessoa, após o seu assassinato em julho de 1930, adquiriram um aspecto bastante peculiar, ou seja, nas horas em que o

⁴⁸ Abreu (1996) estuda o acervo museológico da Coleção Miguel Calmon, construído num dos espaços do Museu Histórico Nacional em 1922, destacando o propósito dos seus criadores, ou seja, engajados em produzir uma “história nacional” de acordo com as representações de segmentos muito específicos das elites brasileiras da chamada Primeira República: aqueles que constituíam e se representavam como a “nobreza brasileira”. Entre o acervo, a autora ressalta a construção das máscaras mortuárias, no processo de consagração de imortais no Brasil: Miguel Calmon, Getúlio Vargas, Gottshalk (pianista que fez a alegoria do hino nacional), padre José Maurício (músico da capela imperial) Dante, Bartolomeu de Gusmão, Santos Dumont e cinco nobres da Casa Imperial são “pessoas-símbolo”, expostas no “templo dos imortais” no Museu Nacional.

seu corpo ficou exposto no necrotério em Recife, sob encomenda de uma empresa especializada de Pernambuco, foi confeccionada uma máscara mortuária a partir do rosto do seu cadáver em cera e, posteriormente, transformada em bronze.

Abreu (1996) ainda ressalta que é no campo da memória que ocorrem, de fato, o contorno e as delimitações essenciais para as construções póstumas. Para ela, as máscaras mortuárias, os discursos por ocasião do enterro e as biografias são os vários recursos para manter a memória do indivíduo. Em Recife, nos anos de 1930, João Pessoa, morto em carne e osso, é imortalizado no bronze, permitindo, dessa forma, a produção de outras “imagens”, numa “criação e construção” do homem-imortal em vários lugares onde foi cultuado. (Figura 12)



Figura 12 – Máscara mortuária do Presidente João Pessoa.

Outro grande elemento de suporte para a divulgação da memória de João Pessoa foi a sua “última fotografia”. Por exemplo, para dar a notícia do assassinato, os redatores d'*A União* utilizaram outras fotografias de João Pessoa, principalmente tiradas durante o seu período de Governo na Paraíba. No entanto, a compensação viria nos próximos dias, com o estoque das novas imagens do Presidente tiradas em Recife, aumentando, assim, as diagramações, os títulos e os subtítulos que davam ênfase ao crime.

Na edição do dia 02 agosto, o rosto de João Pessoa, ampliado, ocupa toda a primeira página do jornal, e a frase abaixo do seu retrato reafirma a ideia da última “fotografia” (figura 14) pois, no ritual fúnebre das sociedades predominantemente laicas, como descrito por Borges (2003), durante o ritual destinado a celebrar a memória do morto, utiliza-se o retrato do morto feito em vida. Para Le Goff (2003), a memória funerária das estrelas gregas e os sarcófagos romanos como outras, no Oriente antigo, desempenharam um papel central na evolução do retrato. Ou seja, “para cultuar sua lembrança, a fotografia é um dos recursos mais utilizados” (BORGES 2003 p. 63).

Por exemplo, na edição do dia 30 de agosto de 1930, *A União* traz a seguinte manchete em sua primeira página: **“A romaria pública ao retrato do grande Presidente João Pessoa”**. Conforme descreve o jornal *A União*, era uma semana de “expressivas homenagens,” iniciada no dia 26 de agosto. Todos os dias, um quadro com a fotografia de João Pessoa ficava exposto no coreto da praça que tem o seu nome; em seguida, “centenas de ramalhetes de flores naturais eram depositadas,” e “senhoras, senhorinhas, crianças e rapazes” ajoelhavam-se para rezar, enquanto se aproximavam “estudantes, deputados e militares” para cantar o hino nacional e o hino em sua homenagem.

Às cinco horas da tarde, “quando já era enorme a multidão,” começaram os “brilhantes improvisos” à personalidade do eminente desaparecido. Os jornalistas presentes e o padre Matias Freire continuavam a “empolgar a multidão” com “vibrantes orações” e os pedidos para que a multidão se ajoelhasse em silêncio. Através da programação divulgada pelo jornal, a exposição deveria ficar até a meia noite, quando o retrato seria conduzido para a residência de uma senhora no bairro Tambiá. No entanto, naquela data, “durante a noite inteira, o povo esteve velando o retrato do morto”. Somente no dia seguinte é que o retrato seria novamente conduzido “em procissão cívica até a residência da distinta senhora.”

Mais tarde, essa tela foi usada como inspiração para outros quadros, que foram expostos em vários lugares, um deles, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, que usamos na capa deste trabalho; outro, no IHGP, exposto na galeria da “memória de 1930” (ver anexo III), e mais um, no Palácio da Redenção, na capital paraibana (ver anexo IV).

De acordo com o jornal *A União*, foi inaugurado, no Palácio do Catete, um quadro de tamanho natural, durante as comemorações realizadas no Rio de Janeiro, pela

passagem do primeiro aniversário da “Revolução”, em 31 de outubro de 1931. O grande retrato a óleo foi oferecido ao Governo da República pela Paraíba e pelo Centro Paraibano. Nessa solenidade, acompanhada pela banda fanfarra da Polícia Militar, estavam presentes o presidente Getúlio Vargas, no momento, chefe do Governo provisório, ministros e familiares de João Pessoa. A aposição do quadro no salão Silva Jardim, galeria dos “quadros históricos”, foi realizada em meio aos “aplausos da multidão”, que acompanhava o ritual em frente ao Palácio. (Figura 13)

Não identificamos o artista da obra nem o valor da encomenda, mas, a partir dos propósitos da inauguração e do lugar para onde foi enviado, percebemos várias intenções dos que a financiaram. Se o quadro era uma homenagem a João Pessoa, portanto, trazia também elementos que justificavam a memória da “Revolução”, uma vez que vários elementos nos permitem associá-los com os “atores” políticos que mantinham o presidente como realizador da República Nova.

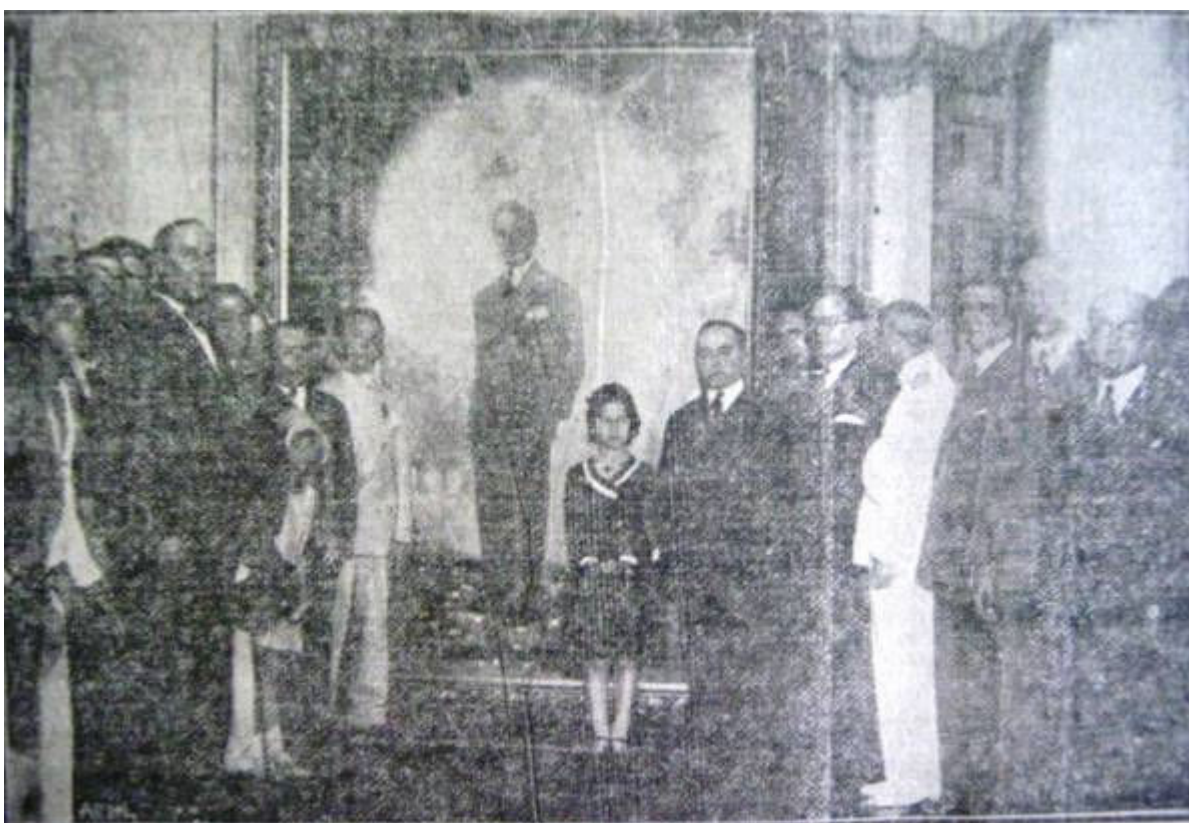


Figura 13 – Inauguração da tela a óleo do Presidente João Pessoa no Palácio do Catete. Fonte: Jornal *A União* em 09 de fevereiro de 1931.



Figura 14 – Primeira página do Jornal *A União*, 02 de agosto de 1930. Em destaque: “O último retrato”.
Fonte: IHGP

Burke (2004 p. 83) afirma que “imagens de governantes são frequentemente em estilo triunfante”. Nesse sentido, o autor nos orienta a olhar para esses “retratos de estado não como imagens ilusionistas de indivíduos, como pareciam na época, mas como teatro, como representações públicas de idealizações”.

A partir dessas observações, ao olharmos para a tela, vemos o Presidente João Pessoa bem mais alto que naturalmente; sua baixa estatura é elevada pelo pintor, comunicando um estadista vitorioso, pois, na parte superior, um anjo reluzente, com uma coroa de louro nas mãos, a exemplo dos antigos gregos e romanos, transforma João Pessoa em herói e, por isso, merecedor da vitória e da coroação.

Outros detalhes do quadro nos permitem acompanhar os significados da “narrativa histórica” que foram apresentados pelo pintor, como por exemplo: aos seus pés, são oferecidas rosas e pétalas, num gesto de gratidão e de imortalidade ao ídolo; do seu lado, um soldado o observa e lhe faz a guarda de honra, e as bandeiras do Brasil e da Paraíba invocam a nacionalidade e o patriotismo do paraibano.

Por trás do “grande líder”, no fundo da tela, em primeiro plano, encontramos políticos mineiros, gaúchos e paraibanos, entre os quais podemos reconhecer alguns principais integrantes da Aliança Liberal e figuras importantíssimas que comandaram as mudanças no novo cenário político brasileiro, entre eles, o presidente Getúlio Vargas, usando lenço vermelho no pescoço, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, Assis Brasil, ministro de Vargas e o paraibano José Américo; bem mais longe, uma multidão, quase que homogênea devido à mistura das cores e das sombras, que vibra e ergue as mãos, entoando “vivas” ao Presidente.

A fotografia seguinte (figura 15) nos mostra várias crianças, algumas em posições de marcha, homens e moças fardadas, levando um quadro quase do tamanho natural do Presidente João Pessoa, pintado sobre a fotografia, apresentado de corpo ereto e por inteiro, com trajes típicos - calça e paletó - braços voltados para trás, olhar sério no horizonte, expressando autoridade, numa distinta posição formal de estadista. A multidão seguia João Pessoa nas ruas da capital, levando o seu retrato; senhoras, estudantes e homens bem vestidos, pelas ruas da capital paraibana, fazem-nos pensar que se trata de uma “passeata cívica” em sua homenagem, uma vez que a presença expressiva de alunos de várias faixas etárias e de diferentes educandários nos lembra a fala de Aires (2007), quando nos mostra qual o papel das instituições de ensino em relação à socialização da memória de João Pessoa no contexto da Paraíba pós-30.

Portanto, é válido ressaltar que, além da sala de aula, houve outras estratégias de sistematização dessa recordação - “em vários espaços institucionais, os intelectuais orgânicos do grupo vitorioso em 1930 pretenderam ensinar algo”. A função pedagógica da

escola preenche outros espaços que não apenas a sala de aula, posto que podemos incluir as passeatas cívicas, durante as quais “também se davam lições” (AIRES 2007 p.151).

Outro exemplo que podemos destacar ocorreu durante a semana em que foram realizadas as passeatas e as exposições públicas com o retrato de João Pessoa. O jornal *A União* chamava a atenção dos leitores para o concurso que foi realizado pelo jornal *O Norte* com as alunas da Escola Normal e do Colégio das Neves sobre o recebimento de impressões a respeito do Governo do inolvidável Presidente. O jornal expressa o número de quinhentas inscrições, que concorreram à primeira, à segunda e à terceira classificação.



Figura 15 – Passeata cívica nas ruas da capital paraibana. Fonte: Ribeiro (2008) p. 285.

Interessante perceber os prêmios que foram dados às vencedoras pelo jornal que promoveu o concurso. O primeiro lugar recebeu “um artístico álbum, com diversas fotografias das homenagens fúnebres em Recife, na capital paraibana e no Rio de Janeiro; ao segundo lugar, coube “outro álbum das homenagens em Recife, e “uma ampliação do retrato do Presidente João Pessoa, em linda moldura”, para o terceiro lugar. Durante a semana das homenagens, o Jornal *A União* destacou, ainda, as missas que eram

celebradas, a distribuição de centenas de retratos de João Pessoa para os fiéis e as escolas que fizeram a “aposição do seu retrato.”

Partindo do ponto de vista de que as fotografias são “elos documentais e afetivos que perpetuam a memória” (KOSSOY 2000), a insistência na “(re) produção e circulação” do álbum fotográfico de João Pessoa, como se observa pela premiação que as participantes do concurso receberam, notamos essa preocupação de caráter emocional, mas também apologético e legitimador dos conspiradores aliancistas, tendo a fotografia mais um meio de alcançá-lo. Por outro lado, nas mais de 56 edições do Jornal A União, entre os meses de julho a outubro, encontramos apenas textos e o nome do assassino: João Dantas. Nem a manchete do dia 07 de outubro de 1930, que noticiou a sua morte, junto com o cunhado Augusto Caldas na penitenciária em Recife, em outubro de 1930, trazia alguma fotografia.

Não se justifica o fato de os editores do jornal não terem as imagens do assassino, porque o mesmo fotógrafo que acompanhou João Pessoa em Recife também retratou João Dantas morto na penitenciária⁴⁹. Quer dizer, se, de um lado, a fotografia de João Pessoa era a “memória” que queriam difundir, de outro, havia a ação deliberada dos que comandavam A União em exercer o poder de silenciar e deixar João Dantas e os “perrepistas” como figuras distantes e esquecidas.

Na mesma semana de agosto, A União publicou “Manifestações de desagravo aos inimigos do Presidente João Pessoa”. Na reportagem, as alunas da Escola Normal e os alunos do Liceu Paraibano e da Academia de Comércio saíram pelas ruas da capital “caçando”, em vários estabelecimentos, os retratos dos “perrepistas”. Nessa ocasião, foram encontrados o de Camilo de Holanda e de Isidro Gomes, na Associação Comercial, o de Julio Lyra, no prédio da Guarda Civil, o de João Machado, na Prefeitura Municipal, e o de Heráclito Cavalcanti, no Orfanato D. Ulrico. “Todos esses quadros, depois de conduzidos, rasgados pelas moças normalistas, foram incinerados no Ponto dos Cem Réis, sob vivas à memória do Presidente João Pessoa.” (A União 30 de agosto de 1930)

Segundo A União, essa manifestação “mereceu aplausos dos paraibanos,” deveras, uma vez que esses “nomes-retratos” que deveriam “ser esquecidos” eram políticos e homens públicos que tinham rompido com a oligarquia Epitacista e, na campanha eleitoral

⁴⁹ João Dantas e seu cunhado Augusto Caldas estavam detidos, desde a morte de João Pessoa, na penitenciária em Recife, quando, na tarde de 06 de outubro, foram encontrados mortos. A notícia oficial apontou suicídio, e assim foi divulgado na imprensa. Somente após a morte do fotógrafo Piereck foi que uma nova versão para a morte foi trazida ao público - tratava-se de outras fotografias desconhecidas e que estavam guardadas no cofre do fotógrafo. Conta-se que Piereck, sabendo do que ocorrera, fotografou o local, mas foi obrigado a tirar novas fotos em que, num novo cenário fotografado, esconderia os sinais de luta e de assassinato. Essa versão se encontra no livro do irmão de Augusto Caldas, que foi recentemente publicado pela ONG “Parahyba Verdade” e editado pela Gráfica e Editora Imprell. (Ver Caldas, 2008).

para a sucessão presidencial, em 1930, fizeram oposição, na Paraíba, à candidatura de João Pessoa à vice-presidência da República⁵⁰.

No dia seguinte, *A União* acrescentou outra ação de “manifestação de desagravo das classes estudiosas” que, durante a “passagem pelo prédio onde residia “o covarde e execrável assassino”, os estudantes invadiram “as suas dependências, retirando para o meio da rua os trastes pertences do sicário e queimando-os na Rua Duque de Caxias.”

Joffily (1979) descreve um “enterro simbólico” de Washington Luís, realizado também pelas alunas da Escola Normal pelas ruas da capital. No final do cortejo, lançaram o retrato do Presidente em uma fogueira para ser queimado. O *Diário da Noite*, através de um correspondente paraibano, publicou, na edição do dia 09 de agosto de 1930, um requerimento do Conselho Municipal, solicitando a retirada do retrato de João Suassuna da galeria de ex-Presidentes da Paraíba.

Igualmente, *A União* destaca outras manifestações do mesmo caráter: “O povo de Souza apaga a fachada do grupo escolar que tinha o nome de João Suassuna.” Em Santa Rita, após a missa, o “povo” saiu “carregando o retrato do Presidente João Pessoa”, em seguida, retirou o nome do Dr. Massa e substituiu por “29 de julho”; em outra rua, “retirou a placa de uma das ruas com o nome de João Suassuna” e substituiu pelo nome de João Pessoa; por último, colocaram na prefeitura o retrato do “eminente brasileiro.”

Assim, manifestações nas ruas, “corre-corres” e “quebra-quebras” foram intensos desde a morte de João Pessoa até a madrugada da Revolução, como nos lembra Joffily (1979 p.298), e repetia-se com frequência, na capital e no interior do estado, a “caça aos

⁵⁰ **João Machado** foi governador da Paraíba entre 1908 e 1912. Seu Governo foi caracterizado pela transição do poder político do Alvarismo (através de Álvaro Machado, que comandava a política paraibana entre 1892 até 1912) para o Epitacismo (tendo como líder Epitácio Pessoa que, naquele momento, já era bastante influente no cenário político nacional). Dessa forma, os políticos da oligarquia alvarista passaram para a oposição; **Camilo de Holanda**, deputado federal pela Paraíba, e amigo de Epitácio Pessoa, foi indicado para o Governo da Paraíba no período de 1916 a 1920. Sua escolha aumentou os conflitos entre os dois grupos rivais dentro do Epitacismo: os “goelas” e os “jovens turcos”, liderados por Antônio Pessoa, irmão de Epitácio. A exclusão dos “jovens turcos” pela política de Camilo acirrou as discórdias e perseguições. Com a morte de Antônio Pessoa, dizia-se que Camilo de Holanda, ao saber do fato, fizera comentários desagradáveis. Após a confirmação desses fatos, Epitácio rompeu com Camilo e o excluiu da política paraibana. **Heráclito Cavalcanti** não assumiu nenhum cargo político, era desembargador, mas foi chefe político oposicionista na capital paraibana desde 1915 até 1930. Realizou algumas ações sociais, como o apoio à venda de alguns fardos de algodão em benefício do orfanato D. Ulrico. No período eleitoral, foi duramente perseguido por João Pessoa pelo seu apoio ao Catete; **Julio Lyra** era afilhado e protegido do governador da Paraíba, João Suassuna (1924-1928). Nesse período, exercia o cargo de chefe da polícia do estado e era preferido de Suassuna para sucedê-lo no cargo. Epitácio Pessoa impôs a sua vontade e não quis Julio Lyra. Contra a vontade de Suassuna, indicou João Pessoa. Julio Lyra foi nomeado para o posto da 2ª presidência; **Isidro Gomes** era deputado estadual, ex-epitacista durante o Governo João Pessoa. (1928-1930). Após o assassinato de João Pessoa, não mais comparecia às sessões da Casa, temendo a própria vida, assim como os demais deputados perrepistas. (Ver referências LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993. MELO, Fernando. **João Pessoa: Uma Biografia**. 3 ed. João Pessoa, ed. Ideia, 2003. RODRIGUES, Inês Caminha Lopes **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989 e RAPOSO, Eduardo. **1930: Seis versões e uma revolução**. História Oral da política paraibana (1889-1930). Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, Recife, 2006).

perrepistas.” Para o autor, a Revolução não foi feita somente pelos tenentes, mas também pelo povo.

Le Goff (2003) percebe a preocupação das classes, dos indivíduos e dos grupos de se tornarem senhores da memória e do esquecimento em todas as sociedades históricas. Para ele, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”. Para exemplificar essa “*damnatio memoriae*” ocorrida em vários momentos nas sociedades, o autor apresenta a atitude dos antigos senadores romanos, que “faz desaparecer o nome do imperador defunto dos documentos de arquivo e das inscrições monumentais. Ao poder pela memória responde a destruição da memória”.

Outro ensinamento do autor é a associação entre a morte e a memória, que foi adquirida com a difusão do Cristianismo no Ocidente medieval, que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados e dos mortos. Dessa forma, cultuava-se, de um lado, os “benfeitores da comunidade, de quem ela queria guardar memória e por quem rezava”, e, de outro, havia, por vezes, para os indignos, a exclusão dos “livros de memória”, uma excomunhão que os arrastava ao esquecimento (LE GOFF 2003 p.442-443).

Felix (1998) ressalta o embricamento em que estão a lembrança e o esquecimento, ou a vida e a morte, o louvor (exaltação) e a censura (banimento). Em outras palavras, pensamos que a retirada de fotografias das páginas dos jornais e de locais públicos, a queima de retratos em praça pública e a retirada de nomes de ruas dos adversários de João Pessoa nos ajudam a perceber como a construção do mito de um personagem político e a constituição de sua memória envolvem diversas batalhas simbólicas pela apropriação de eventos, de personagens, de feitos do passado, que devem ser lembrados, assim como a demarcação daqueles que devem ser esquecidos (DE DECCA, p.17-18).

Durante o mês de setembro de 1930, *A União* registrou, em várias cidades, as diversas homenagens, “as exéquias pela alma do grande Presidente João Pessoa” e as práticas em torno de sua memória. Por exemplo, na cidade de Conceição, foi celebrada uma missa no templo, e não poderia ter faltado “o seu retrato exposto”, ornamentado de flores e de frases apologéticas; em Cabaceiras, houve um ritual parecido, só que, no final da celebração, houve a entrega de retratos do homenageado aos presentes e, à tarde, no salão da Prefeitura Municipal, houve uma sessão especial para a “o recebimento” da fotografia de João Pessoa.

“Triunfante a revolução na Paraíba” - essa foi a manchete que *A União* destacou no domingo do dia 05 de outubro. Em seu texto, transcorria uma descrição dos “pormenores do grande movimento” que tomava o estado e a “Nação Brasileira” naquele início de mês. Para o jornal, o levante armado em várias capitais do país fazia parte do “espírito revolucionário” de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, em cujos “justos anseios por libertar-se da política nefasta de Washington Luís” e com “a grande ação construtora” de Juarez

Távora “movendo centúrias e centúrias patrióticas, iluminados pelo desejo do novo regime na madrugada radiosa de 04 de outubro renovava “os ensinamentos de João Pessoa pela honra e dignidade do país.”

Meirelles (2006) descreve o início da articulação conspiradora de Getúlio Vargas em Porto Alegre, mesmo com as promessas anteriores feitas por ele ao Presidente Washington Luís de que “a ordem no Rio Grande seria mantida a qualquer preço”, e o início do levante armado, executado por Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, juntos com cinquenta soldados em 03 de outubro, conseguiram invadir e tomar o prédio do exército da III Região Militar, no mesmo momento em que era ocupado um segundo quartel, situado no morro do Menino Deus, onde estava depositado o maior arsenal governista no Sul do país.

Morais (1994) informa que, em Belo Horizonte, não tinha sido muito diferente: sob o fogo cerrado de civis e de tropas da Força Pública mineira, centenas de soldados do 12º Regimento de Infantaria aderiram aos “revolucionários”, e as forças oficiais acabaram se rendendo, com um saldo de dezesseis legalistas mortos.

Vidal (1978) descreve que, desde os meses de fevereiro e março dos anos de 1930, já se falava de “Revolução” na Paraíba, no entanto, somente no mês de abril, com a chegada de Juarez Távora⁵¹ ao estado, é que deram início às “missões revolucionárias”. Mesmo assim, o levante armado durante esse período foi apenas de “conversas, planos, programas, palavras e palavras e mais nada”. Com a morte de João Pessoa, em julho de 1930, “o clima revolucionário” se intensificou, e os contatos entre os aliancistas do Rio Grande do Sul e Juarez Távora planejavam o dia do levante. Entre várias datas para a “revolução”, foi sugerido o dia 03 de outubro.

Por questões de comunicação, Juarez Távora só fez eclodir a “revolução” na Paraíba no dia 04 de outubro, determinando, naquela madrugada, todas as medidas para a invasão do 22º Batalhão de Caçadores da capital paraibana. Estava se consolidando o golpe contra Washington Luís, planejado e previamente estabelecido com o Rio Grande do Sul e Minas (SANTOS NETO 2007 p.36).

No dia seguinte, José Américo foi nomeado por Juarez Távora como o primeiro chefe do Governo provisório na Paraíba, no entanto, sua administração durou pouco tempo, até novembro de 1930, visto que foi convidado para o Ministério do novo Presidente da

⁵¹ Juarez Távora foi militar e participou, em 1922, do levante armado então deflagrado contra o Governo federal, tendo sido preso nessa ocasião. Permaneceu na prisão até fevereiro do ano seguinte, quando foi solto para aguardar seu julgamento em liberdade. Julgado, foi condenado a três anos de prisão e perdeu sua patente no Exército. Desertou, então, e juntou-se aos conspiradores que preparavam nova rebelião em São Paulo. Realizou contatos nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, em busca de apoio aos revolucionários. O levante foi finalmente deflagrado em julho de 1924, na capital paulista, que ficou sobre o controle dos revolucionários por três semanas. Nos combates então travados, morreu seu irmão, Joaquim Távora. Em janeiro do ano seguinte, fugiu da prisão e passou a viver na clandestinidade. Em fevereiro de 1929, exilou-se na Argentina, de onde continuou a desenvolver sua atividade conspirativa. Em outubro, com o início da insurreição, assumiu o posto de comandante militar do movimento revolucionário no Nordeste, ficando o comando civil a cargo de José Américo de Almeida. Em janeiro de 1931, foi designado delegado militar junto aos dirigentes dos estados do Norte e Nordeste, passando, por isso, a ser chamado de “vice-rei do Norte” pela imprensa. Fonte: www.cpdoc.fgv.br

República, Getúlio Vargas, quando a “Gloriosa Revolução” já tinha deposto do cargo Washington Luís.

Nesse clima de vitória e de memória, vemos uma foto datada de 26 de outubro de 1930 (figura 16), dois dias depois da deposição de Washington Luís. Vemos, então, como o “último retrato” de João Pessoa ganhou destaque entre os vitoriosos que se posicionaram em torno do “mártir” numa evocação comemorativa ao levante armado na capital paraibana.

Na foto, estão caracterizados com os mesmos acessórios que usaram no momento do assalto ao 22º Batalhão de Caçadores: encontram-se vestidos com fardamento de oficiais, usado como disfarce na intenção de facilitar o acesso ao portão de entrada do prédio e para evitar barulho ao subirem as escadas de madeira, uma vez que os comandantes do local estavam nos quartos superiores, por isso calçavam botas de borrachas. A “arrumação” e “composição” improvisada do ambiente são percebidas pelo uso das mãos e de uma cadeira como suporte para a exposição do quadro com a foto de João Pessoa.

Posicionados da esquerda para a direita, são eles: Artur Sobreira (“tenente civil”), Antônio Pontes (chofer de João Pessoa e que atirou em João Dantas), Antenor Navarro (Diretor da Repartição de Água e Esgoto da Capital Paraibana), Borja Peregrino (foi prefeito da capital paraibana, de 1931 a 1934, e sua família teve atuação política em Alagoa Grande), Caetano Júlio (chofer da polícia), José de Lima, Ernesto Silveira (caixa de um posto de gasolina), Odon Bezerra (foi prefeito em Bananeiras) e Francisco Cícero de Melo (sobrinho de Valfredo Leal, oligarca no Governo do estado que dividia o comando com Álvaro Machado entre 1892-1915).

Como descreve Raposo (2006), a maioria era composta de civis partidários da Aliança Liberal. Eles apostavam na Revolução como uma solução para os problemas da República. Nesse sentido, conspiraram com os tenentes que preparavam a tomada do poder pelas armas. Eram jovens com pouca tradição política no estado - com exceção de apenas três: Borja, Odon e Francisco - e que tiveram parentesco com figuras políticas no estado; dois deles chegaram ao Governo como interventores - Antenor⁵² e Odon - este último, muito depois dos acontecimentos de 1930, e já sem nenhum compromisso com o clima revolucionário que o identificava originalmente.

⁵² Santos Neto (2007) discutiu, em sua dissertação, a atuação do interventor Antenor Navarro na administração do estado. Ver SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: A interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2007.



Figura 16 – Paraíba 1930. Civis fardados que participaram do assalto ao quartel do 22º Batalhão na capital paraibana fazendo pose com o retrato do Presidente João Pessoa. Fonte: Joffily (1980 p.111

Naqueles primeiros dias de outubro, a Paraíba entra numa conjuntura de “reestruturação do poder político.” Santos Neto (2007) utiliza-se da argumentação de que “a organização do Estado pós-30 seguiu em sua conduta mestra os princípios defendidos pelos tenentes,” ou seja, “espelhado no martírio patriótico de João Pessoa, o pós-30, implicitamente, compeliu a Paraíba a um modelo de Estado nos moldes de uma moralidade saneadora e à altura das pretensões revolucionárias daqueles primeiros instantes” (SANTOS NETO, 2007, p.49).

O aceno ao “martírio de João Pessoa” e a legitimidade da “ação revolucionária” em consonância com os “ideais liberais” necessitam da elaboração de uma “memória histórica”. Nesse sentido, a fotografia em torno do Presidente sugere como apelo para a participação política, bem como o sentido de continuidade “em relação ao passado, um passado de glória e de heroísmo, em nome dos interesses da Paraíba” (SANTOS NETO p. 109).

Em 05 de julho de 1931, A União descreve outras formas de culto ao retrato de João Pessoa: trata-se da construção de um monumento chamado de “Altar da Pátria”, outra invenção dos políticos da Aliança Liberal, construído numa praça para receber visitas na semana de aniversário dos primeiros anos da morte, como útil instrumento para difundir a memória do Presidente, popularizando o seu retrato em praça pública.

Para Aires (2006 p.132), o “Altar da Pátria se constituiu como lugar sagrado e cívico, santificando João Pessoa para legitimar seus herdeiros políticos no controle do aparelho de Estado paraibano.” A transcrição que segue, retirada do jornal *A União*, justifica-se, apesar de extensa, pela relevância que apresenta para a nossa discussão:

O Altar da Pátria

Estão próximas as grandes comemorações da morte do extraordinário estadista João Pessoa. **Toda a Paraíba, num só impulso, numa só vontade, numa consagração uníssona, cultuará, de 19 a 26 do corrente, a memória do heróico filho do Norte**, sacrificado as iras de uma política odiosa e nefasta que somente sofrimentos e azares trouxe ao país. (...) Não há palavras capazes para exprimir aqueles quadros dolorosos que então se observaram, a dor imensa que sentiu **toda a Paraíba ajoelhada junto ao esquife invicto brasileiro**. Mas, apesar de tudo, **João Pessoa continua ainda no coração do seu povo** e dele não será jamais alheiado. (A União, 5 de jul. 1931 – grifamos)

A participação popular é necessária e se faz presente nas formas de expressão do editorial. O envolvimento de uma Paraíba em torno de um único herói possibilita essa construção de coesão social e identidade social. Ao criar uma referência com a Paraíba, a homenagem, por consequência, também se estende aos paraibanos, pois a Paraíba deve se orgulhar de ser mãe do “heróico filho do Norte.”

Na matéria, ainda consta a programação geral das homenagens que serão prestadas por ocasião do primeiro aniversário da morte de João Pessoa. Sistemáticamente, as comemorações foram divididas em duas partes: uma geral, que contém as homenagens à Paraíba, incluindo a redução dos expedientes nas repartições públicas do Estado para as 15:00h, e a comunicação da construção do Altar da Pátria, onde será exposto para veneração pública o retrato do “grande Presidente”, descrevendo os dias e horários de visita entre os diversos segmentos sociais, que incluíam professores, estudantes, trabalhadores, militares, mulheres, comerciantes, funcionários públicos, o clero e associações de caridade para os momentos de culto, canções, lágrimas, orações e discursos.

Detalhes dessa comemoração podem ser vistos em Aires (2006), que apresenta um quadro com a “Programação da Semana de João Pessoa” e descreve as atividades reservadas para cada dia da semana e cada setor da sociedade. O Altar da Pátria foi bastante útil durante as homenagens do primeiro aniversário de morte de João Pessoa, denominada pelo Jornal *A União* como a “Grande Comemoração”, porque, em seu entorno, houve vários momentos de culto ao retrato de João Pessoa. Era diante do Altar da Pátria que, a cada hora, os setores foram divididos para o revezamento para a “adoração” ao morto.

Conforme podemos observar na fotografia abaixo (Figura 17), vemos um dos momentos de aglomeração em frente ao monumento, dividindo os espaços; na parte superior, ficavam autoridades civis e religiosas, que discursavam próximo ao retrato; no plano inferior, havia populares, curiosos e estudantes, que dividiam os horários de adoração e o lugar onde deveriam ficar durante as homenagens: “a praça pública tornou-se um espaço de pretensa unidade e, ao mesmo tempo, de segmentação” em torno de João Pessoa (AIRES, 2006 p. 129).



Figura 17 – A Grande Comemoração em torno do Altar da Pátria. Fonte: Jornal *A União* em 21 de julho de 1931.

A semana de comemorações do primeiro ano da morte de João Pessoa foi acompanhada pelo jornal *A União* exaustivamente, dando destaque, principalmente, para os momentos em que ocorria reverência ao seu retrato. Por exemplo, na edição do dia 22 de maio de 1931, foi publicada uma carta em que o diretor da estação telegráfica da cidade de

Alagoinha, interior da Paraíba, pôs um retrato de João Pessoa na sala dos trabalhos, seguindo o exemplo da mesma instituição telegráfica da capital.

O leitor ainda recomendou pelo jornal *A União* que "Todas as repartições públicas, estaduais e municipais que até o presente não o tenham feito coloquem na sala dos seus trabalhos a efígie do grande eliminado, no dia e hora do seu selvagem trucidamento" (*A União*, 22 de maio de 1931). Essa difusão fotográfica, segundo o funcionário que escreveu a carta, servirá para que a "figura de batalhador invicto se grave com tal força na retina popular que será impossível viver alguém com o pensamento alheio" aos exemplos do "Homem-Brasil", João Pessoa.

Para assegurar a participação dos populares e, sobretudo, a presença dos estudantes durante a realização do evento, entre os dias 19 e 27 de julho de 1931, o interventor Antenor Navarro assinou o Decreto n.º 138, reduzindo o expediente das repartições públicas até meio dia, e estabeleceu o não funcionamento dos estabelecimentos de ensino públicos durante toda a semana das excepcionais homenagens.

No interior do estado, a semana da "Grande Comemoração" se repetia com gestos parecidos, pois vários municípios enviaram as programações locais para serem divulgadas no jornal *A União*. Vejamos, por exemplo, em Alagoa Grande-PB, como foi organizado o evento:

Dia 26, às 6 horas – Hasteamento da bandeira do Nego na fachada do Paço Municipal com a presença das escolas que cantarão o hino a João Pessoa, discursando nessa ocasião o Dr. Antônio Ovídio.

12 horas – Benção e lançamento da pedra fundamental do grupo escolar em presença do povo e das autoridades locais, discursando o Dr. José Beltrão.

15 horas – Reinauguração do hospital o Dr. Oswaldo Azevedo.

16 e meia hora – Sairá do Paço Municipal grande passeata composta do povo e das escolas em cujo trajeto discursarão de locais previamente designados o Dr. Praxedes Pitanga e o prof. José Cavalcanti. Antes de dissolver o préstito o prefeito o Dr. Pedro Cordeiro fará dissertação sobre aquela data e lerá um decreto dando nome a diversas ruas, inclusive uma artéria que será chamada Rua do Nego.

19 horas – Sessão cívica no Teatro Municipal, apropriadamente ornamentado para o ato, falando o Dr. Sizenando Oliveira que em conferência estudará a vida e feitos do ilustre morto e finda a sessão **ficará o retrato de João Pessoa sob guarda de honra e exposto à visita pública.**

Dia 27, 8 horas – Solene missa em sufrágio da alma do grande morto na Matriz oficiada pelo Cônego Firmino Cavalcanti, depois **do que será o retrato do sufragiado conduzido para o Paço Municipal acompanhado pelo povo, ali orando na aposição do quadro o Dr. Praxedes Pitanga.** (*A União*, 24 de julho de 1931, grifos nossos)

Durante a elaboração da pesquisa, uma fotografia nos chamou a atenção. Embora não datada e sem autoria, permite-nos observar um evento ocorrido na cidade de Alagoa Grande-PB, a respeito do retrato de João Pessoa. Seria uma "passeata cívica", em que o

retrato do “sufragiado” era conduzido pelo povo para o Paço Municipal, como consta na programação anteriormente citada? Tudo indica que sim.

Ela traz “o último retrato” do Presidente, enfeitado com flores e posicionado bem no alto, entre duas fileiras de mulheres e crianças, colocado numa espécie de “esquife”, sendo carregado pelas ruas da cidade. Vários homens seguem na mesma ordem, numa posição de guardas por trás das mulheres. Outros homens estão na frente - deduzimos que sejam as autoridades locais, devido à posição de destaque em que se encontram na foto, conduzindo o povo e o cortejo. Podemos ver, ainda, várias bandeiras encarnadas sendo trazidas, lenços no pescoço, faixas nos ombros e vestuários escuros o que, naquela ocasião, poderia estar demonstrando o luto, numa marcha fúnebre em memória do primeiro ano de morte do Presidente. (figura 18)

A programação fúnebre em memória a João Pessoa, na cidade de Alagoa Grande, misturava-se tanto ao apelo religioso durante a missa e as orações quanto aos projetos políticos das inaugurações programadas no município. Enfim, as estratégias de envolvimento da população, conjugadas com os interesses políticos, evocam um sentimento de aclamação “da vida e dos feitos do ilustre morto”, no entanto as bênçãos e os aplausos se destinavam também aos “ilustres vivos.”



Figura 18 – Passeata cívica em homenagem fúnebre ao Presidente João Pessoa na cidade de Alagoa Grande-PB. Fonte: Acervo particular de José Avelar Freire, historiador e morador local.

Nessa cidade, morava aquela senhora à qual já nos referimos nas primeiras linhas deste trabalho, tanto pelo seu “entusiasmo” ao falar do Presidente quanto porque guardava no “devocionário” a fotografia de João Pessoa dentro do seu quarto. Sendo assim, os discursos, rituais oficiais e comemorações possibilitaram o personagem mesmo penetrar o

interior paraibano, adentrar também nas residências e permanecer nos oratórios “junto” com os santos de devoção.

Para visualizarmos melhor o constante uso do retrato de João Pessoa como parte da programação da semana da “Grande Comemoração” no interior da Paraíba, elaboramos uma lista, um tanto extensa, das cidades que incluíram como parte central do evento dedicado ao retrato do Presidente, como os momentos de exposição pública, passeata cívica pelas ruas e aposição em instituições públicas. (QUADRO VIII)

Através de uma comissão ou diretamente pelo prefeito foi enviada para o jornal *A União* a programação de cada município para ser divulgada. Deveras, entendemos esse gesto como um ato de dar maior publicidade ao evento, e de prestar contas” dos chefes locais ao interventor Antenor Navarro, uma vez que era difícil, naquela ocasião, omitir o município durante as homenagens, em primeiro lugar, pela ação centralizadora da interventoria de Antenor pautada na herança da administração de João Pessoa, e em segundo, as ações do poder estatal legitimadas e aprovadas pelos cidadãos paraibanos.⁵³

No referido quadro, recortamos apenas o momento em que aparecem os rituais com o retrato de João Pessoa, embora, na programação descrita pelo jornal *A União*, incluam outras formas de homenagem, desde a aposição de retratos de outros “heróis,” como Getúlio Vargas, José Américo, Juarez Távora até os momentos de silêncio no mesmo dia e horário do assassinato, a presença nas passeatas da bandeira nacional, mineira e gaúcha e os discursos inflamados dos oradores.

Em linhas gerais, as cidades do interior seguiram quase a mesma cartilha da programação que ocorreu na capital do Estado. Assim, percebemos o comprometimento das elites políticas municipais em relação à proposta de dar notoriedade à data pelo Governo estadual, ou seja, uma orquestra pensada e arquitetada nessas localidades, como afirmamos anteriormente. No entanto, a nossa preocupação foi identificar em todas elas a importância que foi dada ao retrato de João Pessoa e como atendia a diversos fins.

Um desses, que queremos destacar, é a forma como se impôs o “último retrato” de João Pessoa na formatação final da consolidação de sua imagem após a sua morte, ou seja, para os mais velhos, quem pensar em João Pessoa irá visualizar um jovem estadista usando terno, de olhar sério e expressão de força; para os mais novos, um senhor de cabelos grisalhos, como os demais chefes políticos, expressando autoridade.

Na visão de Sontag (2004), uma foto é tanto uma pseudopresença quanto a prova da ausência. A foto do amante escondida na carteira de uma mulher casada, o cartaz de um astro de rock, no quarto de um adolescente, e o broche com o rosto de um político, no

⁵³ Sugerimos, aqui, a leitura do tópico “ESTADO INTERVENCIONISTA NA PARAÍBA: legitimação pela mitificação” da dissertação de Santos Neto (2007) Op. Cit. p.100.

paletó de um eleitor, são exemplos colocados pela autora. Essas fotos exprimem e servem para alimentar sonhos e emoção sentimental, sobretudo, quando são veículos de memória e estímulo a sentimentos coletivos.

Em relação à fotografia de João Pessoa, não sabemos se a escolha foi intencional ou não. O fato é que o aspecto visual do seu último retrato foi peça-chave na monumentalização de sua pessoa, pois essa fotografia correspondia também àquilo que se falava e escrevia sobre ele, visto que a grande ênfase que lhe foi dada nas festividades póstumas foi justamente a conservação do título de “Presidente” e “imortal”.

Pela quantidade de cidades enumeradas e os detalhes apresentados no jornal *A União*, durante as homenagens ao Presidente João Pessoa em cada uma delas, entendemos que este trabalho de pesquisa excede a nossa proposta inicial, todavia nos abre novas possibilidades de futuros trabalhos para além da capital paraibana. Isso significa pensar nas práticas comemorativas em torno do mito nas cidades do interior, tendo em vista a inclusão, na lista dos locais de culto a João Pessoa, de várias cidades sertanejas que, até pouco tempo, eram domínios de chefes políticos perrepistas, a exemplo de Princesa, Taperoá, Itaporanga, Piancó e outras.

A lista dessas cidades pode nos suscitar algumas indagações pertinentes em relação ao início das homenagens, como por exemplo: A memória de João Pessoa encontrou aceitação na população de Princesa? Durante a guerra em Princesa, de que forma crianças, viúvas e parentes dos mortos reagiram às comemorações? A lembrança da morte de João Dantas e de João Suassuna e o exílio de José Pereira estavam silenciados perante as festividades impostas naquelas localidades? Essas comemorações acendiam perseguições e revoltas contra os perrepistas que ainda moravam nesses lugares? Sem a preocupação de respondê-las no momento, gostaríamos de deixar essas perguntas para futuros pesquisadores que queiram discutir esse conflito de memória na Paraíba depois da morte do presidente João Pessoa.

QUADRO VIII
SEMANA “JOÃO PESSOA” NO INTERIOR DO ESTADO

Localidade – Cidade/vila	Organizadores	Parte da programação: O uso do retrato
ALAGOA DO MONTEIRO	Comissão Central Comissão organizadora Comissão de ornamentação	Passeata cívica levando a frente o retrato do “incomparável mártir do civismo e da democracia.” Missa com o retrato exposto do Presidente João Pessoa
ARARUNA	Comissão designada pelo prefeito municipal	Exposição do retrato do Presidente João Pessoa no salão principal da Prefeitura Municipal. Trasladação do retrato de João Pessoa para a Matriz acompanhado de escolas e o povo em geral.
BANANEIRAS	Organizadores locais	Construção de um Altar da Pátria no Conselho Municipal, aposição do retrato no salão das aulas públicas e exposição do retrato na missa celebrada na matriz.
BREJO DO CRUZ	Prefeito municipal	Aposição do retrato na Prefeitura Municipal
CABACEIRAS	Organizadores locais	Passeata cívica com as escolas e o povo em geral sendo conduzido o retrato do “grande estadista” por duas alunas.
CABEDELO	Comissão central Comissão de Senhorinhas de convites e ornamentação	Exposição do retrato no Altar da Pátria. Aposição do retrato no Paço Municipal e Procissão Cívica.
CAIÇARA	Comissão composta de senhoras e cavaleiros da cidade	Aposição do retrato na Coletoria Federal em seguida passeata cívica conduzindo retrato do Presidente.
CAJAZEIRAS	Prefeito municipal e autoridades locais	Exposição do retrato do “grande morto” em praça pública
CAMPINA GRANDE	Comissão central e escolas da cidade	Aposição do retrato no salão de honra do grupo escolar e na Associação Comercial.
ESPERANÇA	Organizadores locais	Aposição do retrato na escola municipal e distribuição de pequenos retratos de João Pessoa
FAGUNDES	Organizadores locais	Aposição do retrato de João Pessoa no prédio da escola municipal
GUARABIRA	Organizadores locais	Construção de um Altar da Pátria na Praça João Pessoa para exposição pública do seu retrato. Passeata cívica e aposição do

		retrato nas escolas e na Mesa de Rendas (coletoria estadual)
MISERICÓRDIA (atual Itaporanga)	Comissão designada pelo prefeito municipal	Procissão cívica conduzindo o retrato pelas ruas em direção a Prefeitura Municipal
MOGEIRO	Organizadores locais	Exposição do retrato no prédio da escola municipal, em seguida passeata percorrendo as ruas da cidade.
MULUNGU	Comissão presidida pelo padre local	Depois da Missa será feita a transladação do retrato de João Pessoa para a escola municipal, onde ficará exposto 24 horas para visitação.
PEDRAS DE FOGO	Organizadores locais	Em frente a prefeitura municipal foi organizada um guarda de honra em torno do retrato do Presidente João Pessoa para visitação pública.
PIANCÓ	Organizadores locais	Aposição no prédio da “Mesa de Rendas” (coletoria estadual), na Prefeitura Municipal e nas escolas públicas do retrato do Presidente João Pessoa. Passeata cívica conduzindo o retrato por diversas ruas da cidade.
PIRPIRITUBA	Centro Pirpiritubense	Exposição do retrato no largo da Matriz, em seguida será conduzido em um carro alegórico pelas ruas da cidade.
PRINCESA	Organizadores locais	Aposição do retrato de João Pessoa na Mesa de Rendas (coletoria estadual)
SANTA RITA	Comissão de honra Comissão central Comissão de comércio Comissão de imprensa Comissão de artistas Comissão de empregados públicos Comissão feminina Comissão de ornamentação	Exposição o dia inteiro do Retrato do “grande morto” no coreto da praça
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	Prefeito municipal	Aposição do retrato de Joao Pessoa nas escolas públicas
SÃO JOÃO DO CARIRI	Prefeito da cidade, o major e algumas senhoras	Exposição do retrato na prefeitura municipal Passeata cívica conduzindo o retrato pelas ruas
SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	Organizadores locais	Aposição do retrato na escola municipal
SÃO MAMEDE	Organizadores locais	Após a missa sairá um passeata composta das escolas e do povo conduzindo o retrato de João

		Pessoa para a rua que receberá seu nome.
SAPÉ	Prefeito municipal	Exposição do retrato no Paço Municipal. Passeata cívica com o retrato pelas ruas da cidade
SERRA REDONDA	Organizadores locais	Procissão cívica conduzirá o retrato do Presidente João Pessoa da casa do cidadão “Luis Biu Pinheiro” para exposição pública na praça para visitação durante toda a semana.
SERRARIA	Organizadores locais	Exposição do retrato de João Pessoa na Prefeitura Municipal e nas escolas públicas para visitação pública.
SOLEDADE	Comissão formada pelo juiz, delegado, padre e professores	Aposição do retrato do Presidente João Pessoa na sede das escolas públicas do município
TAPEROÁ	Organizadores locais	Aposição do retrato na prefeitura municipal
UMBUZEIRO	Familiares de João Pessoa e organizadores locais	Exposição do retrato na missa e distribuição de 2.000 retratos aos presentes. Aposição do retrato na prefeitura municipal e, em seguida, para a Praça João Pessoa.

Fonte: Jornal *A União*, 10 a 30 de julho de 1931. *A União*, 14 a 30 de agosto de 1931

4.2. FOGO ETERNO E COLUNAS DE HONRA: UM MAUSOLÉU COMO LUGAR DE MEMÓRIA



Figura 19 – Vista da Praça João Pessoa: Palácio da Redenção e Faculdade de Direito. Fonte: acervo pessoal.

O Mausoléu do Presidente João Pessoa, construído no espaço entre a atual Faculdade de Direito e o Palácio da Redenção, uma área de “alta relevância histórica” e de caráter de “conservação total”, fica na região do centro histórico da capital paraibana, próximo à Praça João Pessoa e ao conjunto dos prédios que formam os três poderes, a Assembléia Legislativa, o antigo prédio da Escola Normal, hoje Tribunal de Justiça, e o Palácio da Redenção. O Mausoléu ainda se mistura à agitação do barulho dos carros e dos passantes que, pela correria do dia-dia, quase não percebem a sua existência.

Ressalte-se aqui que refletir sobre o mausoléu construído em homenagem ao Presidente João Pessoa é pertinente para os propósitos de nosso trabalho, considerando

que se trata de um monumento com finalidades de celebrações memoráveis. Sobre esse tipo de construção, Le Goff afirma:

Têm como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado da memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos. (LE GOFF, 2003, p.526)

Entendemos, então, que pensar a relação entre os monumentos e a memória coletiva é compreender as transformações ocorridas nas sociedades e, ao mesmo tempo, sua relação com o passado coletivo. Um desses aspectos transformadores apontados por Le Goff (2003) é o aparecimento da escrita, quando a comemoração é celebrada através de um monumento comemorativo de um acontecimento que precisa ser lembrado, assumindo uma nova forma de memória coletiva: a construção em pedra. São vários exemplos apresentados, assim como a diversidade de lugares e civilizações: desde a Mesopotâmia, no Oriente Antigo, até a época áurea das sociedades clássicas:

Nos templos, cemitérios, praças e avenidas das cidades, ao longo das estradas até “o mais profundo da montanha, na grande solidão”, as inscrições acumulavam-se o obrigavam-se o mundo greco-romano a um esforço extraordinário de comemoração e perpetuação da lembrança. (LE GOFF, 2003, p.428)

O esforço dessa perpetuação da memória se expressa também na escolha do material para a construção dos monumentos, pois, quanto mais duráveis fossem eles, mais estaria garantida a durabilidade do que se queria lembrar. Para tanto, utilizavam com frequência a pedra e o mármore, tornando-os arquivos de pedra, com caráter de publicidade insistente e duradora do passado. A memória coletiva usurpada pelos reis imortalizados e suas vitórias triunfantes, nas estelas⁵⁴ sacerdotais, apontando os seus privilégios, e nos monumentos construídos em honra de imperadores e senadores, é não somente uma conquista, mas também um instrumento e objeto de poder. Poder se tornar imortal, vencer a condição mortal e se diferenciar dos demais era a legitimação do próprio poder, como acontecia na sociedade grega de fundamento mito-poético. Felix (1998) analisa outra forma de sacralização da memória enunciada em voz alta pelo cantor-poeta, construindo verdades dentro de uma dimensão do tempo mítico, não cronológico. A importância de celebrar os imortais constituía uma luta contra o silêncio, também traduzido pelo termo morte ou esquecimento (*lheté*).

⁵⁴ Construções de pedras com inscrições de caráter religioso.

Sendo assim, a inspiração concedida aos poetas por *Mnemosine*⁵⁵ era a garantia para os guerreiros continuarem eternos, posto que “a fama e a glória, engrandecidas pelo louvor, eram para os seres que já se distinguem ao natural, já que eram grandes e, como tal, merecedores da imortalidade.”

Como já nos referimos anteriormente, na Idade Média, há a cristianização da memória, na medida em que a lembrança dos que morreram pela religiosidade popular torna-se parte dos cultos litúrgicos, assim também os túmulos dos mártires. Desde a mitologia grega, passando pelo universo da Igreja Católica, com a vida e morte de Cristo e dos santos, até os dias de hoje, a constituição do herói envolve a vitória sobre alguma adversidade, demanda algum sacrifício, pois os seus feitos oferecem exemplos, conforto e esperança aos comuns mortais (LE GOFF, 2003).

A ideia da suposta “imortalidade” de João Pessoa e as finalidades para a construção do Mausoléu estiveram presentes no anúncio do jornal A União, em 26 de julho de 1997, em cuja primeira página estampava, em negrito, uma expressão bastante curiosa: “**De volta às origens**”. Era o anúncio “orgulhoso e festivo” das comemorações oficiais pelo traslado das urnas funerárias com os restos mortais do Presidente João Pessoa e de sua esposa, trazidos por familiares, do Rio de Janeiro para a capital paraibana.

A data coincidia também com o seu aniversário de morte. Ele completaria 67 anos e, como pudemos observar no decorrer desta pesquisa, aquela não era a primeira vez que aquele jornal publicava matérias sobre o Presidente João Pessoa nem era também o primeiro momento em que os paraibanos se reuniam em comemorações evocando a sua memória.

Abaixo da notícia principal, foram inseridas duas imagens: a primeira, do Presidente João Pessoa, à esquerda da página, e a outra, uma fotografia do governador José Maranhão no lado direito. Os ícones estão dispostos entre os textos alusivos às comemorações daquele dia e enquadradas nas mesmas posições “oficiais” de chefes de Estado, semelhantes também no tamanho, no perfil exibido, no vestuário e na expressão do rosto. Coincidência nas escolhas das imagens para a edição do jornal? (figura 20)

A similaridade entre os dois Governos é ostentada também nos anúncios e nas notas expostas no decorrer das páginas do Jornal. Em uma dessas notas, é empregado o termo “**austero**” para João Pessoa, definindo-o como “um político adiante do seu tempo”, sendo assim, continua a nota, com “os seus restos mortais” de volta à Paraíba, é “hora de reacender os ideais, sempre vivos de sua luta”, e conclui: “Porque acima de tudo, esse é o

⁵⁵ Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. Mnemosine lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos, preside a poesia lírica. Desse modo, o poeta era um homem possuído pela memória, um adivinho do passado, a testemunha inspirada nos “tempos antigos”, da idade heróica e, por isso, da idade das origens. Portanto, na mitologia grega, as musas dominavam a ciência universal e inspiravam as chamadas artes liberais.

compromisso do nosso Governo”. Interessante perceber que, em uma fabricada “coincidência”, o lema do Governo que promovia as comemorações era **“austeridade e desenvolvimento”**. Era a forma encontrada para uma relação de continuidade administrativa entre os dois Governos.



Figura 20 – Primeira página do jornal *A União* em 26 de julho de 1997. Fonte IHGP.

O traslado dos restos mortais de João Pessoa, em 1997, ocorreu nos moldes dos mesmos “espetáculos” e dos “discursos saudosistas”. A programação para a chegada de suas cinzas foi publicada n’*A União* e, além da participação dos familiares, contou também com a presença de figuras proeminentes da política local, órgãos da imprensa e autoridades religiosas.

A PROGRAMAÇÃO

9:00h Missa Solene, celebrada por sua Excelência Reverendíssima O Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Local: Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Participação do Coral Sinfônico e da cantora Lírica Amarilis de Rebuá.

11:00h Chegada de autoridades ao Aeroporto.

11:30h Chegada as cinzas do Ex-Presidente João Pessoa (avião da Força Aérea Brasileira – FAB) Local: Aeroporto Castro Pinto.

12:00 Saída do cortejo oficial, em deslocamento para João Pessoa.

12:30 Chegada ao Palácio da Redenção.

Chegada das cinzas do Ex-Presidente João Pessoa e D. Maria Luiza, ao jardim Lateral do Palácio da Redenção, onde serão depositadas provisoriamente até a construção do Mausoléu.

13:00 Visitação aberta ao público Exposição fotográfica.(Acervo do Instituto Historico e Geográfico da Paraíba IHGP)

17:00 Visita ao museu da Fundação Casa José Américo onde se encontra em exposição peças mobiliárias do dormitório do Ex-Presidente João Pessoa.

Traje: Passeio completo. (A União, 26 de julho de 1997)

A saída do cortejo oficial do Aeroporto Presidente Castro Pinto, para a capital, transportando as cinzas de João Pessoa, foi acompanhada por deputados, magistrados, prefeitos, representantes do Senado Federal, vereadores, autoridades militares e oficiais da polícia militar. Na chegada do cortejo, discursaram o jornalista Wellington Aguiar, biógrafo e defensor de João Pessoa⁵⁶, Deputado Inaldo Rocha Leitão, Presidente da Assembleia Legislativa, Isa Cavalcante, filha do Ex-Presidente e o governador José Targino Maranhão.



Figura 21 – Caminhão do corpo de bombeiros com as urnas funerárias seguido pelo cortejo em direção ao jardim do Palácio da Redenção. Fonte: Jornal *A União* em 27 de julho de 1997.

⁵⁶ Jornalista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Escreveu duas biografias do Presidente João Pessoa, a primeira, no ano 2000, na coleção **Paraíba, nomes do Século XX**, pela Editora A União. E no ano 2005, pela Editora Idéia: **João Pessoa, o Reformador**. As duas obras de caráter apologético da "imagem" de João Pessoa e ofensivo ao jornalista Fernando Melo e sua obra: **João Pessoa, uma biografia**. Nessa obra, Melo descreve os exageros da mitificação de João Pessoa e o oportunismo político que a Aliança Liberal fez com o seu cadáver.



Figura 22 – As urnas sendo solenemente depositadas nas câmaras funerárias até a construção do Mausoléu. Fonte: Jornal *A União* em 27 de julho de 1997.

Todos os discursos dos oradores foram pautados pelo tema de sua morte e seguiram basicamente as três linhas de sua consagração em vida: (1) durante o seu Governo, sendo um homem à frente do seu tempo, (2) o seu martírio, quando o seu sacrifício foi feito em nome da liberdade da Paraíba e (3) o retorno, pois as suas cinzas personificam o herói, num reencontro emocionante com seu Estado. Para exemplificar a continuada deificação de João Pessoa, evocamos as palavras do governador José Maranhão, no momento da solenidade, uma vez que ele incluiu nos cumprimentos formais ao Presidente falecido estas palavras:

Mas as gotas do seu sangue, que primeiro molharam as ruas do Recife, serviram, rapidamente, para bombear o coração de um Brasil velho e ultrapassado, que entorpecia o corpo de uma nação jovem e vibrante, que pedia pressa para nascer. **E como o sangue de Jesus Cristo** e de um Mahatma Gandhi, **fez renascer a fé e a esperança, construindo a liberdade.** (A União 27 de jul. 1997 – grifos nossos)

E continua em seu discurso:

Agora irmãos paraibanos **guardai essas cinzas**, mas atendei: façam com que elas **fertilizem** nosso solo e nossos corações; que elas **pairem** sobre nossas cabeças e **inspirem** nossos caminhos. E se for sua vontade Presidente, deixai que elas, num gesto de amor, **passeiem** pelos nossos campos e cidades; que **aqueçam** nossas praias; **tragam** o verde a nossos

sertões, e **semeiem** paz, justiça, fé, coragem, luta, esperança por toda a nossa querida Paraíba. Agora Presidente, descanse em paz. Tenha a certeza que a Paraíba, mais do que nunca saberá seguir o seu exemplo! (Idem – grifos nossos)

Na fala do governador, o Presidente João Pessoa sacrificou a sua vida pela salvação do Brasil, destacando a sua morte como um acontecimento de salvação, transformando-o em um novo Jesus Cristo. De acordo com os verbos utilizados em sua fala, as suas cinzas trazem de volta essa presença “libertadora” para a Paraíba. De qualquer forma, é compreensível pensar que o poder reinvente o material histórico disponível na sociedade, lançando mão de um passado histórico apropriado, que possa refletir um futuro promissor, reinventando, ou reinterpretando esse passado para fins próprios do exercício do poder. De fato, a voz do governador anuncia: as cinzas do Presidente João Pessoa estão mais fortes e renascidas do que nunca nestas terras. É ele próprio.

É nesse contexto que ao analisarmos os noticiários publicados no Jornal *A União* por seus colaboradores, no ano de 1997, encontramos justificativas para a construção de um monumento em pedra para o “grande herói”. Tratava-se do mausoléu ao Presidente João Pessoa, considerado pelos redatores como um local de encontro com o seu herói e mártir, de religiosidade e lembranças dos grandes feitos e orientação para os problemas do presente, numa perspectiva atemporal, firmando a memória do Presidente como o grande mestre, na mesma consonância da sua trajetória inventada de homem-símbolo desde o seu assassinato em 1930. Sobre isso, vejamos o que afirma o escritor Nelson Coelho⁵⁷:

O mausoléu do Presidente João Pessoa será edificado nos jardins do Palácio da Redenção, onde solenemente permanecerá como mais um parceiro **a quem, nos instantes de dificuldade, pode-se-á recorrer buscando os ensinamentos**, em socorro da Paraíba em favor dos paraibanos. Com as honras de estilo, destinadas aos chefes de Estado, a Paraíba recebe o filho que nunca se ausentou. (Jornal *A União*, 27 jul. 1997 - grifamos)

Os “paraibanos” teriam no monumento a personificação solene do seu “filho”. As cinzas de João Pessoa, que continua vivo, teriam vozes e falariam, orientando e sempre a conduzir os caminhos da Paraíba. Com essas afirmativas, numa presença senão divina do grande chefe de Estado, lembramos a expressão do escultor Décio Vilares⁵⁸, escrita num túmulo de outro herói: “Os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”.

⁵⁷ Escritor e Diretor Técnico, em 1997, do Jornal *a União*, publicou o artigo “**João Pessoa de volta à Paraíba**”, em 26 de julho daquele ano, pg. 3 na seção Política.

⁵⁸ Júlio de Castilhos, senador e oligarca gaúcho, morreu em 1903, e seu túmulo, construído pelo escultor Décio Vilares, é formado por uma pirâmide com uma águia no topo, contendo a inscrição: “A Júlio de Castilhos, ao Rio Grande do Sul, os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos”.

Nelson Coelho emprega uma atribuição bastante “santificadora” para o Mausoléu. Percebemos, através de suas linhas, que João Pessoa “permanece” como alguém “transcendente”, da mesma forma que se observa em diversas práticas religiosas, sobretudo nas práticas católicas, em que o cristão é aconselhado a visitar o “Santíssimo Sacramento” e depositar as angústias e os sofrimentos em reconhecimento da presença de Jesus Cristo naquele lugar, particularmente na hóstia.

Percebemos um constante trabalho de “santificação” do Presidente numa inseparável produção de uma memória coletiva, nesse sentido, legitimada por uma tradição na qual foi atribuída igualdade entre Jesus Cristo e João Pessoa, nas diversas situações, na perseguição sofrida pelos inimigos, no martírio em nome de muitos, no sangue derramado e até mesmo na façanha dos milagres. O mausoléu soma-se a mais uma “honra de estilo”, em que a aura da presença eterna do Presidente João Pessoa não acaba, mesmo após a sua morte, pelo contrário, inicia-se com ela.

A criação do mausoléu vinha complementar esse ideal, mas também serviria como mais um cenário para rituais cívicos e comemorativos, repetidos todos os anos na data de sua morte. A agenda da programação também incluiria a visita ao mausoléu, da mesma forma que já era estabelecida a ida ao monumento erigido poucos metros dali, na Praça João Pessoa.

O projeto de construção do mausoléu para abrigar as cinzas do Presidente João Pessoa e de sua esposa foi encaminhado pelo Governo do Estado para a apreciação do IPHAEP⁵⁹, no dia 08 de agosto de 1997, na semana seguinte às festividades do traslado. Esse projeto não constitui um ato isolado de um Governo, ou de um interesse saudosista, mas parte de um programa de divulgação da memória desse personagem para a população paraibana com mais de meio Século de contínuas manifestações.

O conselho responsável pela matéria no IPHAEP solicitou à SUPLAN⁶⁰ uma planilha de quantitativos de preços, especificações técnicas e plantas do mausoléu para que fosse possível uma análise da construção, uma vez que o local sugerido seria entre a Faculdade de Direito e o Palácio da Redenção. Esse espaço, como todo o Centro Histórico da capital, constitui área de preservação e tombamento⁶¹, para a Comissão do Centro Histórico, era condição para a apreciação da construção do mausoléu ter acesso às informações do projeto para, a partir daí, poder elaborar um parecer para a efetivação ou não da obra.

⁵⁹ Fundado em 1971, o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba - IPHAEP, localizado na capital paraibana, tem como finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontram sob proteção do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Compete ao Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais-CONPEC, como órgão superior de fiscalização dos bens culturais cadastrados e tombados no Estado da Paraíba.

⁶⁰ Superintendência de Obras do Plano do Desenvolvimento do Estado da Paraíba.

⁶¹ Faculdade de Direito tombada pelo Decreto 8.630 de 26/08/80, publicado no Diário Oficial em de 05/09/80. O Palácio da Redenção, tombado pelo 8.638 de 26/08/80, publicado no Diário Oficial em de 05/09/80.

Reunidos para a emissão do parecer e terminada a reunião, o Conselho Consultivo, em decisão unânime, concluiu: “*nós conselheiros decidimos pela não aprovação da edificação do mausoléu em área do Palácio da Redenção.*” Entre os argumentos apresentados no parecer encaminhado à SUPLAN, observamos que as considerações pautaram-se no fato de o local onde se pretendia construir o mausoléu ser de “alta relevância histórica” e de caráter de *Conservação Total*, ou seja, “não permitindo nenhuma intervenção de obra de natureza modificadora do local”.

Foi deduzido pelos conselheiros que se “trata de um projeto definitivamente concluído, em vias de procedimentos administrativos para a sua execução”, uma vez que todos os cálculos e plantas já tinham sido elaborados. Para o conselheiro Raglau Gondim, o projeto apresentava dois aspectos negativos: o primeiro era que a construção agrediria o conjunto arquitetônico do lugar, e o segundo, que o projeto em análise já estaria às vésperas da licitação da obra⁶². Portanto, não respeitava os trâmites legais exigidos para a edificação que estava sendo solicitada.

“Malgrada coincidência”, foi lembrada pelos conselheiros que o vazio criado entre o Palácio da Redenção e a Faculdade de Direito, pretendido para o local do mausoléu, devia-se “à mutilação da antiga Igreja de Nossa Senhora da Conceição”, no ano de 1929, que desconfigurou o conjunto da obra.

Por ironia do destino, perguntariam alguns: “Quem teria sido o autor da demolição dessa expressão barroca jesuítica na Paraíba? A resposta nos reporta à seguinte situação: a derrubada da Igreja fazia parte das reformas no Palácio do Governo para a construção de um jardim na lateral, encaminhada pelo Presidente à época, ninguém menos que o Sr. João Pessoa.

Setenta anos depois, uma nova proposta de reforma para aquele local era encaminhada pelo Governo, para ocupar o lugar vazio deixado pela Igreja. A pretensão difundida à época era de construir um novo lugar sagrado.

Presente no noticiário do jornal oficial, nos pronunciamentos solenes e nos elementos simbólicos que compõem o projeto da obra, o mausoléu representa um novo templo. Pelo portão de entrada, podemos observar essa semelhança. Entretanto, mesmo não aprovando o projeto para a edificação do mausoléu, o Conselho entende que um “simples mausoléu” seria insuficiente para a “preservação da figura histórica do Presidente João Pessoa”. Dessa forma, o Estado deveria se empenhar para a criação de um “Memorial” para ampliar a visão e a elevação do “símbolo de mártir da Revolução de 30”, onde estaria reunido, num só lugar, todo o acervo referente ao seu “patrono”.

⁶² Essas observações estão registradas na Ata do Conselho n. 830^a de 27 de agosto de 1997.

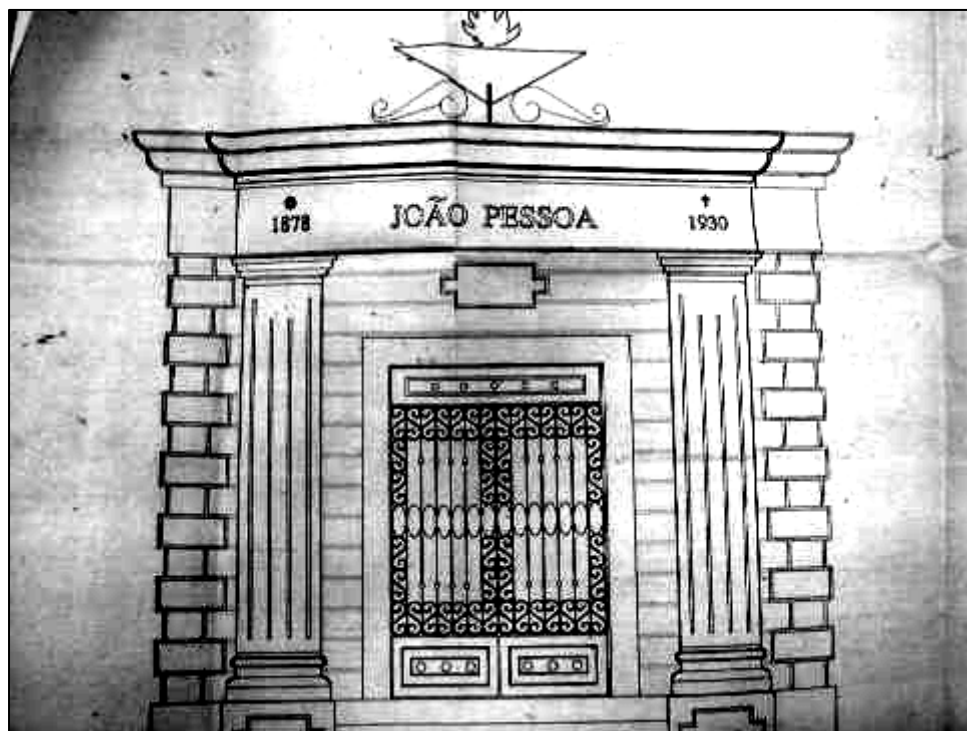


Figura 23 – Projeto para o portão de entrada do Mausoléu, feito em gradil de ferro trabalhado seguindo o mesmo modelo do Palácio da Redenção. Letras na parte superior em latão e uma pira de bronze em forma de cone e lâmpada em acrílico. Fonte: Planilha de quantitativos de preços SUPLAN.

Em novembro de 1997, um novo projeto é apresentado ao Conselho do IPHAEP, dessa vez, encaminhado pela Secretaria de Educação e Cultura para que fosse submetido a uma nova apreciação. Pela ata da reunião⁶³, não mais que uma página e meia, sem muita demora nas discussões e em caráter de sessão “extraordinária”, foi aprovado por todos os membros a construção do Mausoléu e, sem restrição ao local pretendido, apenas com uma observação referente à não instalação do “capitel⁶⁴” entre as colunas e a base do portão, para não comprometer a visualização da parede lateral do Palácio da Redenção.

O que fez o Conselho mudar de posicionamento em menos de três meses é uma questão interessante, uma vez que o parecer n. 26/97, datado de 26/08/1997, encaminhado à SUPLAN, explicitava as considerações para a não execução da obra e a decisão deliberativa de proteção ao Patrimônio Histórico.

Pelas especificações do novo projeto, alterado apenas no que diz respeito à retirada do capitel, constituía um empreendimento no valor de R\$ 30.994,75 (trinta mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos), na data proposta (11/97). A data prevista para a inauguração seria a de 26 de julho de 1998, possibilitando o uso do monumento como parte das comemorações oficiais da morte de João Pessoa.

⁶³ Essas observações estão registradas na Ata do Conselho n. 836^a, de 05 de novembro de 1997.

⁶⁴ O capitel é uma espécie de portão para sustentar as colunas, ou pilastra, como observamos anteriormente na figura 24.

Não podemos perder de vista, aqui, que a narrativa simbólica do monumento expressa um modo de pensar dos seus construtores. O mausoléu é uma extensão da biografia do Presidente como também os aspectos representativos que estão presentes nos discursos memorialísticos em relação a sua pessoa.

Algumas referências simbólicas são trazidas para a obra. Podemos destacar, primeiramente, três aspectos: a identidade, a vida familiar e a vida pública. No que diz respeito ao tema da identidade, a proposta de alocação do mausoléu para a capital da Paraíba aponta para uma referência aos paraibanos, afinal de contas, a Paraíba é o seu “lar”, sua “terra”, e “trazê-lo de volta” é “um compromisso com a História”. Ao criar uma referência com a Paraíba, a “homenagem”, por consequência, também “se estende” aos paraibanos, pois a “Paraíba deve se orgulhar de ser mãe de um imortal.”

O outro tema é a vida familiar, os restos mortais de sua esposa, trazidos para o mesmo jazigo, aponta para uma “compensação” diante de um Presidente “sacrificado”, pois viveu distante da família pelo “amor ao seu Estado”. A inscrição em bronze no jazigo indica que a Sra. Maria Luiza “em vida, foi esposa e mãe com **recato que a fez distanciar-se** do poder para servir apenas aos deveres do lar.” (grifos nossos)

Outro tema explorado é a narrativa heróica da vida pública de João Pessoa. Era preciso que o mausoléu justificasse a homenagem, evidenciando a importância do personagem. Nesse sentido, do ponto de vista formal, no texto das especificações técnicas para a sua construção, estabelece que “todos os materiais” empregados na obra serão “de primeira qualidade”. De fato, o material principal para a constituição do monumento são o mármore branco e o bronze. Duradouro assim como a memória e culto do “grande Presidente”, resiste ao passado e se perpetua no presente.

Ao redor do jazigo, estão erguidas colunas de mármore, que seguem em duas filas contínuas de sete colunas em direção ao portão de entrada do mausoléu. Os visitantes, ao entrar no recinto, caminhando entre as colunas, visualizam o “rosto” e o “nome” do homenageado. A memória esculpida em mármore acelera a lembrança para quem se destinam as “honras” expressas nas colunas (figura 24). No sentido inverso, ao entrar no mausoléu, o visitante pode ver, à sua frente, no ângulo formado pelas colunas enfileiradas, a estátua de João Pessoa, esculpida em bronze, localizada no monumento da Praça tantas vezes citado nesta pesquisa. Essa nos parece uma mensagem bastante apologética, como se aquela imagem dissesse aos seus expectadores: “João Pessoa continua de pé, vivo e imortal”, da mesma forma que foi anunciado nos momentos do seu enterro no Rio de Janeiro. (figura 25).

Acima da cripta, está exposta uma pira em bronze, lançando uma “chama eterna”, que “será uma tocha a iluminar os caminhos dos que honrarem o seu nome e um sol vingador, a cegar aquele que ouse desviar a Paraíba do seu verdadeiro caminho”, na

interpretação do Governador José Maranhão. Em outra leitura, usando as palavras do próprio escultor da obra, Régis Cavalcante, atestou que esse fogo eterno simbolizava “a luta incessante de João Pessoa pelo bem-estar da Paraíba”.

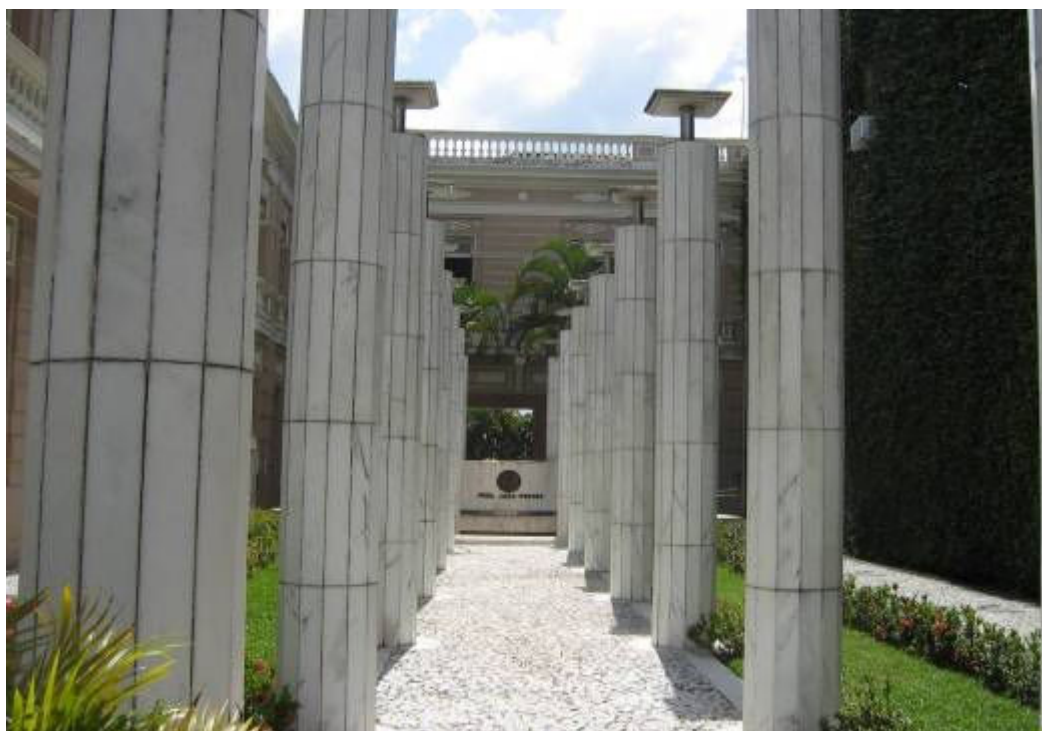


Figura 24 – Visão da entrada principal do Mausoléu do presidente João Pessoa Fonte: acervo pessoal

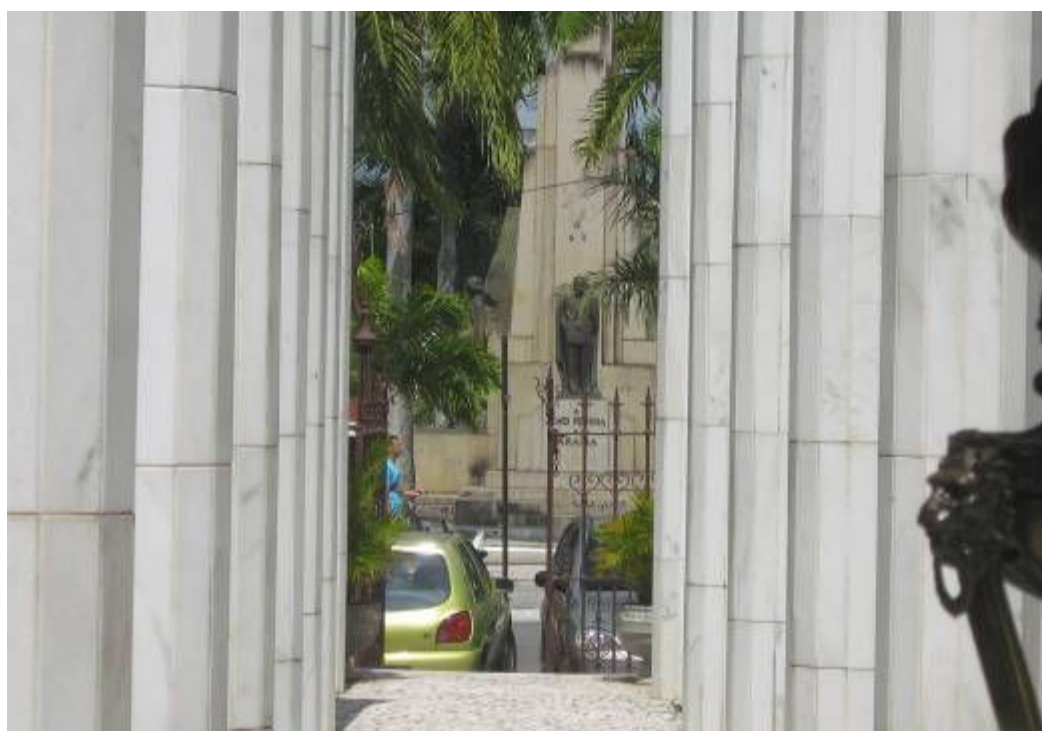


Figura 25 - visão do interior do Mausoléu do presidente João Pessoa em direção à Praça Fonte: acervo pessoal

Em relação à visita ao mausoléu do presidente João Pessoa, os funcionários do Palácio afirmaram que, de fato, ela está incluída em vários roteiros turísticos que chegam à capital de vários estados brasileiros, bem como estudantes e professores de escolas da capital que, frequentemente, vão àquele lugar como parte integrante do roteiro de visita ou passagem pela Praça João Pessoa e pelo Palácio. Embora não tendo uma “lista de presença” para registro dos visitantes, fomos informados de que o movimento de pessoas é bastante significativo, por isso há funcionários específicos para levar os visitantes até o mausoléu.

Dessa forma, entre *flashes* de máquinas, sotaques estrangeiros, cadernos, indagações e anotações de adolescentes, a memória do Presidente e “herói” João Pessoa vai resistindo ao esquecimento. O mausoléu, erguido nos jardins do Palácio, carrega, em seu projeto de construção, estratégias que vieram de décadas atrás, com o mesmo intuito de sensibilizar população para perpetuar a recordação do chefe assassinado. Por meio do silêncio do imponente monumento, ecoam as vozes vencedoras dos acontecimentos de 1930, que sobrepuseram a tantas outras, mas que, a cada tempo histórico, foram usadas não somente para imortalizar um indivíduo, mas para imortalizar também os que o imortalizaram.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a titulação escolhida para um trabalho de dissertação objetiva dar conta, sobretudo, de uma difícil tarefa: apresentar as intenções do autor sobre aquilo que se propôs a escrever e discutir. Com o título, **“Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa,”** procuramos trabalhar, nos quatro capítulos, os diversos momentos póstumos dessa construção social e cultural em que perpassaram essas três virtudes atribuídas ao presidente João Pessoa.

Nossa preocupação inicial foi identificar, com maior destaque, no segundo capítulo, a arquitetura do **“sacrifício”**, uma vez que essa ideia estava diretamente relacionada com as diversas explicações para o assassinato de João Pessoa. Foram os jornais do período que nos deram essa dimensão de como foi construído um mártir para a Aliança Liberal.

Sendo assim, o dia 26 de julho de 1930 marca um duplo acontecimento: no plano dos conflitos sociais e políticos, o assassinato de um presidente de um estado da federação do Brasil, e no plano da guerra das memórias e do imaginário coletivo, o surgimento de um “personagem símbolo da salvação da política nacional”, propagado nos jornais de maior circulação no Brasil, o “grande presidente” João Pessoa.

Já sabíamos que o jornal local, *A União*, apontara a vítima como um sacrificado e convocara a população para “as lágrimas” sobre o cadáver e a “altivez” contra os perrepostas responsáveis pelo crime. No entanto, verificamos que, “fora dos muros de casa”, nos jornais de vários estados, ligados aos *Diários Associados*, que tinham uma circulação significativa em números de exemplares, também publicizaram em “tom maior” conduzido pelo seu “maestro”, Assis Chateaubriand, a “importante” ideia para a Aliança Liberal do martírio e heroísmo de João Pessoa e a acusação da política do presidente da República, Washington Luís, em estreita relação com o ato de João Dantas.

Todavia, mesmo que motivado pela “defesa de sua honra pessoal e familiar” e sem a necessidade de mandantes, como acreditam alguns, João Dantas deveria saber que o seu ato teria consequências e usos políticos, tendo em vista a sua proximidade e de sua família (Dantas) com José Pereira durante a Guerra de Princesa e as relações deste último com políticos tanto do Nordeste quando do Sudeste, que apoiavam a deposição de João Pessoa pelo Governo Federal.

Compreendemos também que atribuir motivos apenas “passionais” para o assassinato ocorrido em Recife, como pensam outros, simplificaria, de certa forma, as complexas relações políticas e as tensões, esvaziando os embates locais em que foi envolvido o tumultuado Governo de João Pessoa. Nesse sentido, podemos lembrar as intrigas com os antigos epitacistas, a guerra tributária e jornalística com os primos Queiroz de Pernambuco, as perseguições movidas contra os adversários políticos por parte do seu Governo e o rompimento político com os coronéis do sertão paraibano, tendo como consequência final a revolta de Princesa.

Em síntese, as ideias que circularam nos jornais aliancistas para a explicação do assassinato foram: João Pessoa morreu porque lutou contra o Governo Federal, defendeu até a morte a “autonomia da pequenina e heróica Paraíba”; o seu assassinato foi resultado de um complô organizado pelo presidente Washington Luís e por Júlio Prestes; João Pessoa era o “pai da pátria”, e sua morte foi uma tragédia nacional; a nação inteira enlutou-se chorando a sua orfandade”; a sua morte foi, de fato, “um sacrifício”, um “verdadeiro holocausto”, ao derramar seu sangue pelos brasileiros; João Pessoa se assemelhou ao “Cristo”, como um redentor traído e mártir, como um novo “Abel” assassinado por “Caim”.

Os discursos inflamados dos deputados aliancistas, as fotos da vítima no necrotério, em Recife, a notícia do *complot* em manchetes, com letras maiúsculas, criteriosamente arquitetadas, e as cartas dos leitores emocionados ecoaram diariamente nos periódicos aliancistas, o que evidenciou a necessidade de comoção social e a estratégia para a sensibilização de leitores e não-leitores por parte dos produtores dos jornais, para uma ação de “lágrimas, dor e revolta nacional” contra o Catete, acusado pela responsabilidade direta do assassinato.

Entretanto, o funcionamento dos discursos, culminando com a “consagração” de João Pessoa como “mártir”, e a deposição de Washington Luís poderiam nos levar à apressada conclusão de que a imprensa, sozinha, com seus discursos, comandou as ações humanas e determinou os destinos da nação. Porém essa assertiva não se constituiu parte de nossa proposta de análise, ou seja, apresentar um poder de manipulação determinista ou que os impressos, por si só, teriam a capacidade de mobilizar e homogeneizar as ideias, as opiniões e os sentimentos de um povo.

Uma vez que boa parte do noticiário impresso nacional propagou as ideias dos políticos da Aliança Liberal e com ela construiu um processo de fabricação de memórias e de esquecimentos, ainda hoje presentes no imaginário coletivo, o que pretendemos com este estudo foi apreender que “todo o processo de heroificação implica, em outras palavras, certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história”(GIRARDET, 1987 p.72)

Quase meio século depois do “clima revolucionário” em torno da memória de João Pessoa, apresentamos, no terceiro capítulo, as comemorações do Centenário do seu nascimento, no ano de 1978, pois percebemos que as festividades foram, em grande parte, para “justificar” o seu **“heroísmo”** e as “origens do seu apostolado”, tornando, assim, uma possibilidade de perceber, depois de décadas, a evocação de vários epítetos novamente dirigidos ao presidente assassinado bem como refletir sobre a relação entre comemorar e os usos sociais da memória coletiva, ou seja, discutimos a “Cultura Histórica” que abrange essa diversidade de operações as quais incluem as comemorações, entendidas aqui como investimentos empreendidos pelo poder público e pelos familiares do morto, isto é, os vários “usos do passado” e a persistência pelo “não-esquecimento”.

Portanto, procuramos identificar, na festa do Centenário, os vários sentidos que foram dados à trajetória de vida de João Pessoa e como os extremos “nascimento e morte” estiveram presentes nas comemorações. Em primeiro lugar, a escolha da cidade natal, Umbuzeiro, para dar início ao roteiro biográfico e comemorativo do homenageado. Nesse sentido, autoridades e o povo festejaram o nascimento como “vontade divina”, a cidade em que nasceu, como berço de heróis, uma nova Belém, e a genealogia familiar possuidora de “sangue revolucionário”

Aproveitamos para visualizar em Umbuzeiro uma cidade que é um lugar de administração política dos Pessoas e um espaço de cultos bem demarcados em torno de si mesmos. Nas atitudes mais recentes, em consonância com o ano do Centenário, foram instituídos novos símbolos e lugares pela prefeitura municipal, os quais “atualizavam”, de certa forma, a presença “histórica” dos personagens “ilustres” naquele lugar.

Entendemos o ano de 1978 numa tentativa de reacender, em caráter nacional, o mito João Pessoa, apesar de os jornais acentuarem os mesmos tratamentos de anos atrás. Entretanto, na ausência das “motivações políticas” que o fizeram surgir em 1930, a festa ficou restrita ao cenário estadual. Restaram investimentos locais, tanto do governador que, para “nacionalizar” a festa, investiu na realização de um concurso nacional sobre a vida do homenageado, a visita a fotografias de João Pessoa, em outros estados, e a presença de representantes mineiros e gaúchos nas celebrações aos “pés do monumento” como também fazer a institucionalização de outros “lugares de memória” para exorcizar o esquecimento do “herói” de outros tempos.

No quarto capítulo, fizemos um “movimento com as temporalidades”. Para isso, voltamos aos dois primeiros anos em que houve investimento por parte da interventoria paraibana em torno de João Pessoa e, novamente, “adiantamos” a pesquisa indo para os anos de 1990, a fim de discutir a construção do seu mausoléu na capital do estado. Em ambos os casos, destacamos a sua **“imortalidade”** através de suportes materiais que

possibilitaram o culto a João Pessoa, enquanto “homem-imortal”, a máscara mortuária, o “último retrato” e o mausoléu para abrigar os seus restos mortais.

A respeito da fotografia, não sabemos se ocorreu uma escolha intencional ou não. O fato é que o aspecto visual do seu último retrato foi peça-chave para a monumentalização de sua pessoa, pois a fotografia de João Pessoa correspondia também àquilo que se falava e escrevia sobre ele, uma vez que a grande ênfase dada a sua pessoa, nas festividades póstumas, foi justamente a conservação do título de “presidente” e “imortal”.

Outro aspecto enfatizado foi o processo para a construção do mausoléu, que foi iniciado com a chegada dos restos mortais de João Pessoa à capital paraibana, bem como as questões sobre as escolhas que foram feitas em torno do monumento, uma delas, a do lugar, criando conflito com o IPHAEP, e a outra diz respeito aos aspectos simbólicos e materiais que envolveram o empreendimento. Nos dois casos, vimos as investidas do governador da época dar similaridade entre os dois Governos.

Finalmente, podemos ter respondido a algumas questões neste trabalho, porém acrescentamos outras para serem respondidos por futuros pesquisadores: no caso dos jornais, gostaríamos de analisar as manchetes que fizeram a cobertura da semana do traslado do corpo e o enterro do presidente João Pessoa, ocorrido no Rio de Janeiro, bem como outros jornais importantes do período, que ficaram de fora nesta pesquisa - o *Diário de Minas*, *A Batalha*, o *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, a revista *O Cruzeiro* e suas fotografias ou, ainda, os jornais que eram ligados ao presidente Washington Luís e que apoiaram a candidatura de Júlio Prestes, por exemplo, *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *Folha da Manhã*.

Portanto, esperamos que a leitura deste texto possibilite outras indagações sobre o tema e que este trabalho possa somar-se aos outros já produzidos, no sentido de repensar esses instrumentos de poder e abrir novas perspectivas de análise que problematizem, aprofundem e ampliem a discussão sobre Cultura Histórica e os saberes históricos, a partir da construção de mitos políticos e de heróis, e cujo alvo é a memória coletiva.

6. REFERÊNCIAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.
- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco. 1996.
- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. RJ: Civilização Brasileira, 2007,
- AGUIAR, Wellington. **João Pessoa: O Reformador**. Idéia, João Pessoa: 2005.
- _____. **Um precursor da Revolução de 30**. In. 1930 - A revolução que mudou a História. org. (João Marcos Leitão dos Santos), Campina Grande, UEPB, 2007.
- _____. **A velha Paraíba nas páginas dos jornais**. A União, João Pessoa, 1999.
- ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. **João Pessoa: o sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.
- ALVES, Francisco das Neves. “Biblioteca Rio-grandense: textos para o estudo de uma instituição a serviço da cultura”. **Coleção pensar a história sul-rio-grandense, 30**. Francisco das Neves Alves(org.). Rio Grande: Editora da FURG,2005.p.84.
- ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da Imprensa na Paraíba**, dados históricos e técnicos. A União, João Pessoa, 1983.
- ARIÈS, Philipe. **Sobre a história da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Teorema. Lisboa,1989.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. Cultura Histórica: territórios, temporalidades historiográficas. **Revista Saeculum/ UFPB** nº 16, 2007, p 25-32.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BARROS, Edgard Luis de. **Os Governos militares**. 4ª Ed. Contexto. São Paulo, 1994.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Autêntica, Coleção História e Reflexões, Belo Horizonte, 2003.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia, 1926-1932**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979
- BURKE, Peter. História como alegoria. **Estud. Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, 1995 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/>> Acesso em: 24 Set. 2008.
- _____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.** Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

_____. **A Escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Bricolagem de Tradições. In **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 de março de 2001, Caderno Mais! p. 10-11.

CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque João Dantas assassinou João Pessoa:** O delito do “Glória” e a tragédia da penitenciária do Recife em 1930. 3ª edição. João Pessoa: Gráfica e Editora Imprell, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim, **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo, Ed. Contexto/EDUSP, 1988.

_____, Maria Helena Rolim. PRADO, Maria Ligia, **O bravo matutino.** Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 1974.

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 10(2): 1-12, outubro de 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. **A República Velha II, evolução política.** 4 ed. Difel. São Paulo, 1983.

CARVALHO, Álvaro de. **Nas vésperas da Revolução:** 72 dias na presidência do estado da Paraíba - memórias. 2 ed. João Pessoa: Acauã, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONTIER Arnaldo, **Imprensa e ideologia em São Paulo.** Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 1973.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: Leituras de M. Halbwachs e P. Nora. **Revista Brasileira de História.** v. 13, nº 25/26, 1993, p.97-103.

DE DECCA, Edgar Salvadori. 1930, **O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução,** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura.** 4 ed. São Paulo, Summus, 1986.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** São Paulo: Perspectiva, 1963.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa,** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

- FREUD, Gisèle **La fotografia como documento social**. Barcelona: Gustavo Gilli S/A, 1976
- GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado**. Campus, Rio de Janeiro, 2003.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos. Nossa terra, nossa história, nossa gente**. Ed. A União, Umbuzeiro, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. **Historia e historiadores**. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro 1996.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- HENRIQUES, Affonso. **Vargas, o maquiavélico** – Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais S.A. São Paulo, 1961.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005,
- INOJOSA, Joaquim. **A República de Princesa (José Pereira x João Pessoa – 1930)** Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- JOFFILY, José. **Revolta e Revolução: Cinquenta nos depois**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Anayde: paixão e morte na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: CBAG. 1980.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções da trama fotográfica**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000.
- _____. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira História**. , São Paulo, v. 25, n. 49, 2005 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/>
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LOWENTHAL David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. nº 17, Nov. 1998, p 63-28.
- LUCA, Tânia Regina de. A história, dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo, Contexto. 2005

MARTINS, Eduardo. **A União: Jornal e História da Paraíba, evolução gráfica e editorial**. Ed. Ilustrada. João Pessoa, 1977.

MARIANO, Serioja R. C. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. Recife/UFPE, Dissertação de Mestrado, 1999. (mimeo)

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e história – Interfaces. In: **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v. 1. p. 73-98, 1996.

MEIRELLES. Domingos. **1930: os órfãos da Revolução**. 2ª Ed. Record, Rio de Janeiro, 2006.

MELO, Fernando. **João Dantas: uma biografia**. 2 ed. João Pessoa, ed. Ideia, 2002.

_____. **João Pessoa: uma biografia**. 3 ed. João Pessoa, ed. Ideia, 2003.

MELLO, José Octávio de Arruda. Wellington AGUIAR. **Uma cidade de quatro Séculos**, 2ª ed. João Pessoa: FUNCEP, 1989.

_____. **História da Paraíba, lutas e resistências**, 7ª ed. João Pessoa: União, 2002.

_____. **João Pessoa perante a História**. João Pessoa, A União, 1978.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio - o imaginário da restauração pernambucana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**. Volume 23, número 45. São Paulo: ANPUH, 2003. Pp. 11-36.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. **O jornal: da forma ao sentido**. DAYRELL, Sérgio (org). 2ª Ed. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

_____. As grandes mortes na mídia. **O jornal: da forma ao sentido**. DAYRELL, Sérgio (org). 2ª Ed. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. nº 10, 1993, p7-28.

OLIVEIRA, As festas que a República manda guardar. **Revista de Estudos Históricos**. V. 2, n.4, p.172-189. Rio de Janeiro, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br acesso em 15 de abr 2007.

OZOUF, Mona. A sesta: sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.) **História: Novos Objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989, p. 216-232.

PARAÍBA, **Nomes do Século XX, série histórica, n. 37, João Pessoa**. Wellington Aguiar, João Pessoa: Ed. A União, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.15, n.29, p.9-27, 1995.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.27, n. 53. 2007

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n.3, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 20 abr. 2007.

RAPOSO, Eduardo. **1930: Seis versões e uma revolução**. História Oral da política paraibana (1889-1930). Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, Recife, 2006.

RIBEIRO, Domingos de Azevedo. **João Pessoa e a música**. Ed. A União, João Pessoa, 1978.

RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A verdade omitida**. Sal da Terra, João Pessoa, 2008.

REVISTA VEJA. A revisão do mito de 30. Editora Abril, São Paulo, 08/02/1978, pp.52-55.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A revolta de Princesa – Uma contribuição ao estado do mandonismo local (Paraíba- 1930)**. A União, João Pessoa, 1978.

_____. **A revolta de Princesa: poder privado x poder instituído**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A gangorra do poder (Paraíba – 1889/1930)**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1989.

SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?**, Ed. Atual, Série História Viva, São Paulo, 1990.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os domínios do Estado: A interventoria de Anthonor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: As Utilizações Sociais da Memória. **Revista Brasileira de História**. v.22, nº 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando na cidade de luz e sombras: a fotografia moderna no Recife década de 1950**. Tese (Doutorado em História) Recife: UFPE, 2005.

SILVA, Maciel Henrique e SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

SIQUEIRA, Carla. Sensacionalismo e retórica política em *Última Hora*, o dia e luta democrática no segundo Governo Vargas. (1951-1954). In **História e Imprensa, Representações e Práticas de poder**. NEVES, Lúcia Maria P., MOREL, Marcos, FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (org) DP&A Faperj. Rio de Janeiro, 2006.

SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. **Anotações para a História da Paraíba**. Vol I e II, Ideia, João Pessoa, 2002.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOSA, Derocina Alves Campos. **A História Política do Brasil (1930 -1946) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: PUC-FFCH, 2005.

SOUSA, Pedro Diniz de. **Discurso dramático na imprensa: um modelo de análise e o caso do "PREC"**, Ed. MinervaCoimbra, Coimbra, 2003.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Centro Gráfico, Senado Federal, Brasília, 1993.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. **Soldado paraibano orgulho do “Grande Presidente”: contribuição da Polícia Militar do Estado ao Centenário de João Pessoa**. Ed. A União, João Pessoa, 1978.

TEDESCO, João Carlos **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, Ed. Da UPF, Caxias do Sul, 2004. p. 34-39.

TRINDADE, Hélio. **Revolução de 30: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937)**. L&PM. Porto Alegre, 1980.

VARANDAS, Edival Toscano. **O último retrato do presidente João Pessoa**. Disponível no site www.eliezergomes.com/noticia . Acessado em: 22 fev. 2008.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. **Do Grande Presidente**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.

FONTES DOCUMENTAIS

- A União – Paraíba
Edições julho 1930
Edições julho 1931
Edições agosto 1931
Edições julho 1940
Edições janeiro 1978
Edições outubro 1978
Edições julho 1997
Edições julho 1998
- O Norte – Paraíba
Edições janeiro 1978
Edições julho 1978
Edições outubro 1978
- Diário da Borborema – Paraíba
Edições janeiro 1978
Edições julho 1978

- Correio do Povo – Rio Grande do Sul
Edições – 27 a 30 de Julho de 1930
- O Estado de São Paulo – São Paulo
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
- Diário de São Paulo (Diários Associados)
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
Edições – 05 a 08 de agosto de 1930
- Jornal do Commercio (RJ)
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
Edições – 05 a 08 de agosto de 1930
- Estado do Rio Grande (RS)
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
- Diário de Pernambuco
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
Edições – 05 a 08 de agosto de 1930
- Diário Carioca – Rio de Janeiro
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
Edições – 05 a 08 de agosto de 1930
- Diário da Noite – Rio de Janeiro
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
Edições – 05 a 08 de agosto de 1930
- Correio da Manhã - Maranhão
Edições – 27 a 29 de julho de 1930
- Folha do Povo - Maranhão
Edições – 27 a 29 de julho de 1930

ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP)

- Processo: Mausoléu Presidente João Pessoa de 27 de agosto de 1997
- Processo: Mausoléu Presidente João Pessoa de 11 de novembro de 1997
- Livro de Atas do Conselho Consultivo: ata da reunião n. 830^a. João Pessoa, 1997
- Livro de Atas do Conselho Consultivo: ata da reunião n. 836^a. João Pessoa, 1997

7. ANEXOS



ANEXO I - Capa do caderno especial do jornal a união em 26 de julho de 1931: Montagem gráfica com o retrato de João Pessoa, o Presidente é coroado com louros.



ANEXO II - Capa do caderno especial do jornal a união em 29 de julho de 1931 : uma montagem gráfica com o retrato de João Pessoa, o presidente é o grande libertador da Paraíba, aclamado com chuva de pétalas.



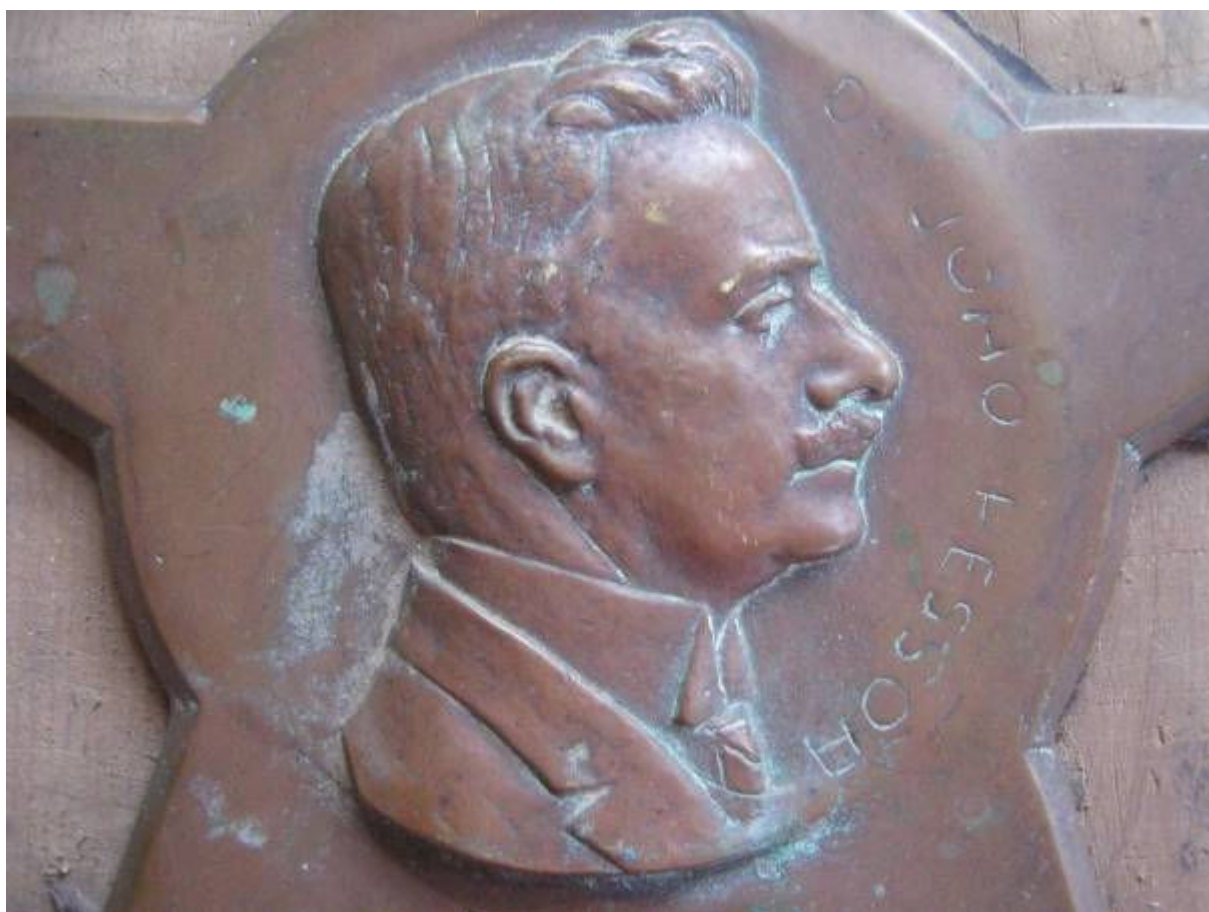
ANEXO III - Acervo da Revolução de 30 no IHGP – João Pessoa: o último retrato do Presidente, o seu birô de trabalho, a mesa em que foi assassinado em Recife e a tela a óleo pintado em corpo inteiro.



ANEXO IV – Salão de honra do palácio da redenção, ao fundo as telas a óleo de João Pessoa e do presidente Getúlio Vargas – João Pessoa-Pb



ANEXO V – Detalhe: tela pintada a óleo do Presidente João Pessoa exposto no salão de honra do Palácio da Redenção – Joao Pessoa-Pb



ANEXO VI - João Pessoa de perfil em bronze: peça que faz parte do acervo do museu na cidade de Umbuzeiro.



ANEXO VII - João Pessoa em bronze: peça que faz parte do acervo do museu na cidade de Umbuzeiro.



ANEXO VIII - João Pessoa de perfil em bronze: peça que faz parte do acervo do museu na cidade de Umbuzeiro.



ANEXO IX - Entre o Palácio da Redenção e a Faculdade de Direito a antiga Igreja de nossa Senhora da Conceição que foi demolida na gestão do Presidente João Pessoa e nos anos de 1990 foi o local escolhido para a construção do mausoléu para o mesmo presidente no ano de 1997.



ANEXO X – Estação experimental João Pessoa criada em 1922 pelo nome “Estação de Monta de Umbuzeiro” durante o governo de Epitácio Pessoa na Presidência da República– Umbuzeiro-pb.



ANEXO XI – Busto de Epitácio Pessoa sobrinho – Zootecnista responsável pela estação experimental João Pessoa durante o governo de Epitácio Pessoa na Presidência da República – Umbuzeiro-PB.



ANEXO XII - No período de seca na Paraíba homens pobres trazem a fotografia do Presidente João Pessoa para frente do palácio do governo e pedem trabalho ao governador da Paraíba Rui Carneiro. Fonte : *A União* 29 de agosto de 1940